

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

Dissertação



**Fotojornalismo e Memória no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (1984 – 1990) –
Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH)**

Roberta Pinto Medeiros

Pelotas, 2015.

Roberta Pinto Medeiros

**Fotojornalismo e Memória no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (1984 – 1990) –
Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

**Orientador: Prof.^a Dr.^a Francisca Ferreira Michelin
Coorientador: Prof.^a Dr.^a Renata Ovenhausen Albernaz**

Pelotas, 2015.

Dados de catalogação na fonte:
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

M488f Medeiros, Roberta Pinto

Fotojornalismo e memória no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (1984 – 1990): Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) / Roberta Pinto Medeiros. – 123f. : il.– Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ciências Humanas, 2015. – Orientadora Francisca Ferreira Michelin. – Coorientadora Renata Ovenhausen Albernaz.

1.Fotografia. 2.Memória.3.Arquivo. 4.Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. I.Michelin, Francisca Ferreira. II.Albernaz, Renata Ovenhausen. III.Título.

CDD: 779.026

Roberta Pinto Medeiros

**Fotojornalismo e Memória no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (1984 – 1990) –
Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Data da defesa: 25 de maio de 2015.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Francisca Ferreira Michelin (Orientador)

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.

Prof. Dr. João Fernando Igansi Nunes

Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

Prof. Dr. Carlos Blaya Perez

Doutor em Biblioteconomia e Documentación pela Universidad de Salamanca, Espanha.

À dona Ivone.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos nunca foi o meu forte, pois prefiro falar pessoalmente o obrigado de quanto aquela pessoa foi importante para a realização deste trabalho. Porém, na academia é fundamental agradecer, principalmente àqueles que contribuíram financeiramente ao desenvolvimento da pesquisa (órgãos de fomento à pesquisa), mas esse não é o meu caso, por isso, meus agradecimentos serão bem objetivos e diretos àqueles que participaram da construção deste trabalho.

Primeiro, quero agradecer imensamente a minha orientadora Francisca pelo apoio e pelos sinceros conselhos de como melhorar a escrita e, principalmente, por me entender (traduzir) quando eu não conseguia explicar em palavras, sem a tua orientação este trabalho não teria chegado aos finalmente. O mérito também é teu. Pode ter certeza que meu olhar sobre a fotografia e a memória foi completamente modificado para melhor (com certeza), além de ser compreendido de outra forma, talvez uma forma mais harmoniosa e encantadora. Agradeço também a minha coorientadora Renata pelo amparo no assunto direitos humanos.

Em segundo, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural pelos excelentes aprendizados que obtive durante a realização do mestrado. Esses aprendizados abriram-me o horizonte e foram fundamentais para definirem qual o caminho que quero seguir na academia. Muito obrigada mesmo!

Em terceiro, não menos importante, quero agradecer ao Jair Krischke, presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Pessoa a qual admiro muito e tenho um carinho especial, apesar do pouco tempo de convivência. Sempre se mostrou solícito e contente com as minhas ideias de trabalhos acadêmicos para o Movimento. Um homem que conhece muito e tem muito o que transmitir sobre direitos humanos.

Por fim, agradeço a minha mãe e ao meu irmão pelo apoio incondicional demonstrado, muitas vezes, em ligações telefônicas, tendo em vista a distância que nos separa. Vocês dois sempre me acompanham e me incentivam a realizar meus sonhos. Obrigada por tudo.

Agradeço aos meus amigos por estarem junto comigo nessa trajetória que parecia longa, mas no fim passou mais rápido que eu imaginava.

“Não existe democracia à brasileira.

O que existe é peru à brasileira.”

H. Sobral Pinto (1977)

RESUMO

A proposta deste trabalho é apresentar a análise intrínseca e extrínseca das fotografias premiadas do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo do período de 1984 a 1990. A análise resulta do desenvolvimento do trabalho de pesquisa pelo Curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Essa proposta de trabalho resultou em duas frentes de análise, sendo que a primeira consistiu de uma análise extrínseca das fotografias, o que correspondeu as principais características das fotos, como cor, tamanho, se eram sequenciais ou não, entre outros. Essa primeira análise deu suporte para a elaboração do instrumento de pesquisa, o catálogo seletivo, que corresponde a um dos produtos desta dissertação. Já a segunda parte da análise correspondeu exatamente à proposta deste trabalho, ou seja, fazer a relação entre memória, fotografia e o Prêmio. Para isso, foi necessário traçar trajetórias ao longo do trabalho, as quais foram divididas em capítulos ou subcapítulos para que se alcançasse o objetivo proposto, sendo inicialmente abordada a trajetória do Prêmio. Em seguida, apresentou-se um referencial teórico embasado na fotografia, memória, esquecimento, ditadura e arquivologia. Por fim foi apresentada uma breve história do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), para posteriormente a esse capítulo, trazer a discussão em pauta da dissertação. Assim, para entender o porquê da criação do Prêmio, é necessário compreender o cenário no qual o mesmo foi criado. É dentro de um contexto de lutas e de violação aos direitos humanos do período final do regime militar no Brasil que foi criado o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, em 1984, pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional do Rio Grande do Sul e a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado (ARFOC/RS). Assim, o Prêmio tem por função, além de outras, incentivar a denúncia de violações contra a liberdade de expressão, impedindo que o passado de repressão e censura se repita nos dias atuais. Diante disso, o Prêmio, que ainda ocorre anualmente, visa prestigiar as matérias jornalísticas mais relevantes em torno da defesa da dignidade humana, ao mesmo tempo em que estimula o trabalho dos profissionais do jornalismo na denúncia das violações e na vigilância ao respeito aos Direitos Humanos. O recorte das imagens (1984 a 1990) foi estabelecido devido à enorme quantidade de fotografias premiadas ao longo dos 31 anos de atuação do Prêmio, na medida em que trabalhar com todas elas extrapolaria o cronograma previsto pelo Programa de Pós-Graduação. As imagens trabalhadas na pesquisa podem ser consideradas como fotojornalísticas, pois estão ligadas aos meios impressos diários, além de agregarem algumas imagens chocantes e expressivas para a sociedade. Portanto, concluiu-se através deste trabalho, ou seja, do estudo da fotografia em relação à memória, que as fotografias presentes nesse acervo possuem um valor histórico e cultural para a sociedade, já que refletem o ambiente em que foram registradas. Além do mais, podem ser caracterizadas como documentos de arquivo, quando se faz a relação com outros documentos, já que muitas estão vinculadas a reportagens. Sendo assim, após a análise das fotografias e do estudo das fotografias em relação à memória, este trabalho chegou à conclusão de que o Prêmio possui o papel fundamental de não deixar que o Movimento seja esquecido, pois o MJDH foi criado com o objetivo, de auxiliar pessoas durante a ditadura civil-militar no Brasil, e mesmo após findado esse regime, o Movimento continuou a atuar na sociedade em favor dos direitos humanos.

Palavras-chave: Fotografia. Memória. Arquivo. Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present an analysis intrinsic and extrinsic of the photographs awarded the Human Rights Journalism Award from 1984 to 1990. The analysis shows the development of research conducted by the Masters Course of the Graduate Program in Social Memory and Cultural Heritage at Universidade Federal de Pelotas (UFPel). This proposed work has resulted in two analytical fronts, the first of which consisted of an extrinsic analysis of the photographs, which corresponded to the main features of the photos, such as color, size, whether they were sequential or not, among others. This first analysis provided support for the development of the research instrument, the selective catalog, which corresponds to one of the products of this work. The second part of the analysis corresponded exactly to the purpose of this work, namely to set the relationship between memory, photography and the Award. For this, it was necessary to draw trajectories throughout the work, which were divided into chapters and subchapters, in order to reach the proposed objective, being initially addressed the trajectory of the Award. After that, it was presented some theoretical reference in photography, memory, forgetfulness, dictatorship and archival science. Finally, it was presented a brief history of the Movement for Justice and Human Rights (MJDH), later in this chapter, to bring the discussion on the agenda of the dissertation. Therefore, to understand why the Award was created, one needs to understand the setting in which it was created. It is in a context of struggle and violation of human rights in the final period of military rule in Brazil that the Human Rights Journalism Award was created in 1984 by the Movement for Justice and Human Rights in conjunction with the Order of Lawyers of Brazil (OAB), sectional Rio Grande do Sul, and the State Association of Photographic and Cinematographic Reporters (Arfoc/RS). Thus, the Award has the task of, among others, encouraging reporting of violations against freedom of expression, preventing the past of repression and censorship from repeating today. Thus, the Award, which still takes place annually, aims to honor the most relevant news stories concerning the defense of human dignity, while stimulating the work of journalism professionals in denouncing violations and monitoring respect for human rights. The clipping of the images (1984-1990) was established due to the great number of photographs awarded throughout the 31 years of Award activity, and working with all of them would miss the timetable set by the Graduate Program. The images addressed in the research considered photojournalistic because they are related to daily printed media, and add some shocking and expressive images to society. Therefore, it was concluded through this work, ie, the study of photography in relation to memory, that the photographs in this collection have a historical and cultural value to society, since they reflect the context in which they were registered. Furthermore, they can be characterized as archives records when there is a connection with other documents, since many are linked to news reports. Therefore, after analyzing the photos and the study of the photographs in relation to memory, this work came to the conclusion that the Award has the key role of not letting the movement be forgotten, because the MJDH was created with the aim of helping people during the civil-military dictatorship in Brazil, and even after the end of this regime, the movement continued to act in society in support of human rights.

Keywords: Photography. Memory. Archive. Human Rights Journalism Award.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AI – Ato Institucional

DBTA – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

DOI – CODI – Destacamento de Operações e Informações – Centro de Defesa Interna

ISAD (G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

MJDH – Movimento de Justiça e Direitos Humanos

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição de Arquivística

ONU – Organização das Nações Unidas

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Reportagem sobre os premiados do Prêmio de 1987.....	31
FIGURA 2: Cidadão Julio Cezar dentro da viatura da Brigada Militar ainda vivo (1).....	31
FIGURA 3: Cidadão Julio Cezar dentro da viatura da Brigada Militar ainda vivo (2).....	32
FIGURA 4: Cidadão Julio Cezar dentro da viatura da Brigada Militar ainda vivo (3).....	32
FIGURA 5: Cidadão Julio Cezar morto no Instituto Médico Legal.....	33
FIGURA 6: Linha do tempo após um ano do sequestro dos Uruguaios.....	53
FIGURA 7: Continuação da linha do tempo após um ano do sequestro dos Uruguaios.....	53
FIGURA 8: Caso Sandro Yost.....	53
FIGURA 9: Mães da Praça de Maio – Argentina.....	54
FIGURA 10: Mulher catando comida no lixo (1).....	60
FIGURA 11: Mulher catando comida no lixo (2).....	61
FIGURA 12: Mulher catando comida no lixo (3).....	61
FIGURA 13: Mulher catando comida no lixo (4).....	62
FIGURA 14: Mulher catando comida no lixo (5).....	62
FIGURA 15: Repressão na Fazenda Annoni – prisão de Jovino Rodrigues, um dos líderes colonos.....	63
FIGURA 16: Repressão na Fazenda Annoni.....	63
FIGURA 17: Democracia: isto vai terminar?.....	66
FIGURA 18: A terra prometida.....	67
FIGURA 19: Três colonas de Erval Seco com seus filhos.....	69
FIGURA 20: Menores no lixo.....	69
FIGURA 21: Vereador Valneri.....	70
FIGURA 22: Massacre na Fazenda Santa Elmira (1).....	71
FIGURA 23: Massacre na Fazenda Santa Elmira (2).....	72
FIGURA 24: Massacre na Fazenda Santa Elmira (3).....	72
FIGURA 25: Campo de concentração (1).....	73
FIGURA 26: Campo de concentração (2).....	73
FIGURA 27: Anistia (direitos da criança).....	74
FIGURA 28: Visões chocantes são comuns.....	74
FIGURA 29: Pediatria.....	75

FIGURA 30: Conflitos na Praça da Matriz (1).....	76
FIGURA 31: Conflitos na Praça da Matriz (2).....	76
FIGURA 32: Conflitos na Praça da Matriz (3).....	77
FIGURA 33: Conflitos na Praça da Matriz (4).....	77
FIGURA 34: Conflitos na Praça da Matriz (5).....	78
FIGURA 35: Desrespeito ao idoso (1).....	78
FIGURA 36: Desrespeito ao idoso (2).....	79
FIGURA 37: Desrespeito ao idoso (3).....	79
FIGURA 38: Desrespeito ao idoso (4).....	80
FIGURA 39: Sossega Leão.....	80
FIGURA 40: Palavra do Reitor: a democracia chega na Universidade (1).....	82
FIGURA 41: Palavra do Reitor: a democracia chega na Universidade (2).....	82
FIGURA 42: Palavra do Reitor: a democracia chega na Universidade (3).....	83
FIGURA 43: Palavra do Reitor: a democracia chega na Universidade (4).....	83
FIGURA 44: Palavra do Reitor: a democracia chega na Universidade (5).....	84
FIGURA 45: Palavra do Reitor: a democracia chega na Universidade (6).....	84
FIGURA 46: Palavra do Reitor: a democracia chega na Universidade (7).....	85
FIGURA 47: Parada militar e liberdade de imprensa (1).....	85
FIGURA 48: Parada militar e liberdade de imprensa (2).....	86
FIGURA 49: Parada militar e liberdade de imprensa (3).....	86
FIGURA 50: Parada militar e liberdade de imprensa (4).....	87
FIGURA 51: Parada militar e liberdade de imprensa (5).....	87

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Formulário para digitalização das fotografias premiadas – 1984 a1990.....	46
QUADRO 2: Elementos a serem utilizados na descrição das fotografias.....	47

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: ENTRE MEMÓRIA, FOTOGRAFIA, ESQUECIMENTO E SOFRIMENTO	22
1.1 FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: elementos que remetem ao passado.....	22
1.3 FOTOJORNALISMO: Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.....	28
1.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL.....	34
1.4 ARQUIVOLOGIA E A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO: um estudo de caso.....	38
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA	44
CAPÍTULO 3: BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (MJDH)	49
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DO ACERVO FOTOGRÁFICO: 1984 a 1990	57
4.1 ANÁLISE ESTRUTURAL DAS FOTOGRAFIAS PREMIADAS DE 1984 A 1990.....	59
4.2 O PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO COMO MEMÓRIA DO MJDH.....	65
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICES	97
APÊNDICE A – Catálogo Seletivo das Fotografias Premiadas – 1984 a 1990	98

APÊNDICE B – Índice Onomástico do Catálogo Seletivo das Fotografias Premiadas – 1984 a 1990.....	103
ANEXOS.....	104
ANEXO A – Quadro de Arranjo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.....	105
ANEXO B – Regulamento do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.....	122

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Analisou-se de forma parcial as fotografias presentes no acervo que conforma o objeto de pesquisa, ou seja, o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. As fotografias foram analisadas parcialmente, tendo em vista o tamanho do acervo. Portanto, foi feito um recorte temporal das mesmas, sendo delimitado de 1984 a 1990. Logo, o tema principal do trabalho está submetido a questões que relacionam fotografia, memória e direitos humanos (movimentos sociais). Estes temas convergem e auxiliam no entendimento do objeto de estudo.

A fotografia tem sido aceita e utilizada como prova, ‘testemunho da verdade’ do fato ou dos fatos (KOSSOY, 1993, p.13). A fotografia também contribui para a rememoração de fatos, não apenas para evidenciar que algo aconteceu, mas para fazer, muitas vezes, que as pessoas recordem situações que aconteceram no passado.

O Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo acontece anualmente numa parceria entre o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assim como outras entidades de classe, tais como a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado (ARFOC/RS). O MJDH foi fundado em 1979 por um grupo de advogados em Porto Alegre, sua sede. Esse mesmo grupo forma um conselho, o qual decide, em reuniões frequentes, as atividades do MJDH. É uma entidade apartidária e sem fins lucrativos, sendo considerada uma Organização Não-Governamental (ONG). Teve e tem como finalidade proteger e auxiliar os mais necessitados quanto ao amparo da justiça. Na época em que foi criado tinha como objetivo principal ajudar os denominados, pelo governo civil-militar, de subversivos. Atualmente é mantido por esses mesmo advogados, possui o mesmo ideal, porém com outros focos, pois a Ditadura Civil-Militar no Brasil terminou em 1985. Continua a lutar pelos direitos humanos e sociais, e auxilia na aplicação e uso desses direitos tanto por entidades públicas como privadas.

Em 2009, a instituição teve sua primeira intervenção arquivística. Anteriormente a essa intervenção havia pesquisas no acervo, no entanto, com pouca frequência, pelo fato de ele não possuir nenhuma organização do seu material. O acervo se encontrava dentro de caixas de papelão ou sobre mesas, bloqueando, de certa forma, o seu acesso. Nesse tempo, apenas o presidente conselheiro conhecia e conseguia localizar esse material, o qual é

formado por documentos, fotografias, fitas cassete, folders, cartazes, estatuetas (do Prêmio), entre outros materiais.

Em 2009, teve início um projeto vinculado ao curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo coordenador era o professor Jorge Vivar, do referido curso. O projeto visava à organização do acervo do MJDH, com o intuito de promover a pesquisa e a sua divulgação, utilizando métodos arquivísticos.

Na época ainda estava cursando a graduação de Arquivologia da UFRGS e fui convidada a participar como voluntária das atividades do projeto, no qual permaneci até o ano de 2010, quando me graduei. Na distribuição das ações do projeto, ficou sob minha responsabilidade a organização da Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, conforme o Quadro de Arranjo do MJDH (Anexo A). Esse acervo também foi objeto de estudo na minha monografia de graduação, em 2010, intitulada “Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo: o jornalismo nos arquivos”, assim como da monografia de especialização, em 2012: “Descrição Analítica: um estudo de caso da Subsérie Depoimentos e Testemunhos de Vítimas e Familiares ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH)¹”.

Passados dois anos, o acervo já possuía um quadro de arranjo e encontrava-se organizado e a documentação, que ganhou o caráter de permanente, tendo em vista o seu valor tanto para pesquisa como de prova, passou a ser armazenada e acondicionada de forma adequada. Todas as atividades desenvolvidas pelo projeto contaram com recursos advindos do próprio projeto ou de inscrições em programas de incentivo à cultura, pois o MJDH não possui recursos financeiros para a compra de materiais de consumo e permanente, necessários para implantação do mesmo.

A partir dessa iniciativa, o MJDH passou a ser alvo de muitas pesquisas acadêmicas. Isso não quer dizer que anteriormente ao projeto não houvesse pesquisa, mas houve um grande aumento na procura ao MJDH pelo fato de seu acervo estar em um ambiente mais adequado, assim como o material de pesquisa estar organizado e de fácil acesso para a busca de informações. O projeto de organização do MJDH foi concluído no ano de 2013 com a publicação do livro “Memórias da Resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva”.

Este trabalho possui como foco uma das ações desenvolvidas pelo MJDH, que é o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. As inscrições para o Prêmio ocorrem dois meses

¹ PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge Eduardo Enriquez. **Memórias da Resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva**. Porto Alegre: Ed. ASF Brasil, 2013.

antes de ocorrer a premiação. Podem inscrever-se jornalistas, equipes de jornalistas, acadêmicos, fotógrafos e chargistas ou qualquer outra pessoa, ou seja, que não esteja relacionada a mídia. O Prêmio é divulgado no MJDH, OAB, ARFOC e demais locais, como o meio acadêmico. A reportagem que não foi impressa ou esteve em meio eletrônico pode ser resgatada na forma de crônica, conforme o regulamento do Prêmio (Anexo B). A solenidade da entrega do Prêmio é realizada, geralmente, no dia 10 de dezembro, data da promulgação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Prêmio é entregue para repórteres de jornal, rádio e televisão, assim como fotógrafos e chargistas que se destacaram nos 12 meses precedentes. São escolhidos os três melhores trabalhos sobre o tema – Direitos Humanos – nas categorias: reportagem, fotografia, charge, rádio, televisão, imagem em televisão, crônica, jornalismo on-line, acadêmico e premiação/reportagem especial que tem como foco uma personalidade ou acontecimento de relevância no determinado ano, como por exemplo: Meio Ambiente, Vida e Obra de Leonel Brizola, Violência no Campo e Trabalho Escravo.

Conforme o regulamento do Prêmio, a banca julgadora é composta por um integrante de cada entidade promotora e apoiadora, podendo variar de ano após ano no quesito entidade apoiadora, pois as entidades promotoras são sempre as mesmas: OAB, ARFOC/RS e MJDH. O Prêmio não possui premiação financeira. Ao ganhador do primeiro lugar é entregue um troféu e ao segundo e terceiro lugares é entregue um diploma. O fato de a premiação não ser em dinheiro é uma das características do Prêmio, o que o torna diferenciado dos demais prêmios jornalísticos nacionais, pois o ganhador leva o prêmio pelo prestígio e relevância da matéria, e o mesmo sabe que não vai ganhar nenhuma premiação financeira. Isso acaba se tornando uma característica relevante, já que os inscritos sabem que estarão concorrendo para serem prestigiados, o que justifica o número de inscritos, que aumenta a cada ano. O resultado do Prêmio é divulgado no dia da solenidade do mesmo. Não foram feitas ainda exposições ou publicações com as fotos do Prêmio, apenas com demais documentos presentes no acervo do MJDH, como a publicação de um livro em 2013, como foi citado anteriormente.

A partir do ano de 1998 o Prêmio passou a integrar, dentro do seu programa, temas que sempre referenciam à luta pelos Direitos Humanos ou que tiveram destaque na mídia, como “Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem”; “20 anos do Movimento de Justiça e Direitos Humanos”; “Banalização da Violação dos Direitos Humanos na Democracia”; “Justiça e Ética”; “A Eclosão do Submundo”; “Qual é a cara da violência?”; “Se não for livre, não será imprensa”; “Corrupção X Ética: duas faces do mesmo Brasil”; “60

anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem: em busca de justiça”; “30 anos da Anistia, 25 anos das Diretas Já e a Construção da Democracia”, entre outros.

O Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo surgiu entre uma parceria do MJDH com os principais jornalistas de Porto Alegre. O início da vontade de se criar um prêmio jornalístico se deu a partir do sequestro dos uruguaios Universindo e Lilian Celiberti, em 1978. Na época da Ditadura Civil-Militar no Brasil, a denúncia, muitas vezes, só alcançava o efeito esperado através da imprensa, a qual fazia uso de artimanhas para burlar a intervenção do governo na notícia. Nesses casos, os jornalistas faziam uso de palavras diferentes no meio das matérias para que os “companheiros²” entendessem a mensagem. O Prêmio está completando 30 anos de existência, premiando as matérias de maior relevância enquanto fatos da sociedade.

Assim, o Prêmio tem por função incentivar a denúncia de atentados contra a liberdade de expressão, prevenindo que o passado de repressão e censura não se repita nos dias atuais. Conforme Carneiro (2002):

Temiam-se os homens de vasta cultura. Professores e estudantes de Ciências Humanas e Ciências Políticas incomodavam. Temiam-se as críticas ao regime, as denúncias de torturas, as passeatas estudantis, o humor dos caricaturistas, as peças de teatro. Temiam-se os homens com passado de militância política, razão pela qual o regime militar instituiu os corriqueiros atestados de antecedentes políticos. Milhares destes requerimentos, obrigatórios a todo cidadão, acumularam-se junto aos dossiês policiais. O DEOPS transformou seus “arquivos gerais” numa importante arma contra a resistência ao regime militar: o passado contava muito... Aliás, tudo contava, até a posse de um único livro. Regredimos aos tempos medievais. (CARNEIRO, 2002, p.165).

Considerando-se a amplitude dos assuntos abordados nas edições do Prêmio e a vasta gama de temas sociais que abrangem, percebe-se a importância do mesmo para pesquisadores de diversas áreas e, portanto, a relevância de qualificar o conjunto. Partindo desta justificativa e buscando aprofundar a reflexão sobre o assunto, entende-se que é necessário questionar quais elementos são revelados a partir da análise das fotografias premiadas do período compreendido entre 1984 e 1990 do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo que relacionam a imagem fotográfica com a memória.

A partir da análise dessas fotografias, pôde-se inferir que a fotografia pode ser considerada um documento, de registro da realidade. É importante não se perder o fato de que

² Termo utilizado durante a Ditadura Civil-Militar para categorizar as pessoas que possuíam o mesmo ideal e lutavam por ele.

o olhar do fotógrafo já é um detalhe importantíssimo na transformação da realidade histórica, ainda que este fotógrafo seja o próprio cientista social³.

Dando continuidade aos trabalhos já realizados pela autora na graduação e especialização, busca-se, neste presente, qualificar a abordagem do conjunto das fotografias premiadas no referido evento, situando o problema na esfera de estudos em fotografia e memória e observando como este conjunto, formado dentro de princípios conceituais muito estritos, opera como um suporte da memória dos direitos humanos ao longo da trajetória recente do Estado e da Nação.

Assim, objetiva-se analisar as fotografias premiadas do período de 1984 a 1990, do acervo fotográfico que se encontra na Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo (Anexo A), tendo em vista a quantidade de fotografias a serem analisadas. Além da análise das fotografias, foi desenvolvido um catálogo seletivo das mesmas com o intuito de difundir ainda mais o acervo e o próprio MJDH. O catálogo seletivo é um instrumento de pesquisa, sendo considerado dentro da Arquivologia como um dos resultados da descrição arquivística. É nesse momento que a pesquisa fará uso da Arquivologia para auxiliar no desenvolvimento desse instrumento de pesquisa, o qual será construído de acordo com os preceitos da área arquivística. A Série está inserida no Fundo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), a qual compõe um conjunto de indexadores que informam a finalidade e trajetória dos conceitos subjacentes desse conjunto (Prêmio).

Para responder ao problema da pesquisa, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar as fotografias premiadas do período de 1984 a 1990 do acervo fotográfico da Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo do MJDH, com vistas à identificação do mesmo como um guardião da memória jornalística.
- b) Identificar as fotografias premiadas (1984 a 1990) da Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo do MJDH como documento de arquivo para construção e reconstrução da memória do período no qual as fotografias estão inseridas.
- c) Fomentar o uso das fotografias do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo como fonte histórica e de pesquisa através de publicações.

³ MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, Linete et al. **Gestão em Arquivologia**: abordagens múltiplas. Londrina: Eduel, 2008. p.136.

- d) Sistematizar o acervo de forma a reconhecer o valor do conjunto como memória social do Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

A relevância deste trabalho reside na análise do acervo fotográfico, o qual inclui diferentes fotógrafos do País e dos países que fazem fronteira com o Estado do Rio Grande do Sul, porque trata de fotografias que revelam diferentes formas de atuação (Sócio-político-cultural) nas mais diversificadas esferas da sociedade (Estado, governo, polícia, cidadãos, etc.). Ao mesmo tempo, busca-se superar os métodos tradicionais de indexação de imagens, exclusivamente preocupados com a recuperação da informação baseada no conteúdo.

Para que o problema e os objetivos desta pesquisa fossem alcançados, foi necessário traçar uma bibliografia que abrangesse a arquivologia, a relação de fotografia com memória e por fim do esquecimento, assim como o fotojornalismo. Há outros assuntos trabalhados no referencial teórico, como o contexto da ditadura-civil militar, por esta ter impulsionado a criação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, local de guarda do acervo. Porém, aqui serão citados apenas os principais assuntos e autores que fundamentaram a pesquisa. Dentro do campo da arquivologia foram usados alguns dos principais autores da área, pois é necessário abordar sobre arquivos, tendo em vista o local em que se encontra o acervo e pelas características intrínsecas que o compõe. Infelizmente não existe um método específico trabalhado pela arquivologia para o tratamento de fotografias, exceto aqueles comumente utilizados quanto ao armazenamento e acondicionamento, por exemplo.

Mesmo assim, pode-se inferir através dos métodos aplicados pela área um aproveitamento no objeto de pesquisa, ou seja, as fotografias. Sendo assim, para contemplar a arquivologia, foi utilizada a autora Bellotto, por ser um clássico ao tratar sobre arquivos permanentes, já que o acervo pesquisado tem por característica ser permanente. Outro autor citado foi o Jardim, o qual abordou questões relacionadas aos fazeres arquivísticos. Para relacionar a arquivologia com o tema principal da monografia, ou seja, a fotografia, foi utilizada a autora Manini, que aborda questões que interligam a fotografia como um documento arquivístico. Por fim, trouxe-se as normas, nacionais (NOBRADE) e internacionais (ISAD-G), as quais serão utilizadas como métodos de descrição, visto que não existe uma norma específica para descrever fotografias, portanto, no uso deste trabalho será adaptada a norma brasileira à realidade do acervo pesquisado, de forma a descrever as imagens contribuindo para a continuação da pesquisa, assim como do próprio acervo.

Já no campo da fotografia, memória, esquecimento e fotojornalismo, por serem assuntos que estão conectados, tendo em vista o contexto do acervo e a própria característica

inerente das fotografias, foram utilizados autores clássicos como Barthes e Kossoy, que abordam a fotografia na sua origem latente, ou seja, a história da fotografia e sua relação entre o fotógrafo e o espectador. Assim como a autora Susan Sontag trabalha as relações humanas com as imagens. Será discutido também outros autores, um pouco mais contemporâneos, que relacionam a fotografia, a memória e a notícia (fotojornalismo), como Andrade, Chiodetto e Claudino, que trabalham com a foto de forma jornalística, característica do acervo pesquisado. Para fazer a relação entre memória e esquecimento, foram utilizados os autores Bodstein, Candau, Rouillé, Ricoeur e Huyssen, os quais discutem essas duas características e suas relações no decorrer da evolução da sociedade, ou seja, desde a memória mais simples do dia-a-dia até a memória que leva ao sofrimento, como aquela quando associada a um fato marcante. Enquanto na área de memória e patrimônio, os principais autores que abordaram esse tema foram Bosi, Bergson, Michel e Pelegrini.

Assim, no primeiro capítulo é abordada a relação de fotografia, memória, esquecimento e sofrimento, patrimônio, fotojornalismo, ditadura civil-militar no Brasil e arquivologia. Além de interligar esses temas ao objeto de estudo da pesquisa, tendo em vista o meio no qual se encontra o acervo, não poderia deixar de abordar esses pontos, pois os mesmos fazem a interligação de um dos objetivos deste trabalho, que é o estudo da fotografia em relação à memória no sentido da atuação do Prêmio e sua relação com o MJDH. Há inclusive, para contextualizar o referencial teórico, um exemplo de fotografia premiada para que a mesma faça a interligação entre os assuntos abordados e o próprio acervo pesquisado. Já no capítulo dois encontra-se a metodologia utilizada nesta pesquisa, como o levantamento das fotografias, o método e quais elementos da NOBRADE foram utilizados para serem aplicados no acervo. Nesse capítulo, é elucidado de forma ampla o número de fotografias premiadas encontradas no acervo e quais elementos serão utilizados na descrição das mesmas, além disso, traz a trajetória de como a autora e orientadora chegaram à delimitação do objeto.

No capítulo três encontra-se um pequeno histórico do MJDH e algumas de suas ações ao longo desses 41 anos de atuação. Não foi possível trazer todas para que o objetivo do trabalho não perdesse o foco. O histórico aqui desenvolvido foi abordado de forma breve, não condizendo com o tempo de desempenho do MJDH, pois há um detalhamento maior em outro trabalho já realizado pela autora. Logo, nesse capítulo, aborda apenas alguns dos principais casos que o MJDH defendeu ao longo do seu papel como defensor dos direitos humanos. Enquanto que, no capítulo quatro, encontra-se a análise das fotografias premiadas do período de 1984 a 1990, a qual é dividida em dois momentos, sendo o primeiro de caráter mais amplo que contempla as características extrínsecas das fotografias, enquanto na segunda análise é

feita de forma mais específica, pois trabalha de fato com a relação da memória que caracteriza as fotografias que são objetos de estudo deste trabalho. Nesse capítulo, pode-se averiguar a importância desse acervo e, principalmente, das fotografias como objetos de contextualização da memória, do esquecimento e do sofrimento, característica marcante desse acervo.

Por fim, encontram-se as considerações finais desta pesquisa, tendo como principal conclusão o papel do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo como um “objeto” de propagação do MJDH, não apenas para ocorrer anualmente, mas sim para que o Movimento não seja esquecido e sim lembrado. Entende-se, portanto, que o Prêmio tem papel fundamental na memória do MJDH no que diz respeito ao não esquecimento dessa organização. Após as considerações, encontram-se as referências utilizadas na pesquisa. Por último, estão os anexos e os apêndices. Sendo o anexo A, o quadro de arranjo do MJDH, e o anexo B as regras de inscrição para o Prêmio. Essas regras foram necessárias que estivessem no trabalho, pois o mesmo trabalha com a imagem e para que não houvesse nenhuma interpretação errônea da dissertação, foi importante deixar claro que os fotógrafos quando fazem a inscrição de suas fotografias para participação no Prêmio, mesmo que não ganhem, o MJDH passa a ter direito sobre as imagens no que diz respeito a pesquisa e divulgação do acervo, desde que não haja lucros financeiros em cima do trabalho dos fotógrafos. Já o apêndice A é a descrição das fotografias premiadas de 1984 a 1990 que foi feita de acordo com a NOBRADE, pois a pesquisa possui como uma de suas metas difundir o acervo fotográfico do Prêmio de Jornalismo e Direitos Humanos através da elaboração de um catálogo seletivo das fotografias premiadas do período de 1984 a 1990, presentes na Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo do MJDH.

CAPÍTULO 1: ENTRE FOTOGRAFIA, MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E SOFRIMENTO

O objetivo deste capítulo é apresentar a revisão teórica dos principais autores e temas que foram levantados para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa. O tema principal a ser pesquisado é a fotografia, pois é o objeto de estudo deste trabalho, além de sua relação com a memória, o esquecimento e o sofrimento, já que esses elementos quando estudados caminham juntos. Cabe então, a delimitação do contexto em que está inserido o tema e o objeto de pesquisa, assim como as subdivisões dos temas mais abrangentes, como fotografia, memória, fotojornalismo e arquivos. Além disso, é necessário abordar, brevemente, sobre a ditadura civil-militar no Brasil e Rio Grande do Sul, tendo em vista que o local de guarda das fotografias pesquisadas foi criado com o propósito de defender os menos favorecidos durante o regime no País, por isso a inserção dessa seção no referencial teórico. Segue abaixo os principais temas relacionados com o objeto da pesquisa.

1.1 FOTOGRAFIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: elementos que remetem ao passado

Antes de abordar o tema principal desta pesquisa, a fotografia, é necessário iniciar com uma breve definição dos tipos de memória através do estudo da psicologia, porém, é bom enfatizar que nesta subseção, a memória será melhor trabalhada como parte das ciências humanas, mais especificamente das ciências sociais, sendo então vista como uma ferramenta de construção do indivíduo e da sociedade da qual o mesmo faz parte. Porém, para entender como a memória se torna essa ferramenta de construção e, talvez, de desconstrução do indivíduo e da sociedade, será feita essa análise desde sua relação neuropsicológica até a social.

De acordo com o autor Ivan Izquierdo (2011), a memória pode ser dividida em algumas categorias, como a sensorial, de curto tempo, de longa duração e autobiográfica. A memória sensorial é consideração de ação rápida ou momentânea, e está relacionada a visão ou audição. Entende-se que essa memória acontece de maneira muito rápida, não deixando muitas atividades neurais, sendo isso a causa de ser uma ação rápida e não duradoura. Já a memória de curto tempo, também conhecida como de trabalho, possui uma duração maior que a sensorial, porém tem uma capacidade limitada, sendo assim sensível à interferência.

Enquanto, segundo Izquierdo (2011), a memória de longa duração (baixo nível) está relacionada a episódios, logo, há associações entre o fato e o tempo que o mesmo ocorreu, além disso, esse tipo de memória possui uma capacidade ilimitada, diferente da de curto tempo, ou seja, a memória de longa duração tem como característica uma maior estabilidade do que as memórias anteriores. Por último, a memória autobiográfica, a qual se remete a memória propriamente dita, ou seja, a lembrança ou evocação do passado. Portanto, entende-se que essa classificação da memória está relacionada a anatomia da mesma, ou seja, como os neurotransmissores⁴ codificam ou transformam a informação recebida (adquirida) e restituem a mesma.

Já a conceituação da memória no campo das ciências sociais advém desde os tempos da antiguidade, quando para Platão, a memória tinha o significado do conhecimento e estava ligada à função divina, enquanto para Aristóteles, filósofo considerado mais racional que Platão, acreditava que a memória era a parte sensível da alma, enquanto a reminiscência (memória) era a parte mais intelectual do sujeito. Assim, segundo Ricoeur (2007), esses dois filósofos por si só são rivais e complementares, pois

O primeiro, centrado no tema da *eikōn*⁵, fala de representação presente de uma coisa ausente; ele advoga implicitamente o envolvimento da problemática da memória pela da imaginação. O segundo, centrado no tema da representação de uma coisa anteriormente percebida, adquirida ou aprendida, preconiza a inclusão da problemática da imagem na da lembrança. (RICOEUR, 2007, p.27).

Outro pensador e estudioso da memória, Sigmund Freud, defendia a ideia de que apenas lembramos quando há um trauma e ou uma associação com um fato, o que ele chamou esse fenômeno de “a posteriori” (FARIAS, 2008). Essas três ideias sobre a memória (divindade, sensibilidade e trauma) têm em comum dois objetos: o estudo da memória e como é feito o ato de recordar.

Desde os tempos mais antigos a associação entre memória, tempo e o fazer recordar estão interligados. Como foi dito anteriormente, os gregos acreditavam que a memória estava diretamente ligada ao tempo e com o passar dos anos, valorizava-se a reminiscência, além de afirmarem que a memória podia ser igualada ao conhecimento. Essa relação do tempo com a memória é chamada de tridimensional (CANDAUI, 2012), quando se subdivide o tempo em memória do passado (recordação), memória da ação (presente) e

⁴ “Diz-se de ou cada uma das moléculas transmissoras do impulso nervoso”. HOUAISS, Antônio. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. p.367.

⁵ Imagem.

memória de espera (esperança). É nesse momento, no ato de lembrar, que muitas vezes a fotografia auxilia esse fazer, tanto do conhecimento quanto dos fatos. Ainda, segundo Ricoeur (2007), a lembrança está relacionada à memória refletida, a qual está ligada à reminiscência de fatos.

Após essa pequena introdução sobre as diferentes formas de atuação e discussão da memória, pode-se entender sua relação com a fotografia e o porquê dessa relação ser inquietante para alguns, como natural para outros. Inquietante no sentido de entender que a imagem pode evocar o passado, mas não na totalidade, natural porque realmente, a imagem consegue trazer à tona lembranças, e essa relação inquietante versus natural pode ser reduzida a um resultado natural da fotografia.

Por isso, a relação que a fotografia e a memória possuem é discutida por alguns autores que trabalham com esse tema. Sendo que uns defendem a ideia de que a imagem evoca o passado e outros discordam ou delimitam outra linha, ou seja, que a imagem fotográfica faz a lembrança de fatos, acontecimentos, sentimentos, através da leitura da imagem. Nesse sentido, a maneira como o espectador da fotografia visualiza a imagem trará como resultados lembranças e sentimentos diferentes, podendo ser confundido com a evocação do passado, mesmo que o passado já tenha acontecido. E no caso do jornalismo, de fato o espectador não vive a experiência da foto, mas vai ter uma memória do evento baseada nas imagens vistas. Ou seja, “a fotografia é, de várias maneiras, uma aquisição” (SONTAG, 2004, p.172). Dessa forma, empregando um adjetivo metafórico, “a fotografia seria, assim, um dispositivo munido de poder misterioso e divino de ressuscitar simbolicamente os mortos, de autorizar a volta dos corpos da morte para a vida [...]” (ROUILLÉ, 2009, p.211).

Segundo Rossi (2010),

[...] na tradição filosófica, e também no modo de pensar comum, a memória parece referir-se a uma persistência, a uma realidade de alguma forma intacta e contínua; a reminiscência (ou anamnese ou reevocação), pelo contrário, remete à capacidade de recuperar algo que se possuía antes e que foi esquecido. (ROSSI, 2010, p.15).

Portanto, potencialmente a fotografia é um objeto de lembrança, do qual a pessoa pode se utilizar para lembrar-se de fatos marcantes ou não. Ou seja, a fotografia está associada a fatos e acontecimentos e é através deles que “ajuda” o indivíduo a lembrar de que aquele fato realmente aconteceu.

Talvez, seja esse um dos motivos das pessoas tirarem fotos, sabendo que a memória não possui a capacidade de guardar tudo e que alguns fatos serão esquecidos ao longo do

tempo e com o passar dos anos, este artefato pode ajudar a fixar fases e momentos da vida. Sendo assim, pode-se inferir que, segundo Rouillé (2009):

[...] a imagem fotográfica torna-se, de certa maneira, a encarnação de uma memória voluntária, a que vai de um presente atual a um presente que “foi”, que opera no presente vivo da ação, que tenta recompor o passado por meio da sucessão desses presentes suspensos, fixos, paralisados, entorpecidos, etc. que são os instantâneos. (ROUILLÉ, 2009, p.221).

A história da fotografia é abordada de diferentes maneiras, por diferentes autores. Inventada no século XIX, por Daguerre, em 1839, “[...] a fotografia surgiu e se estabeleceu como uma forma eficaz de reproduzir o mundo visível com extrema fidelidade” (CHIODETTO, 2006, p.25), nesse sentido o autor corrobora em relação ao fato de que a imagem retratada na fotografia torna-se fiel ao ocorrido. Conforme Andrade (2004):

A fotografia nasce do anseio por uma representação mecânica, supostamente mais objetivo, da realidade visual. Suas origens no ambiente positivista da Europa do século XIX, onde atuaram quase todos os seus precursores, que utilizavam a *câmara obscura* e a *câmara lúcida* para copiar o que viam, tem sido intensamente pesquisadas e discutidas em décadas recentes. (ANDRADE, 2004, p.01, grifo do autor).

Nas diferentes maneiras de enquadrar o objeto percebe-se que o fotógrafo faz escolhas de acordo com o que deseja “mostrar” ao espectador da foto. Mesmo assim, a imagem é por si interpretável pelo espectador, oportunizando que ocorra uma leitura que não era esperada quando o fotógrafo registrou a imagem. Ainda, corroborando com o autor Andrade, Susan Sontag (2004, p.172) afirma que “de fato, a importância das imagens fotográficas como o meio pelo qual cada vez mais eventos entram em nossa experiência é, por fim, apenas um resultado de sua eficiência para fornecer conhecimento dissociado da experiência e dela independente”.

Percebe-se, então, que a memória está associada ao esquecimento, já que este último é como uma forma de fazer com que se possa guardar novas memórias, seria mais como uma maneira de limpar nossa mente, conforme Izquierdo (2011, p.18) “vamos perdendo, ao longo dos dias e dos anos, aquilo que não interessa, aquilo que não nos marcou [...]”. Outro autor que trabalha com a relação memória e esquecimento, Michel (2010), afirma que a memória caminha lado a lado com o esquecimento. Entende-se então ser necessário esquecer para obter novas recordações, novas lembranças.

Esse mesmo autor trabalha com alguns “tipos” de esquecimento que ocorrem nos diferentes graus da sociedade, desde o sujeito (individual) até o coletivo. O primeiro tipo de esquecimento abordado é o esquecimento-omissão, o qual a memória dos indivíduos não deixa de ser seletiva por natureza, e “o que é válido para a memória individual o é igualmente para a memória coletiva.” O segundo é o esquecimento-negação, que de acordo com o autor, de forma involuntária o esquecimento é a expressão patológica da memória, de certa forma uma anti-memória pelos efeitos e não pelas intenções, ou seja, o esquecimento acontece devido a uma doença neurológica ou por um acidente que causou uma doença neurológica, afetando dessa maneira a memória do indivíduo.

O terceiro é o esquecimento-manipulação (esquecimento-direcionamento), o qual a memória é manipulada, elaborada e transmitida de forma oficial para o público com a intenção de ser esquecida ao longo do tempo pelo coletivo. Por fim, o esquecimento-destruição é mais radical que o último esquecimento, pois seu objetivo principal é negar a realidade passada, nem que para isso seja necessário mudar e inventar fatos históricos. Neste trabalho, pode-se eleger um dos tipos de esquecimentos abordados por Michel (2010), que seria o esquecimento-manipulação, no qual uma pequena parcela de sujeitos tem a intenção de fazer com que determinados fatos sejam esquecidos.

Já que a fotografia auxilia a memória nos momentos de esquecimento, como visto anteriormente, é necessário que se fale mais sobre memória. Conforme Candau (2011, p.23) “a memória propriamente dita ou de alto nível, que é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento [...], pode beneficiar-se de extensões artificiais que derivam do fenômeno geral de expansão da memória”, não deixa de estar ligada ao tempo ou, de acordo com Laroche (2008, p.01, tradução própria) “o tempo liga-se a memória na descrição dos processos de percepção, de codificação, de consolidação, de recordar e de esquecer [...]”. Portanto, as fotografias do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo a serem analisadas, são imagens que não deixam de evocar alguma recordação, principalmente, o objetivo pelo qual o Prêmio foi criado.

Mas a memória pensada em sua chave política, jurídica e moral não pode ocultar o fato de que ela é também memória antropológica. Nunca é demais insistir no fato de que a luta pela justiça se dá em diferentes níveis, todos distintos e ao mesmo tempo determinantes entre si: o da memória e história da sociedade, o da memória de sociais e o da memória dos familiares. (SELIGMANN-SILVA, 2006, p.06).

Nesse sentido a imagem pode estar associada à sensação (BERGSON, s/d), ou seja, “a imagem é um estado presente, e só pode participar do passado através da lembrança da qual saiu” (BERGSON, s/d, p.115). Portanto, é necessário haver uma percepção (sensação) para que haja uma lembrança, uma sem a outra deixam de existir.

Esse afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção: “Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros ‘signos’ destinados a evocar antigas imagens.” (BOSI, 1987, p.09).

As fotografias do Prêmio podem informar o espectador de que aquilo existe ou existiu. Conforme a autora Susan Sontag (2004) “não é a realidade que as fotos tornam imediatamente acessível, mas sim as imagens. Por exemplo, hoje todos os adultos podem saber com exatidão como eles, seus pais e seus avós eram quando crianças” (SONTAG, 2004, p.181). Essa afirmação auxilia na confirmação de que imagens fotográficas podem sim servir de prova de existência de um fato ocorrido. Ainda, citando a mesma autora:

No mundo real, algo *está* acontecendo e ninguém sabe o que *vai* acontecer. No mundo-imagem, aquilo *aconteceu* e sempre *acontecerá* daquela maneira. [...] Pois imagens fotográficas tendem a subtrair o sentimento de algo que experimentamos em primeira mão, e os sentimentos que elas despertam, em larga medida, não são os mesmos que temos na vida real. (SONTAG, 2004, p.184).

Percebe-se então a relação que a imagem possui com o fato que aconteceu e, neste trabalho, auxilia ainda mais a relação que a imagem possui com a notícia a qual possa estar vinculada, além de trazer à tona sentimentos ao espectador da imagem. Além disso, as fotografias corroboram na questão de prevalecer a memória verdadeira, a memória do que realmente aconteceu, pois

A memória é seletiva e resulta da luta de forças entre os diferentes grupos sociais, políticos e econômicos. A questão é qual memória cada grupo quer que prevaleça e que seja reiteradamente passada às novas gerações, a fim de garantir sua permanência e força ideológica. Nunca existirá apenas uma memória. (RUBERT, 2014, p.195).

É nesse sentido que a fotografia auxilia na preservação da memória, na preservação dos fatos que ocorreram. E serve ao mesmo tempo como uma ferramenta de guarda e auxílio

para que os acontecimentos não se percam com o passar do tempo. Para melhor elucidar esse tema (imagem – notícia – memória), será explicado na seção seguinte o porquê dessa configuração que essas imagens carregam consigo, podendo ser inclusive “peças comprobatórias numa biografia ou numa história em andamento” (SONTAG, 2004, p.183).

1.2 FOTOJORNALISMO: Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo

Após essa breve contextualização da memória, fotografia e esquecimento, é necessário fazer uma relação com o fotojornalismo, que está presente neste trabalho. Sendo assim, como conceito inicial sobre jornalismo é preciso retomar a sua criação, ou seja, o invento da imprensa, que de um modo geral, sem levar em conta o objeto, pode ser entendida como a designação coletiva dos veículos de comunicação que tem como função a divulgação da comunicação informativa.

O termo imprensa deriva do objeto que lhe deu o nome: a prensa móvel, que foi uma máquina gráfica criada por Johannes Gutenberg no século XV e que, a partir do século XVIII, foi utilizada para a impressão de jornais. No Brasil o surgimento da imprensa ocorreu com a vinda da família real portuguesa em 1808. Surgem nesse momento os dois primeiros jornais brasileiros: o *Correio Braziliense*, editado e impresso em Londres pelo exilado Hipólito José da Costa; e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicação oficial editada pela Imprensa Régia, que foi instalada no Rio de Janeiro com a transferência da Corte portuguesa.

Percebe-se que a própria definição da imprensa está relacionada à comunicação, logo o jornalismo trabalha com as notícias (que pode ser entendida como informação), com os fatos e com a divulgação da informação. Sendo então, o principal objetivo do jornalista divulgar e comunicar a informação que lhe coube, além de editar e publicar, ou seja, conforme Barbosa (2005):

Para a teoria da história é fundamental o que aconteceu, como aconteceu e, sobretudo, por que aconteceu. Pensar historicamente pressupõe contextualizar os espaços sociais numa cadeia de fatos, eventos, ocorrências, costumes, instituições que se conformam como um fluxo (antes e depois). (BARBOSA, 2005, p.56).

Tendo então como principal ferramenta de trabalho a informação e, sabendo que a mesma significa poder, o jornalismo faz uso da influência que possui e divulga a notícia da melhor maneira possível. Algumas vezes, a notícia é interpretada como uma informação manipulada, a qual favorece aquilo que melhor convém naquele momento. Porém, não é

objeto de estudo neste trabalho abordar sobre a manipulação ou não da informação, apenas é importante entender em que meio encontram-se as fotografias que são o objeto de estudo e para isso, é necessário desenvolver brevemente sobre o jornalismo. Pois, como Barbosa (2005) relata:

Comentando os fatos passados, o jornalismo retém esses mesmos fatos no presente, ainda que seja fundamental acrescentar nos textos do mundo contado marcas que distinguem a verdade da ficção: os documentos, por exemplo. O texto jornalístico, portanto, é uma narrativa que recupera um tempo vivenciado por um outrem, narrado por um locutor, que instaura o tempo das coisas contadas. (BARBOSA, 2005, p.54).

Tendo em vista o contexto do período em que foi criado o Prêmio, assim como o local em que se encontram as fotografias, é importante fazer essa relação da informação com a imagem fotográfica. Sendo que as imagens trabalhadas nesta dissertação compreendem a maioria de um período pós ditadura, entende-se que o regime anterior limitava a atuação do jornalismo, o qual muitas vezes se fazia de forma clandestina. Fazendo então uma comparação com a citação de Barbosa, na qual a autora quase que iguala a informação⁶ com o tempo, percebe-se que durante o regime militar essa narrativa que recupera o tempo não possuía um campo de atuação amplo e sim era marcado pela censura e pela falta de liberdade da imprensa. Como bem exemplifica Claudino (2012):

As implicações mais evidentes desse tipo de ação apontam para a emergência de uma série de tensionamentos políticos de toda ordem, de uma forma tal, e com tamanha intensidade, que a dimensão social se apresenta cada vez mais como um espaço que está permanentemente ameaçado por todo tipo de questionamento do status político, social e econômico. (CLAUDINO, 2012, p.24).

Logo, a imprensa faz uso da situação momentânea e do que está ocorrendo na sociedade sua arma fundamental para conquistar o gosto do público, assim, segundo Barbosa (2005):

A profissionalização se deu exatamente pelo vínculo estreito com a sociedade política em regimes de completa falta de liberdade de imprensa. A rigor, o que possibilitou o desenvolvimento profissional do jornalismo no país foi a construção de seu papel como o único intermediário possível entre o público e o poder público, construindo-se simbolicamente como o elo de

⁶ Neste caso a autora utiliza o termo narrativa, pois entende-se que após a informação ter passado pelas mãos do jornalista, o mesmo a transforma em narrativa para que seja interpretada da melhor maneira possível pelo interlocutor.

ligação indispensável entre a fala de um público, sem voz, e a sociedade política. (BARBOSA, 2005, p.56).

Como parte das categorias da imprensa que vai além do jornal impresso, imagens de TV, rádio, há também as imagens ou fotografias, chamadas de fotojornalismo por estarem conectadas a uma notícia. Nesse sentido, corroborando com o tema do trabalho e sendo uma categoria do Prêmio, conforme foi relatado na introdução, o autor Bodstein (2006) aborda que:

O fotojornalismo, como condição de sua sustentabilidade, estagnou-se em monismo referencial – suposto código de universalidade que soou suficiente para manter os pressupostos de sua suposta certidão cultural. Tal código é tomado como a forma com que os meios impressos diários agregam incontáveis imagens de assustadora semelhança expressiva sobre um mesmo fato. (BODSTEIN, 2006, p.100).

Sendo assim, as imagens (fotografias) trabalhadas nesta pesquisa, fazem parte do chamado fotojornalismo, pois estão ligadas aos meios impressos diários, além de agregarem imagens chocantes e expressivas perante a sociedade, pois algumas trazem violência explícita. Um dos exemplos dessas fotografias do Prêmio pode ser atestado na série de fotos vencedoras da edição de 1987. Na ocasião, o repórter fotográfico Ronaldo Bernardi foi premiado pela sequência de imagens intitulada “*O caso do homem errado*”, a qual o cidadão chamado de Julio Cezar, preso acusado de assalto, foi espancado e morto por policiais militares durante uma ação em Porto Alegre. O ocorrido, que teve notoriedade na imprensa, repercutiu principalmente porque Julio Cezar foi preso por engano, sendo então confundido com assaltantes. Na figura 1, mostra a reportagem da premiação que envolveu os repórteres da matéria daquele ano.

Já a sequência de fotografias seguintes (Figuras 2, 3 e 4) mostra o acusado, ainda vivo, entrando numa viatura policial da Brigada Militar. Entretanto, contrariando a versão da Brigada, que afirmava Julio Cezar ter morrido em conflito, as últimas fotos captadas por Ronaldo Bernardi mostram que ele foi morto depois de ter sido preso (Figura 5). O fotógrafo foi premiado pelo Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, edição de 1987, e seu trabalho ganhou notoriedade nacional, o que lhe rendeu ainda os Prêmios Esso e Vladimir Herzog.

Figura 1: Reportagem sobre os premiados do Prêmio de 1987.



Fonte: Jornal Zero Hora, 03 de novembro de 1987, p. (?). Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Figura 2: Cidadão Julio Cezar dentro da viatura da Brigada Militar ainda vivo.



Fonte: Ronaldo Bernardi. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Figura 3: Sequência do fato do cidadão Julio Cezar dentro da viatura da Brigada Militar ainda vivo.



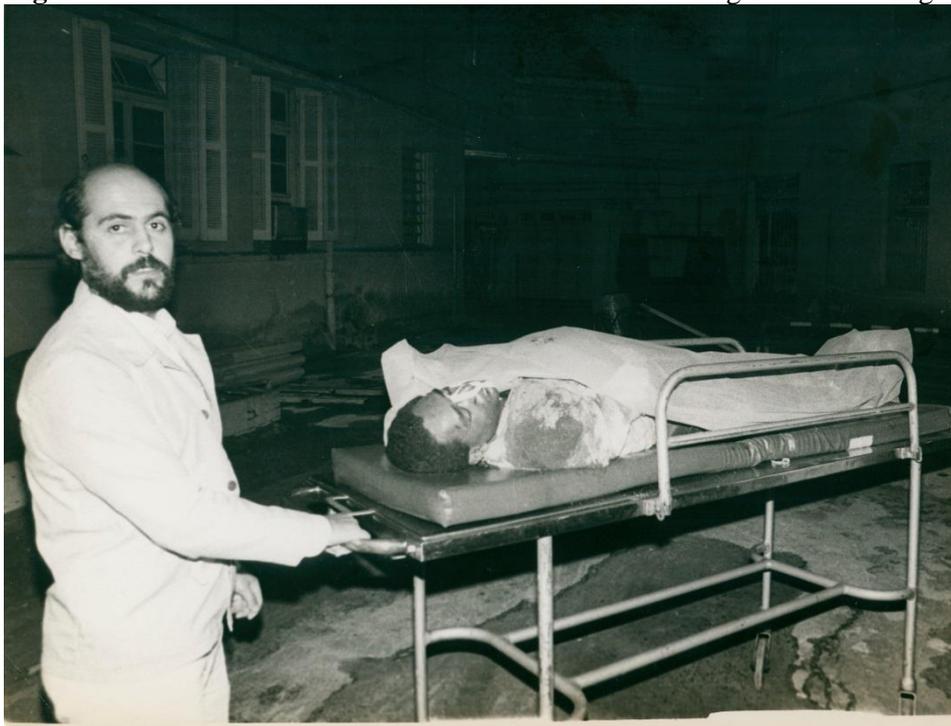
Fonte: Ronaldo Bernardi. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Figura 4: Outra foto da sequência sobre o cidadão Julio Cezar dentro da viatura da Brigada Militar ainda vivo.



Fonte: Ronaldo Bernardi. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Figura 5: Cidadão Julio Cezar morto no Instituto Médico Legal de Porto Alegre.



Fonte: Ronaldo Bernardi. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Sendo assim, esse exemplo de uma premiação mostra e caracteriza que as imagens são artefatos culturais, ou seja, enquanto umas divulgam um produto ou objeto, outras mostram e existem para divulgar notícias, reportagens, acontecimentos que marcaram e marcam épocas, além de serem, segundo Ribeiro (2008):

[...] passível de duplicação infinita, a imagem resguarda, se for o caso, a matriz original, por meio da capacidade de armazenamento propiciada pelo surgimento de técnicas e instrumentos que tornam seus suportes mais resistentes. Após o surgimento dos atuais sistemas de recuperação e disseminação da informação, as formas de tratamento técnico dos documentos textuais se estenderam aos documentos imagéticos. (RIBEIRO, 2008, p.59-60).

Portanto, as fotografias presentes nesse acervo possuem um valor histórico e cultural para a sociedade, já que refletem o ambiente em que foram registradas. Além do mais, podem ser caracterizadas como documentos de arquivo, quando as mesmas podem fazer relação com outros documentos, já que muitas estão vinculadas a reportagens. Sendo assim, segundo Ribeiro, Trentin e Pozenato (1998, p.177) “uma fotografia documento deve ultrapassar o registro de um evento ou objeto e propor um enunciado ou articular informações claras sobre determinado assunto e sua situação. Entretanto, a fotografia, por si só, não é pesquisa. Ela

cumpra uma etapa do processo.” Porém, antes de afirmar se existe essa relação de prova e documento da fotografia, é necessário fazer um pequeno contexto do ambiente político em que foi criado Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo. Tema a ser melhor discutido na próxima seção.

1.3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Tendo em vista o contexto em que se deu a criação do Prêmio, é importante abordar sobre a situação política em que se encontrava o País naquela época. Esta seção desenvolverá uma breve narrativa sobre a ditadura civil-militar no Brasil e no Rio Grande do Sul. Será breve em virtude de não ser o tema central da pesquisa, mas é relevante para a compreensão da importância desse acervo, em especial as fotografias do Prêmio. Para que isso ocorra, a autora desta monografia irá tentar relacionar os temas de memória, esquecimento e sofrimento nesta seção.

A memória como objeto da história, independente se está na mente de alguém ou registrada em algum suporte de informação, geralmente ajuda a refazer o passado e com isso traz lembranças podendo serem boas ou ruins. Muitas vezes, a memória é tratada como uma área do subconsciente, por isso, é comumente vista dentro da psicologia, área que estuda a mente e assuntos correlacionados. Hoje, fora da psicologia, a memória é tratada como memória individual, memória coletiva, memória social, entre outras formas de abordagem. Todas trabalham com a ideia de memória, no entanto, ao longo do desenvolvimento vão se especializando em determinados assuntos que estão presentes no indivíduo e na sociedade. Conforme a autora Sylvania Rubert (2014) muito bem elucidada ao dizer que

As memórias são construídas a partir dos registros disponíveis sobre os respectivos períodos históricos. Em relação à ditadura civil-militar no Brasil, imediatamente pode-se associar os embates pela construção da memória aos embates pela abertura dos arquivos militares, que muito poderiam contribuir para a construção de panoramas mais fidedignos com o desenrolar dos acontecimentos do passado recente. É uma maneira de garantir *que nunca mais aconteça*. (RUBERT, 2014, p.192, grifo da autora).

Sendo assim, houve um tempo na história do Brasil que marcou sua sociedade em aspectos como social, econômico, governamental e, por que não, o consciente (memória) das pessoas que viveram e vivenciaram aquela época. Nesse período (1964 a 1985) o país foi

presidido por militares, momento da história do Brasil também chamado de Ditadura Militar. Foram 21 anos de lutas, falta de democracia, perseguição política, censura, supressão dos direitos constitucionais e repressão aos que eram contra o regime militar. O próprio regime militar no Brasil se favoreceu das turbulências que vinham acontecendo nos governos anteriores ao golpe de 64:

O golpe de 1964 foi desferido supostamente contra o comunismo. Mas, além dos comunistas, alvos dos Estados Unidos e dos seus aliados no contexto da Guerra Fria, o golpe também foi desferido contra o governo de João Goulart e contra políticos que defendiam o projeto nacionalista, como o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cujo apoio a Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, era visto como inadmissível pelas forças conservadoras. (WASSERMAN, 2009, p.05).

O período da ditadura foi marcado por várias tentativas de derrubar o poder, desde a aplicação dos Atos Inconstitucionais (AI), como o AI-1 que autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão durante dez anos, a eliminação do direito ao voto, entre outras cassações aos direitos dos cidadãos. Ou como o AI-5, decretado em 1968 que impunha mais repressão aos opositores do regime militar e ainda fechou o Congresso Nacional por quase um ano.

O Estado fica cada vez mais incontrolável e acontecimentos, como a Guerra Fria, colaboram ainda mais com o ideal dos militares. Além disso, houve o "desaparecimento" e a morte de centenas de militantes, políticos e estudantes de esquerda. Ao mesmo tempo em que a liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação foi cerceada. Nessa época, segundo Reis (2012):

No contexto de crise e radicalização política e social da década de 1960, objetivo nacional das ditaduras era o combate ao "inimigo interno" identificado com o comunismo dirigido por Moscou. Nesse sentido, a doutrina (Doutrina da Segurança Nacional) justificava o combate aos "inimigos internos", todos aqueles que não se enquadravam no sistema, fossem opositores explícitos ou críticos do governo; de modo geral eram identificados como subversivos ou comunistas. (REIS, 2012, p.17).

Entretanto, mesmo após o decreto do AI-5, dois grupos de esquerda, o Movimento Revolucionário 08 de Outubro (MR-8) e a Ação Libertadora Nacional (ALN) sequestraram o embaixador dos Estados Unidos da América (EUA) como garantia para a libertação de 15 presos políticos, exigência que foi atendida. No final do ano de 1969, o líder da ALN, Carlos

Marighella, foi morto pelas forças de repressão em São Paulo. Com esse acontecimento e outros, ficava cada vez mais evidente a oposição e repressão do regime militar àqueles que eram contrários a sua atuação política.

Em 1969 foi escolhido pela Junta Militar o novo presidente do Brasil, o general Emílio Garrastazu Médici. Seu governo é considerado o mais duro e repressivo do período, em função disso ficou conhecido como "*Anos de Chumbo*"⁷. A repressão à luta armada cresce e uma severa política de censura é colocada em execução, jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística são censuradas, até mesmo fotografias. O Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) atuava como centro de investigação e repressão do governo militar em diversas áreas, inclusive no campo da guerrilha rural no Araguaia.

Uma das consequências da atuação do DOI-CODI foi a prisão de muitos professores, políticos, músicos, jornalistas, artistas e escritores, alguns deles foram investigados, torturados ou exilados do País. Esse terrorismo de estado permaneceu até o ano de 1985, no entanto, durante esse período o governo dos militares soube governar especificamente para uma classe da sociedade, ou seja, o governo entendia e sabia como deixar a classe média brasileira de mãos atadas sem ela ter esse conhecimento, como explica Dreifuss (1981):

Na atmosfera elitista do Brasil, as demandas das classes médias eram vistas como o ponto de referência para a identificação da legítima expressão popular. Em contraste, o apoio popular das classes trabalhadoras ao governo ou aos grupos e indivíduos políticos da esquerda e do trabalhismo era representado como o resultado do incitamento subversivo das massas pelo Executivo e o bloco nacional-reformista. (DREIFUSS, 1981, p.291).

É nesse processo que se deu início a abertura lenta e gradual da repressão e opressão do Estado, que segundo Reis (2012):

O fim do “milagre”, acelerado pela crise do petróleo (1973), e a estagnação econômica geraram descontentamentos sociais que forçaram o general Ernesto Geisel a anunciar uma “distensão” política. O objetivo da “distensão” era assegurar o afrouxamento da tensão sociopolítica através de uma maior, mas sempre controlada, participação política dos setores de oposição, no intuito de cooptá-lo. (REIS, 2012, p.19).

⁷ Período que compreende os anos de 1968 a 1974, teve início a partir da decretação do AI-5, durante o governo de Costa e Silva, estendendo-se até o fim do governo Médici. Período de maior utilização, sistematização e qualificação dos mecanismos repressivos.

A conjunção das ditaduras civil-militar ocorridas na América Latina se deu em situações diferentes. O Brasil foi um dos primeiros países a instaurar o regime militar como forma de governo em 1964 com a deposição de João Goulart. Percebe-se que durante esse período houve uma linearidade de acontecimentos, sendo eles o terror de estado, mudanças econômicas e, por último, o retorno à democracia. Porém, esse último fato tem sido marcado mais pela presença da tentativa do esquecimento de que a ditadura realmente ocorreu, ou seja, “as memórias da ditadura brasileira, assim como afirma Ricoeur (2000), são permeadas pelo movimento dialético que caracteriza as relações entre esquecimento e lembrança, sempre presente na condição histórica” (RUBERT, 2014, p.192). Lembrando neste momento sobre a relação da memória com o esquecimento, relação citada por Michel (2010) nas suas quatro categorias de memória, sendo que a melhor que se encaixa é a terceira, a qual trabalha com ideia do esquecimento-manipulação ou esquecimento direcionado, no qual a memória é manipulada e transmitida de forma oficial para o público, mas com a intenção de ser esquecida ao longo do tempo.

Por fim, foi na década de 1960 que houve uma maior atuação e criação dos movimentos sociais (estudantil, feminista, direitos humanos, entre outros), assim como a criação de fato do Movimento de Justiça e Direitos Humanos em 1979, tema a ser melhor discutido no capítulo 3.

1.4 ARQUIVOLOGIA E A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO: UM ESTUDO DE CASO

A inserção da Arquivologia neste trabalho reflete da formação da autora do mesmo. Aproveitando-se da análise das fotografias que iriam ser feitas, nada melhor do que fazer uso desse resultado e criar um instrumento de pesquisa que iria corroborar com uma das metas propostas no escopo da dissertação. Sendo assim, esta seção não tem o intuito de esmiuçar sobre a Arquivologia, mesmo por que, isso sairia do objetivo deste trabalho. Portanto, o intuito aqui é apenas mostrar, em poucas palavras como essa ciência se comporta até ao ponto de chegar nos instrumentos de pesquisa, sendo uns deles o produto deste trabalho.

Primeiramente, é importante dizer que a relação do Prêmio tem com a Arquivologia diz respeito à questão da forma como ele (o Prêmio) realiza a evocação da memória do jornalismo de denúncia do período pós-ditadura. E isso acontece através dos documentos que constituem o acervo e configuram-se como fontes que necessitam estar preservadas e acessíveis à comunidade (pesquisadores, usuários, historiadores, etc.). O Prêmio recorda ano

após ano o que restou do legado que o regime repressivo deixou para o País e para a própria imprensa, embora já passados mais de 30 anos do fim da ditadura civil-militar no país. Porém, durante esse período a censura e a repressão foram ferramentas marcantes de poder do regime ditatorial, sendo, portanto, quase que impossíveis de serem esquecidos. E é nesse ponto que o Prêmio atua: no não esquecimento dessas atividades de censura e repressão, abuso de poder que ocorreram e que, infelizmente, ainda ocorrem no nosso País⁸.

O exercício do poder sempre tem, de alguma forma, apoio do grupo social, o que pode gerar certo consenso. Porém, quando a violência toma proporções maiores do que a aceitação popular pode digerir, justificativas podem redirecionar o foco da questão como não sendo medidas de ataque, e sim de prevenção. (RUBERT, 2014, p.200).

Assim, entende-se que o acervo do MJDH possui um valor histórico e patrimonial incalculável para a sociedade. Por isso, a necessidade de organização desse acervo de forma arquivística, a fim de torná-lo o mais acessível possível na questão informacional. Para justificar a realização do catálogo seletivo e do índice, será relatado a seguir algumas das principais atividades da Arquivologia.

Segundo Jardim (1999) a Arquivologia debruça-se em três dimensões que se integram: conhecimentos arquivísticos, as organizações arquivísticas e o próprio arquivista. Sendo assim, a arquivística é um conjunto de princípios, conceitos e metodologias a serem observados na produção, organização, guarda, preservação, uso e destinação de documentos em arquivos. Para o desenvolvimento desse conjunto de princípios, a Arquivologia possui uma sequência de tarefas, as quais são consideradas como o tronco da ciência sendo a classificação, avaliação e a descrição⁹.

Assim, os arquivos atuam e demandam atividades que vão desde a restauração, recuperação e encadernação de documentos; microfilmagem; classificação, avaliação e descrição de documentos; a elaboração de instrumentos de pesquisa e de gestão documental; estudos históricos; documentos eletrônicos; além do atendimento aos usuários. Tais atividades podem ser realizadas em qualquer arquivo, público ou privado. No contexto em que se encontra este trabalho, define-se arquivo privado como:

[...] os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades. (...) esta definição

⁸ Cita-se aqui o caso mais recente e conhecido na mídia: o caso Amarildo ocorrido em 2013, semelhante ao caso do “Homem Errado” que ocorreu em 1987.

⁹ Sequência conhecida como algumas das sete funções da Arquivologia.

toça no ponto essencial da especificidade dos documentos de arquivo: sua organicidade. A relação entre a individualidade do documento e o conjunto no qual ele se situa geneticamente é precisamente a base da noção de fundo de arquivo. (BELLOTTO, 2006, p.253).

A organicidade é um dos pontos essenciais para o entendimento das atividades e funções que uma instituição (pública ou privada) ou uma pessoa possui e é a partir desse entendimento que se pode realizar a construção de instrumentos de gestão, como o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, ambos são resultados, respectivamente, da classificação e da avaliação arquivística. Mas, o ponto essencial da citação da autora Bellotto reside na questão de que essa relação orgânica dos documentos (produção, uso, destinação, trâmite) forma um conjunto documental que é um fundo de arquivo, ou seja, “conjunto de documentos de uma mesma proveniência¹⁰,” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.97). Nesse sentido, compreende-se que o MJDH enquadra-se na definição de um fundo de arquivo a partir do momento que o mesmo é custodiador de um conjunto de documentos, os quais possuem relação entre si, ou seja, relação orgânica.

Para melhor entendimento da base metodologia arquivística, pode-se dizer que o conceito de classificação é aquele que diz respeito à representação hierárquica da estrutura das ações do produtor de documentos, ou seja, segundo Sousa (2006, p.20) “representa a atividade intelectual de construção de instrumentos para organização dos documentos, independentemente da idade à qual eles pertençam”. Já a avaliação, a partir da classificação, estabelece os prazos e instrumentos de destinação dos documentos, ou seja, constitui a atividade essencial do ciclo de vida documental¹¹, na medida em que define quais os documentos serão preservados para fins administrativos ou de pesquisa e quando poderão ser eliminados, transferidos ou recolhidos, segundo o valor e potencial de uso que apresentam para administração que os gerou.

Enquanto a descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo, explicitando o contexto e o conteúdo do mesmo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época. É empregada com maior frequência na terceira idade, ou seja, nos arquivos chamados de permanente.

¹⁰ “Termo que serve para indicar a entidade coletiva, pessoa ou família produtora de arquivo”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.140).

¹¹ “Sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, da sua produção à guarda permanente ou eliminação”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.47).

Portanto, nessa última fase (descrição) são elaborados os instrumentos de pesquisa (instrumentos de recuperação da informação), como guia, inventário, catálogo, catálogo seletivo e índice¹², que explicam os documentos de arquivo quanto a sua localização, identificação e gestão, além de situar o pesquisador quanto ao contexto e aos sistemas de arquivo que os produziu. Além de ter como maior produto da sua elaboração a acessibilidade e a recuperação da informação contida na documentação. Atividade essa que foi desenvolvida na pesquisa no trato das fotografias, elaborando-se um catálogo seletivo (Apêndice A). Corroborando com essa ideia de divulgação e recuperação do acervo fotográfico, os autores Ribeiro, Trentin e Pozenato (1998) melhor definem a ideia de fotografia

[...] como descrição e manifestação da mesma coisa é a base da fotografia como um tipo de interpretação da realidade. Além de serem registros visuais de assuntos ou temas, as fotografias são também efeitos visuais daquilo que representam. A fotografia tem sempre essa ambivalência, uma vez que, por definição, é uma linguagem icônica. [...] Um dos modos é garantir que o registro, na fotografia documental para a pesquisa de elementos da cultura, seja feito com a objetividade possível, para que possa transformar-se em documento, em objeto de investigação, ou ser instrumento de coleta de dados. (RIBEIRO, TRENTIN e POZENATO, 1998, p.177).

Assim, durante a descrição se faz o uso da normatização, que pode ser a Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística (ISAD (G)) ou a Norma Brasileira de Descrição (NOBRADE). A normatização tende a facilitar a ordenação dos fundos, evitando-se assim inúmeras formas de descrição e termos, o que geraria um resultado oposto do esperado pela descrição. Ou seja, a norma padroniza a descrição arquivística em fundos como um todo e em suas partes e, contém regras gerais que podem servir como base para a criação de normas locais ou ser usada em conjunto destas, se já existirem. A estrutura da ISAD (G) parte de um princípio hierárquico, no qual a descrição é feita em níveis, também chamada de multinível, aplicados nos seus diferentes elementos de descrição (áreas). Essa norma possui vinte e seis (26) elementos descritores divididos em sete (7) áreas de informação descritiva, sendo seis (6) elementos de caráter obrigatório. Podendo ser melhor visualizados a seguir:

1. código de referência (área de identificação);

¹² Segundo a autora Bellotto (2004), o **guia** possui como finalidade proporcionar uma visão geral do acervo e dos serviços prestados pelo arquivo; o **inventário** possui como finalidade descrever os conjuntos documentais ou parte do fundo; o **catálogo** descreve as peças documentais de uma série ou mais séries; o **catálogo seletivo**, como o próprio nome diz, seleciona documentos de um ou mais fundos para descrever; o **índice** está relacionado a uma lista de nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética, remetendo ao leitor à localização dessas informações, geralmente, o índice complementa o inventário ou o catálogo seletivo.

2. título;
3. produtor;
4. data(s);
5. dimensão da unidade; e
6. nível de descrição.

Já a NOBRADE é uma versão brasileira da ISAD (G) e da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)) para facilitar sua aplicação aos diferentes tipos de acervos existentes no Brasil, portanto não é apenas o produto da tradução da ISAD (G), pois foi pensada para atender a demanda dos acervos do Brasil. Essa norma visa facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional e tem como objetivo estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Segue a mesma didática da ISAD (G) na questão do respeito aos fundos e a descrição de multiníveis, partindo do geral para o particular; informação relevante para o nível de descrição; relação entre descrições; e, não repetição das informações.

A NOBRADE foi a norma utilizada para a elaboração do catálogo seletivo e do índice da pesquisa. Difere nos elementos da ISAD (G), pois possui vinte e oito (28) elementos de descrição divididos em oito (8) áreas de informação descritiva, sendo sete (7) obrigatórios, incluindo um item a mais do que a ISAD (G), como pode ser visualizado abaixo:

1. código de referência;
2. título;
3. data(s);
4. nível de descrição;
5. dimensão e suporte;
6. nome(s) do(s) produtor(es); e
7. condições de acesso (usado somente em descrições de níveis 0 e 1).

Portanto, a partir da descrição arquivística, o resultado obtido, geralmente, é um produto final que é o instrumento de pesquisa, o qual sistematiza a descrição. Sendo assim, o instrumento representa os documentos e suas agrupações, ou seja, é uma representação fiel dos documentos de tal modo que configura a documentação de forma precisa e objetiva.

Diante disso, relata estritamente o necessário enquanto objeto de descrição, além de oportunizar as políticas públicas no acervo, através da frequência de consulta, identificação histórica, redundância de informações, entre outros.

Por fim, em se tratando do acervo do MJDH as atividades de classificação e avaliação não ocorreram como, geralmente, acontece em um arquivo. Isso não aconteceu, porque em primeiro lugar o acervo do MJDH possui uma característica específica: trata-se de um arquivo de caráter histórico, em se tratando de arquivos históricos ou permanentes há diferentes maneiras de intervenções arquivísticas. Em segundo, porque é possível dentro da área, aplicar uma metodologia chamada de arquivística integrada, defendida por alguns autores, como Lopes (2009). Essa metodologia aborda basicamente que é viável realizar a classificação, a avaliação e a descrição arquivística concomitantemente, principalmente em acervos de caráter permanente, que é o caso do MJDH. Por isso, quando se deu a organização do acervo em 2009, não foram realizadas em separado as atividades de classificação e avaliação da descrição, ou seja, todas foram realizadas ao mesmo tempo.

Sendo assim, a arquivística tem por objetivo gerir o conjunto das informações produzidas por um organismo ou por uma pessoa no âmbito das atividades ligadas à missão, ao mandato e ao funcionamento do organismo ou ao funcionamento e à vida da referida pessoa. Todas as intervenções do arquivista devem ocorrer levando em consideração o princípio da proveniência¹³ e do reconhecimento do fundo de arquivo como unidade central das operações arquivísticas.

Portanto, este trabalho compreende, além da análise das fotografias, a elaboração de um instrumento de pesquisa dessas fotografias que fazem parte da Série Documental Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, que compreendem o período de 1984 a 1990. Assim, o trabalho foi realizado em um arquivo de caráter permanente, sendo considerado como um fundo aberto¹⁴, ou seja, que continuará a receber documentação, já que o Prêmio acontece todos os anos.

A partir desse contexto, a Arquivologia vem auxiliar no sentido de divulgação do objeto de estudo deste trabalho, através da criação de um catálogo seletivo das fotografias premiadas, fazendo o uso das normas utilizadas por essa ciência. Esse instrumento de pesquisa, além de divulgar, também irá contribuir para a preservação desse acervo que tem uma

¹³ Princípio base da Arquivologia, o qual diz respeito que fundos (acervos) diferentes não devem ser misturados.

¹⁴ Termo da área que significa que o fundo ainda está em atividade, ou seja, ainda produz e recebe documentação. Diferente de um fundo fechado, o qual já encerrou suas atividades, ou seja, não produz nem recebe documentos.

magnífica importância, tanto jornalística como de pesquisa, na história do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Diante disso, o arquivo deixa de ser um espaço físico, inerte e restrito, e passa estar presente em outros espaços, como o virtual. Por isso, é preciso saber o que fazer com esses novos espaços para entender como preservar e dar acessibilidade ao conteúdo informação que neles contêm aos seus usuários através da divulgação e disponibilização do mesmo por meio de um instrumento de pesquisa.

Assim, é na Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo que a Arquivologia, que é uma área que se relaciona com a Ciência da Informação e diversas outras ciências afins, tem por objetivo tratar a informação de tal forma a disponibilizá-la tanto como pesquisa quanto como evidência (fator de prova de que algum evento ocorreu). Sendo assim, a análise documentária de imagens, segundo Manini (2008):

Como a de textos, inicia-se com a leitura do documento fotográfico com fins documentários. Ela requer do profissional da informação um certo conhecimento prévio, o repertório, sobre o conteúdo da fotografia ou do conjunto maior de que faz parte. Isto, contudo, não deve ser condição ou pré-requisito para a efetiva realização da análise. (MANINI, 2008, p.131).

Portanto, para a elaboração do instrumento de pesquisa, foi necessário fazer um estudo tanto histórico como de pesquisa, partindo da criação do MJDH em 1979 até aos dias atuais, além disso, como se deu a criação do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo em 1984 até o ano de 1990 (recorte da pesquisa), e observando suas mudanças, como quais os acréscimos que ocorreram devido às atualizações e modernizações das mídias e do acesso à informação.

A partir desse contexto, o que realmente faz de um arquivo um centro do conhecimento é o que ele guarda nas suas estantes e na sua própria “memória”. E para que esse conhecimento esteja ao alcance de todos, ele tem que estar organizado e, principalmente, preservado, pois não basta ter a informação armazenada ordenadamente dentro de um arquivo e o usuário não saber como chegar até ela (informação). No próximo capítulo será abordada a metodologia deste trabalho, a qual dá suporte para as etapas que foram desenvolvidas na pesquisa.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

A metodologia foi baseada, primeiramente, numa revisão analítica de bibliografias que abordam os temas de fotografia e memória, assim como o contexto no qual o MJDH foi criado, ou seja, questões sobre ditadura civil-militar no Brasil e que, de certa maneira, influenciam e influenciaram a criação do Prêmio. Num segundo momento, a partir da revisão analítica, foi feita uma leitura de todas as fotografias premiadas no período de 1984 a 2012. Nesse momento, percebeu-se que não seria possível trabalhar as 340 fotografias premiadas durante esse período, devido ao tamanho do acervo e as particularidades das fotografias. Por isso, foi feita uma nova análise com intuito de otimizar o desenvolvimento do trabalho. A partir dessa análise chegou-se à conclusão de delimitar o período de 1984 a 1990 como o objeto de estudo deste trabalho. A leitura foi a base para o desenvolvimento da análise das imagens. Por último, foi feita uma sistematização do tratamento da informação como técnica de pesquisa com intuito de demonstrar o discurso documental das fotografias como forma de evocar a memória dos direitos humanos inserida no Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Por fim, a partir desse conjunto da revisão analítica, da leitura das imagens e do tratamento da informação, a metodologia se caracteriza com um estudo de caso, auxiliada pela abordagem qualitativa e quantitativa, tendo em vista o número de fotografias e a análise das mesmas. Entende-se por estudo de caso quando a pesquisa envolve uma abordagem ampla do objeto de estudo, ou seja, segundo Gil (2008, p.57) “caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”, neste caso, o estudo profundo se dará a partir da análise das fotografias.

Quanto à natureza da pesquisa é básica, que segundo Silva e Menezes (2001, p.20) este tipo de pesquisa” gera conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista”. A mesma será desenvolvida num intervalo de tempo curto, logo a temporalidade é transversal. Já a origem dos dados será do tipo documental, visto que o material a ser pesquisado enquadra-se como fonte documental. Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa será descritiva, pois envolverá o uso de técnicas padronizadas, como observação sistemática. Sendo que a pesquisa do tipo descritiva, segundo Silva e Menezes (2001, p.21), “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

O estudo ainda previu, de forma preliminar, as seguintes técnicas e procedimentos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa:

1. Estudo de como se deu a criação do Prêmio de Jornalismo e Direitos Humanos por meio de entrevistas e observação do arranjo em que se encontra o acervo.
2. Análise das fotografias do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo do período de 1984 a 1990.
3. Descrição do acervo fotográfico do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo para a elaboração do catálogo seletivo, elaborado através da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

Para chegar a esses pontos foram realizadas as seguintes atividades: levantamento de como se deu a criação do Prêmio no âmbito do MJDH, assim como o levantamento das fotografias estabelecidas pelo recorte para a elaboração da pesquisa. Para obtenção da quantidade de fotografias e o estado em que as mesmas se encontravam, foram realizadas algumas visitas de campo ao local do objeto de estudo, ou seja, no MJDH em Porto Alegre em janeiro de 2014. A partir disso, soube-se exatamente o número de imagens e se havia alguma lacuna nesse período a ser pesquisado.

Após o levantamento, chegou-se ao resultado de 341 fotografias premiadas durante o período de 1984 a 2012 (período inicial da pesquisa), sendo que as dos anos de 1995 e 1996 não foram encontradas no acervo. As imagens estão distribuídas em Preto e Branco (P&B) e Coloridas, sendo que as coloridas são as mais recentes. Percebeu-se durante o levantamento que não havia um tamanho padrão estipulado para as inscrições das fotografias, apenas com o passar do tempo esse “padrão” foi sendo adequado e exigido pelas regras do Prêmio. Entendendo-se que não seria possível trabalhar com as 341 fotografias durante o período do mestrado, optou-se em estipular um novo período para o objeto da pesquisa, dentro desse novo recorte estabelecido para o desenvolvimento do trabalho, obteve-se o somatório de 74 fotografias.

Como o acervo da pesquisa encontra-se em Porto Alegre e como uma das metas deste trabalho era a elaboração de um catálogo seletivo, optou-se durante o levantamento pela digitalização das imagens, evitando-se assim a retirada das fotos do local de origem e o manuseio constante das mesmas e viagens seguidas a Porto Alegre. Para a digitalização das imagens foi utilizado um formulário (Quadro 1), o qual deu continuidade para elaboração do formulário de descrição das imagens, ou seja, a partir dos dados contidos neste formulário os mesmos poderão auxiliar na criação dos campos a serem preenchidos para a elaboração do instrumento de pesquisa (catálogo seletivo).

Para a captura das fotografias foi utilizado o Scanner MicrotekScan Wizard 90000, disponibilizado pela Fototeca Memória da UFPel. O mesmo foi levado até ao MJDH, em Porto Alegre, para a digitalização das imagens. As imagens foram salvas no disco C do computador da autora e em um HD externo. Foram utilizadas 30 horas para a digitalização das fotografias.

Quadro 1: Formulário para digitalização das fotografias premiadas – 1984 a 1990.

FORMULÁRIO DIGITALIZAÇÃO – FOTOGRAFIAS	
Foto n°:	Tamanho:
Formato de arquivo: imagem TIFF (.tiff)	
Resolução: 300 dpi	
Cor:	
Escala: 1:1	
N° do Prêmio:	
Data da digitalização:	

Fonte: Elaboração própria, 2014.

O formulário possui alguns campos básicos para identificação da fotografia, como o número do Prêmio a que está vinculada e o ano do mesmo. Todas as fotografias foram digitalizadas no formato *Taged Image File Format* (TIFF), pois, segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) (2010, p.13), o formato TIFF “é o que apresenta elevada definição de cores sendo amplamente conhecido e utilizado para o intercâmbio de representantes digitais entre as diversas plataformas de tecnologia da informação existentes”. Dessa forma, o MJDH pode gerar através das imagens outros produtos, tais como exposições, publicações de livros, entre outros. A digitalização feita no formato TIFF auxilia, de certa forma, na manutenção do acervo, pois além de ter uma boa resolução, evita-se ter que digitalizar novamente as imagens. A digitalização não teve o intuito de gerar um banco de dados para o MJDH, porém, essa iniciativa não inibe a elaboração do mesmo. Pois, como foi

explicado anteriormente, a digitalização foi feita apenas para facilitar o trabalho da pesquisadora.

No campo da resolução foi definido o padrão 300 *dpi*, o qual significa o número de pixels utilizados para apresentar a imagem expressa por polegada. Essa resolução teve como fato de definição o número de fotografias, pois se o padrão fosse maior, maior seria o tempo de captura das imagens. O formato TIFF já exige um tempo maior de captura, aliado a resolução, levaria mais tempo. Como há fotos em P&B e Color, optou-se em ter um campo que especificasse qual a cor da fotografia e assim poder ter um dado específico do total das imagens, sendo que das 341 fotos, 110 são em P&B. As fotografias foram digitalizadas nas suas cores originais, ou seja, se a foto era P&B, foi digitalizada em P&B. A escala da imagem foi definida como 1:1, ou seja, manteve-se a qualidade da imagem digital em relação a sua fidelidade com o original (CONARQ, 2010).

O item número da foto corresponde a contagem das imagens, para se saber quantas fotografias premiadas existem no período, assim como para identificação da imagem digitalizada, pois o número está relacionado à captura da imagem. No campo tamanho indica o real tamanho da imagem no formato em papel. Por fim a data da digitalização para auxiliar na elaboração de futuros instrumentos.

Para a elaboração do catálogo seletivo, optou-se pela construção do mesmo via verbete e não por quadro. O uso da descrição por verbete ocupa menos espaço (bits e folhas), além de situar melhor o leitor que não compreende os campos e elementos da descrição arquivística. Neste caso, segue no Quadro 2 os principais elementos a serem tratados pela descrição das fotografias premiadas. O quadro serve apenas como uma ilustração dos elementos. Deve ficar claro que não é preciso preencher todos os elementos, como é o fato da função e ação que podem ser abordadas numa única vez, já que a fotografia a ser analisada, muitas vezes estará relacionada a um fato jornalístico.

Quadro 2: Elementos que foram utilizados na descrição das fotografias.

Elemento	Descrição
Item documental	Fotografias da Subsérie 05.1: Trabalhos Premiados
Emissor	Fotógrafo da imagem
Destinatário	Jornal ou próprio MJDH
Função	Mostrar a imagem de um fato
Ação	Intenção da fotografia (relação com alguma matéria jornalística)

Data tópica	Local de produção da fotografia
Data cronológica	Data da fotografia
Assinatura	Se houver
Anexos	Observações que forem necessárias
Notação	Fundo Aberto, Série, localização no acervo

Fonte: Elaboração própria, 2014.

Para finalizar a parte metodológica do trabalho, na elaboração do catálogo seletivo foi utilizado o cabeçalho abaixo, de acordo com as recomendações da NOBRADE, sendo que os códigos possuem os seguintes significados respectivamente: – BR está relacionado ao país onde se encontra o acervo, neste caso o Brasil; – RS corresponde a região onde está custodiado o acervo, portanto o estado do Rio Grande do Sul; por último – MJDH – que corresponde a abreviatura da instituição custodiadora do acervo, aqui representada pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

CÓDIGO DADO PELA NOBRADE: BR RS MJDH

FUNDO: Movimento de Justiça e Direitos Humanos – MJDH

SÉRIE 05: Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo – PDHJ

SUBSÉRIE 05.1: Trabalhos Premiados – TP

CAPÍTULO 3: BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (MJDH)

Neste capítulo é realizada uma contextualização do histórico do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e algumas de suas principais ações ao longo dos anos. Essa contextualização foi iniciada durante a especialização realizada na UFSM, em 2012, e encontra-se mais completa no trabalho intitulado “Descrição analítica: um estudo de caso da Subsérie Depoimentos e Testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH”. Assim, inicia-se esta narrativa sobre um breve contexto dos movimentos sociais no Brasil, que tiveram seu auge na década de 1960.

Nesse sentido, será discutido em duas categorias os movimentos sociais no Brasil, os quais podem ser nomeados quanto aos que aconteceram no espaço urbano e aos que aconteceram no espaço rural. Tais movimentos quando estudados evidenciam em suas estruturas que tiveram uma forte influência do marxismo, ideologia muito disseminada na década de 1960.

Os movimentos urbanos têm como característica comum entre eles a sua curta durabilidade, ou seja, começam e terminam muito rapidamente de acordo com a problemática mais marcante do período da sua existência, exceto alguns que ainda continuam lutando por seus direitos, como o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Movimentos dos Sem-Teto, alguns Movimentos Estudantis, e, recentemente, voltou com muita força o Movimento Feminista.

Já os movimentos rurais têm seu início no Brasil Colônia quando a terra foi mal distribuída através das sesmarias, por favor real, fato este que excluiu grande parte da população do acesso direto à terra. Desde aquela época a questão agrária é um problema sempre presente nos planos de governo. Os movimentos rurais são aqueles que lutam pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento dos boias-frias, dos posseiros, dos pequenos proprietários de terra, as ligas camponesas, entre outros.

A essência dos dois espaços, o urbano e o rural, “é a mesma, estão em busca dos seus direitos, respeito e dignidade, portanto merecem reconhecimento como qualquer outro movimento” (FIALHO, 2010). Cada movimento tem sua característica específica. No entanto, todos expressam as contradições econômicas e sociais da sociedade brasileira, segundo Fleuri (2005):

Entretanto, o eixo conceitual em torno do qual se situam as questões e as reflexões emergentes neste campo, e que caracteriza os mais espinhosos problemas do nosso tempo, é o da possibilidade de *respeitar as diferenças e de integrá-las em uma interação que não anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos*. (FLEURI, 2005, p.03, grifo do autor).

Hoje, com a facilidade de acesso e divulgação da informação fica cada vez mais fácil expor os movimentos sociais, assim a população toma conhecimento através de manifestações públicas, como as passeatas, que são ações que dão maior visibilidade tendo em vista o número de participantes. Diante do exposto, um dos desafios dos movimentos sociais está na articulação conjunta, resguardadas as diferenças para a elaboração de propostas que possam ir para além da globalização econômica, que avance na direção de uma globalização social (SOUZA, 2010).

Para Gohn (1995) os “novos” movimentos:

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 1995, p.44).

Não poderia ser diferente a atuação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que foi criado oficialmente em 25 de março de 1979¹⁵. Antes da sua criação oficial, o grupo fundador já vinha atuando nas questões de defesa aos Direitos Humanos. Assim, em 1979, como relata Cunha (2008), em seu livro intitulado “*Operação Condor. O sequestro dos uruguayos: uma reportagem dos tempos da Ditadura*”:

Em 1979, enquanto o mundo discutia as mazelas das ditaduras do Cone Sul, ele (Jair Krischke) e um grupo de amigos e voluntários, alguns ainda do tempo da praça da legalidade, fundaram o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) de Porto Alegre. A primeira reunião foi numa sala emprestada, no centro da cidade, com três dezenas de cadeiras de bar. (CUNHA, 2009, p.434).

¹⁵Relatório anual. MJDH, 1980.

Portanto, o MJDH é uma sociedade civil, apartidária, sem fins lucrativos e com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – Brasil. Mesmo sendo criado em 1979, o MJDH na década de 1960 já se preocupava em auxiliar pessoas perseguidas, não apenas pelos militares brasileiros, mas também pelos regimes autoritários dos países latino-americanos.

No início da década de 1970, a integração das ditaduras do Cone Sul teve como alvo principal os movimentos populares de resistência, os sindicatos e os partidos políticos de oposição. Um acordo clandestino de cooperação entre os aparelhos de repressão do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai, criaram a “Operação Condor”. É nesse contexto que o MJDH começa sua atuação “não oficial¹⁶”.

Com o fim do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em março de 1979, esse mesmo grupo que lutava pelos direitos de liberdade de expressão, pela libertação de presos e contra a atuação ilegal de policiais, com base na urgente necessidade de prestar uma ajuda mais qualificada aos povos do Cone Sul – com a liderança de Jair Krischke, Celso Franco Geiger e o Padre Albano Trinks – resolve fundar oficialmente o Movimento de Justiça e Direitos Humanos em 25 de março de 1979.

O MJDH com a existência de fato e de direito, junto com outras entidades e movimentos sociais do Brasil e da América Latina, começou a organizar campanhas como a da Anistia¹⁷ pela libertação dos últimos presos políticos brasileiros e pelas Diretas Já. Desde 1979 que o MJDH vem atuando em prol dos Direitos Humanos, desde a liberdade de expressão até mesmo pelas lutas raciais e dos menos favorecidos pela sociedade atual.

Além disso, não é apenas o pioneiro na luta pelos Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, mas também é o propulsor de diversas outras entidades afins. Como a ação dos advogados militantes do MJDH ao terem a ideia de implantação da Comissão Sobral Pinto de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Rio Grande do Sul. Enquanto que os deputados integrantes do grupo criaram a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a primeira da história dos parlamentos brasileiros, em 25 de junho de 1980, através da Resolução nº 1.187¹⁸. Com o fim do regime autoritário no Brasil, o MJDH não deixa de existir, apenas tem sua ação voltada contra

¹⁶ Entrevista de Jair Krischke concedida à autora em 09 de setembro de 2010, no MJDH, em Porto Alegre, RS.

¹⁷ “A Lei da Anistia, que abrange crimes políticos praticados entre 1961 a 1979, impede que os torturadores e assassinos possam ser imputados judicialmente, embora a tortura seja crime de lesa-humanidade. [...] A busca pelos corpos e as constantes idas e vindas de comissões estatais e de familiares rende poucos frutos, e o tempo urge. Poucas ainda são as mães vivas. A grande maioria faleceu sem obter as respostas, ainda aguardadas por filhos e demais familiares de desaparecidos políticos”. (RUBERT, 2014, p.203).

¹⁸ Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/com/comissa.asp?id_comissao=46&id_comissaopai=&id_tipocomissao=1&id_comitem=his> Acesso em: 19 Set. 2013.

violências cometidas pelas autoridades policiais, dentre outras¹⁹. Percebe-se que mesmo após o fim do regime ditatorial no Brasil o MJDH continua atuando em diversas outras atividades na sociedade, sempre pensando em auxiliar aqueles que necessitam de ajuda.

Uma das atuações mais famosas do MJDH foi sua participação ativa na defesa dos uruguaios quando aconteceu o sequestro de LÍlian Celiberti, seus dois filhos menores e Universindo Diaz, que ocorreu em Porto Alegre, no dia 12 de novembro de 1978 (Figuras 6 e 7). O MJDH colaborou de diversas formas com as autoridades envolvidas, como na denúncia da ação ilegal, além de lutar pela condenação dos policiais envolvidos e pela libertação do casal. O caso teve repercussão internacional, pois foi o primeiro em que uma clássica ação da Operação Condor foi denunciada, investigada e levada até o final, com a condenação de seus responsáveis.

O sequestro dos uruguaios teve o apoio do Serviço Nacional de Informação (SNI), do Centro de Informações do Exército e dos agentes do Dops de Porto Alegre. Naquele episódio ficou evidenciada a forma promíscua adotada nas ações dos sistemas de informação das ditaduras do Cone Sul. (CONTREIRAS, 2010, apud RUBERT, 2014, p.203).

Além desse caso, vale a pena destacar mais alguns outros defendidos pelo MJDH e que obtiveram o êxito do seu apoio, como o prestado às Mães da Praça de Maio, à Associação de Familiares Uruguaios Desaparecidos; à fuga do cientista Cláudio Benech; à luta contra a editora neonazista Revisão; à denúncia do Caso Konrad e a do Caso Sandro Yost (Figura 8). Entre muitos outros apoios que foram oferecidos, sempre tendo como principal objetivo à defesa aos direitos humanos, independentemente da nacionalidade do caso. Outras inúmeras circunstâncias vividas pelo MJDH estiveram relacionadas com a coleta de dados e depoimentos de mais de cinquenta pessoas, familiares ou conhecidos próximos, de pessoas desaparecidas.

Segundo Krischke, as Mães da Praça de Maio (Figura 9), também conhecidas internacionalmente como *Locas de la Plaza de Mayo*, lutaram para que conseguissem uma audiência com o Papa João Paulo II no ano de 1980. Depois de terem estado em Roma e em Puebla, e não tendo logrado com êxito em suas tentativas de encontrar-se com o Pontífice, não desistiram e decidiram vir a Porto Alegre. Por intermediação de Jair Krischke, do então deputado Antenor Ferrari, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, e do Bispo Dom António Cheuiche, foi conseguida uma entrevista com o Papa.

¹⁹ Informações concedidas na entrevista realizada com Jair Krischke, Porto Alegre, 2010.

Aproveitando a oportunidade e em solidariedade a Dona Lília Celiberti (mãe de Lillian), juntamente com os documentos relativos às pessoas desaparecidas na Argentina, o grupo entregou ao Papa um dossiê sobre o caso do sequestro de Lillian e Universindo.

Figuras 6 e 7: Linha do tempo após um ano do sequestro dos Uruguaios.

12 de novembro de 78 começa	o sequestro
<p>12 de novembro de 1978 — Segundo relato posterior do garoto Camilo (filho de Lillian), homens armados o prendem, junto com sua irmã Francisca, a mãe e a Universindo Diaz, em Porto Alegre.</p>	<p>no. Ela cuidou dele e de sua irmã Francisca enquanto permaneceram presos no DOPS</p>
<p>17 de novembro — Os jornalistas Luis Cláudio Cunha e João B. Scalco vão ao apartamento de Lillian, alertados por telefonema anônimo e também são feitos prisioneiros por 20 minutos pelo grupo de seqüestradores.</p>	<p>7 de maio — Morre a escritora Faustina Elenira Severino. Ao seu velório comparecem o governador Amaral de Souza, o vice-governador Otávio Germano, o comando do III Exército, General Antônio Bandeira e outras autoridades incluindo toda a cúpula da polícia civil.</p>
<p>25 de novembro — As Forças Conjuntas Uruguaias emitem um comunicado revelando que o casal e as crianças haviam sido detidos ao entrar no país, transportando material sedicioso.</p>	<p>10 de maio — Omar Ferri divulga cartas de Lillian confirmando o sequestro em Porto Alegre.</p>
<p>27 de novembro — O Ministro da Justiça determina que a Polícia Federal instaura inquérito.</p>	<p>13 de maio — 402 policiais desfilam diante de Luis Cláudio e Scalco na Assembleia. Segundo os jornalistas, entre eles não estava João Augusto da Rosa, identificado pelos jornalistas em outubro último.</p>
<p>2 de dezembro — O governador Guazzelli declara que o esclarecimento do sequestro é um ponto de honra do seu governo. No Uruguai, Camilo reconhece por fotografia o prédio da Secretaria de Segurança como o lugar onde esteve preso com sua irmã.</p>	<p>13 de junho — O Conselho Superior de Polícia absolve Seelig e Didi Pedalada</p>
<p>23 de dezembro — Luis Cláudio e Scalco reconhecem o escritório Orandir Portas-Lucas, como um dos homens armados que estavam no apartamento de Lillian a 17 de novembro.</p>	<p>17 de setembro — O arenista Jarbas Lima divulga seu relatório, concluindo que não houve sequestro e nem culpados.</p>
<p>2 de janeiro de 79 — O menino Camilo identifica o delegado Seelig.</p>	<p>10 de outubro — O promotor Dirceu Pinto em aditamento, denuncia o policial Jorge Keppler.</p>
<p>17 de janeiro — O governador Guazzelli anuncia o fim da sindicância, determinando instauração de processo administrativo para apurar responsabilidades. Aconselha o afastamento dos policiais suspeitos o que não acontece.</p>	<p>19 de outubro — Luis Cláudio e Scalco identificam o inspetor João Augusto da Rosa, o chefe da operação de sequestro.</p>
<p>20 de janeiro — Duas das três testemunhas da saída espontânea dos uruguaios de ônibus, por Bagé, conforme inquérito da Polícia Federal, não confirmam a versão e uma denuncia ter sido vítima de ameaças.</p>	
<p>5 de fevereiro — A Polícia Federal manda seu inquérito para a Justiça Federal e a OAB pede ao Ministério estadual a instauração de ação penal contra Seelig e Pedalada.</p>	
<p>14 de fevereiro — O governador Guazzelli modifica a composição do Conselho Superior de Polícia.</p>	
<p>3 de março — O delegado Jähr de Souza Pinto é afastado da presidência da sindicância na polícia por ser negar a cumprir exigências dos jornalistas testemunhas quanto a forma de reconhecimento dos policiais do DOPS. O afastamento é determinado pelo governador em exercício, deputado Carlos Giacomazzi. O promotor Dirceu Pinto denuncia na 3ª Vara Criminal o delegado Seelig e Didi Pedalada por abuso de autoridade.</p>	
<p>28 de março — Camilo reconhece numa foto a escritora Faustina Elenira Severino.</p>	

Fonte: Jornal Zero Hora, 12/11/1979, p.31-32. Acervo: MJDH.

Figura 8: Caso Sandro Yost.

ZERO HORA

POLÍCIA

CASO SANDRO YOST

Brasileiro está há um ano preso no Uruguai

Jovem teria sido seqüestrado por policiais no Brasil

LUIS EDUARDO AMARAL
Correspondente-Santana de Livramento

Pai de Sandro reclama das autoridades brasileiras

O brasileiro Sandro Lifforna Yost, 20 anos, completa hoje um ano preso no Cárcere Departamental de Rivera, cidade uruguia que faz fronteira com Santana de Livramento, no Brasil.

Suspeito de ter assassinado um adolescente com um tiro em maio de 1998 em Rivera, Sandro teria sido retirado de casa, no Parque do Sol, por um policial brasileiro e por outro uruguia no dia 25 de setembro do ano passado.

O Departamento de Polícia do Interior (DPI), na época dirigido pelo atual chefe de Polícia, José Antônio Araújo, indiciou cinco policiais civis de Livramento por participação no suposto seqüestro de Sandro. Entre eles, dois delegados. Os policiais continuam afastados de suas funções e sendo remunerados enquanto aguardam julgamento. Conforme a assessoria de imprensa do Ministério das Relações Exteriores, o governo brasileiro teria enviado uma cópia do inquérito para o Ministério do Interior uruguia (equivalente ao Ministério da Justiça do Brasil), em dezembro, com o pedido de repatriamento do preso. De acordo com a assessoria da Embaixada do Brasil em Montevideo, as autoridades uruguias ainda não se pronunciaram sobre a solicitação.

No cárcere: Sandro está em Rivera

No processo, Sandro foi preso por policiais uruguaios em território uruguia. Não existe, portanto, o crime de seqüestro. Rosano espera a conclusão do julgamento dos policiais em Livramento para ingressar na Justiça de Rivera com um pedido de liberdade condicional. O advogado destaca que o crime de seqüestro que teria ocorrido no Brasil é um processo distinto do homicídio pelo qual o brasileiro é acusado no Uruguai.

ENTENDA O CASO

Sandro é suspeito de ter cometido um homicídio em território uruguia:



O inquérito: promotores José Gonçalves (E) e Marcelo Gonzaga denunciaram policiais

1998

- 25 de setembro — Sandro é preso por um policial uruguia e por outro brasileiro em sua casa no Parque do Sol, conforme concluiu investigação policial
- 2 de outubro — O pai de Sandro, Antônio Carlos Lifforna, denuncia a prisão de seu filho ao Ministério Público
- 21 de outubro — O Departamento de Polícia do Interior (DPI) assume a investigação do caso
- 25 de setembro — Cinco policiais civis são afastados preventivamente por suspeita de envolvimento no suposto seqüestro de Sandro
- 11 de novembro — Os cinco policiais civis, entre eles dois delegados, são indiciados por envolvimento no caso
- 10 de novembro — Ministério Público denuncia os cinco policiais à 1ª Vara Criminal de Santana do Livramento
- Dezembro — Ministério das Relações Exteriores envia cópia do inquérito e um pedido de repatriamento de Sandro ao Ministério do Interior uruguia (equivalente ao Ministério da Justiça no Brasil)

2000

- 25 de setembro — Sandro teria completado um ano preso no Cárcere Departamental de Rivera, no Uruguai. Até o momento, nenhuma resposta do Ministério do Interior foi dada às autoridades brasileiras

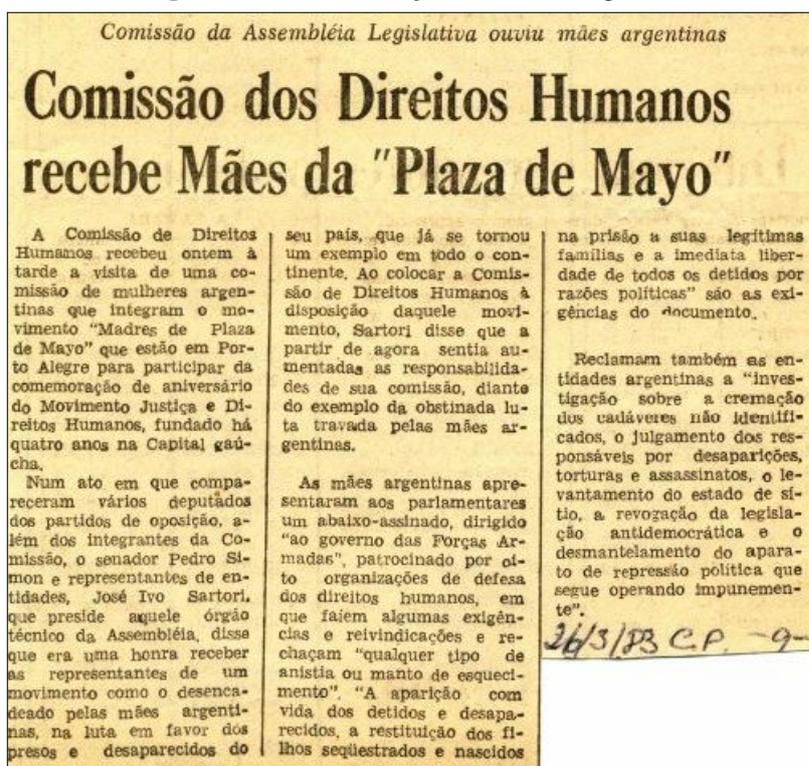
ALTOS E BAIXOS

Caso Yost deu projeção a algumas pessoas e abalou a carreira de policiais:

- O advogado Auliano Vallejo foi lançado candidato a vice-prefeito pela Frente Popular em Santana do Livramento
- O então diretor do Departamento de Polícia do Interior (DPI), delegado José Antônio de Araújo, destacado para comandar as investigações, acabou promovido a chefe de Polícia
- O delegado Inácio de Loyola Souto e o inspetor Antônio Augusto da Silva foram afastados e indiciados por seqüestro e privação de liberdade
- O escrivão Ivan Brandão Rodrigues foi afastado e citado por falso testemunho e por acobertar crime
- O inspetor Heber Lucas de Mello e o delegado Adilson Carrazzoni dos Reis foram afastados e indiciados por ameaça a testemunhas

Fonte: Jornal Zero Hora, 15/09/2000, p.37. Acervo: MJDH.

Figura 9: Mães da Praça de Maio – Argentina.



Fonte: Jornal Correio do Povo, 26/03/1983, p.09. **Acervo:** MJDH.

Esse caso se constituiu de forma tão grave e desumana que, à semelhança das iniciativas desenvolvidas pelas *Madres de Plaza de Mayo*, os parentes de uruguaios desaparecidos fundaram em Paris uma associação para tratar especificamente do assunto, sendo permanentes na Europa as denúncias por parte de emigrados. Esses casos somavam-se a milhares de situações semelhantes ocorridas no Paraguai, no Chile e, de modo especial, na Argentina. Tanto, que a Subcomissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, com sede em Genebra, sensibilizada pelo vulto da questão e movida pelos apelos humanitários, em 29 de fevereiro de 1980, criou um grupo de trabalho especificamente encarregado de tratar de casos de pessoas desaparecidas.

O primeiro contato foi estabelecido com o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Seabra Fagundes, e, posteriormente, com o MJDH, em Porto Alegre, pois era de extrema importância que se colhessem os depoimentos das pessoas que tinham familiares desaparecidos. Porém, a distância entre Montevidéu e o Rio de Janeiro, bem como a impossibilidade das pessoas serem ouvidas no território uruguaio, foi tido, que a melhor alternativa, seria a tomada de seus depoimentos em Porto Alegre. Assim, em 27 de outubro de 1980, na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, sob a direção do Presidente Seabra Fagundes – presentes além de representantes do MJDH, Thierry

Mignon, do Movimento Internacional de Juristas Católicos e Pax Romana, Willem Boogard, professor de Direito Penal da Universidade de Utrech, na Holanda, e da Seção Holandesa do Secretariado Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai, e de Belisário dos Santos Júnior, presidente da Associação Latino Americana de Advogados pelos Direitos Humanos, iniciou-se a tão esperada audiência.

Os demais familiares de desaparecidos foram ouvidos em Porto Alegre, na presença das autoridades internacionais acima mencionadas, da diretoria do MJDH, além do desembargador Celso Franco Geiger e dos advogados Luiz Goulart, Mara Loguércio e Nora Tatsch. Após as oitivas, Jair Krischke, em nome do MJDH, fez a entrega de toda a documentação ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que a remeteu à Subcomissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Nessa época, Porto Alegre foi proclamada como a capital dos Direitos Humanos pelo jornal "Zero Hora", em reportagem assinada por Carlos Alberto Kolecza.

Além desse fato, é importante destacar outro episódio que certamente se constituiu como um capítulo significativo na história do Movimento. É o episódio que se relacionou com a fuga da família Benech para o Brasil. Cláudio Benech foi um biofísico uruguaio de renome internacional, autor de várias obras publicadas e participante de inúmeros simpósios, inclusive alguns realizados no Brasil. Foi sequestrado, em meados de 1980, dentro de sua casa em Montevideú. E quase dois meses depois, sua mulher – a médica Graziela GullaBenech – e seus sete filhos, ficaram sabendo que estava preso e incomunicável numa unidade militar uruguaia, no famoso 13º de Infantaria, também conhecido como *El Infierno*.

Com a ajuda do MJDH, sua prisão foi denunciada através da imprensa internacional, porém, a denúncia não teve um resultado de imediato, pois Cláudio foi transferido para a Companhia de Contra Informações, onde continuou sendo torturado. Quando na passagem do ano de 1980 para 1981, o MJDH organizou sua fuga para o Brasil, na qual Cláudio obteve o *status* de Refugiado Político da ONU, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Este foi mais um caso dentre outros que aconteceram e acontecem nos países do Cone Sul que viviam sob ditaduras militares. Essas pessoas que foram presas e torturadas receberam a designação de refugiadas e posteriormente asiladas em países europeus através da ação do MJDH junto ao ACNUR.

Essas são apenas algumas das muitas ações que o MJDH já prestou para centenas de pessoas que recorreram e recorrem até hoje a seu auxílio, tanto jurídico como humanitário. Esta pequena lista de casos não faz esquecer que, em sua maior parte, a atuação cotidiana do

Movimento destina-se a proteger cidadãos da opressão e da repressão de órgãos estatais, bem como buscar o fim da corrupção e injustiça que assola o País.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DO ACERVO FOTOGRÁFICO: 1984 a 1990

Nos capítulos anteriores, foi feita a contextualização teórica e histórica dos temas que norteiam a pesquisa, como memória, esquecimento, fotografia e breve histórico do MJDH, sem os quais não terei como fundamentar o principal objetivo deste trabalho, que é o sentido do Prêmio como forma de memória ativa do MJDH, para que o mesmo não seja esquecido, mas sim lembrado. A memória é aqui representada pelas fotografias. Além da fundamentação teórica, o histórico do MJDH criou essa relação entre memória, fotografia e direitos humanos, que ficou clara através dos casos aqui enunciados e que comprovam sua atuação na defesa aos direitos humanos.

Para melhor trabalhar este capítulo sobre a análise das fotografias, o mesmo foi dividido em dois momentos. E para entender como se chegou a essa análise é preciso, antes de tudo, estudar mais detalhadamente esse conjunto de fotografias que foram escolhidas para refletirem esse resultado. Como foi dito no capítulo de metodologia, é importante relembrar que o recorte das fotografias (1984 a 1990) foi estabelecido em virtude do número de imagens premiadas, o qual ultrapassa mais de 300 fotos, sendo, portanto, quase impossível trabalhar todas as imagens durante o período do mestrado.

Além disso, os temas das fotografias eram inúmeros, variando de violência policial na cidade ou no campo a desabrigados em virtude de desmoronamento de terra ou ausência de políticas públicas. Essa diversidade de temas poderia resultar numa subutilização das fotografias, tendo em vista que, possivelmente, o objetivo da pesquisa não seria alcançado devido ao tempo escasso da conclusão da dissertação. Por isso, a preocupação em estabelecer um recorte que contemplasse exatamente o propósito da pesquisa: a memória do MJDH através do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Portanto, a análise das fotografias foi dividida em duas frentes, sendo uma extrínseca e a outra intrínseca. Essa divisão foi proposta em virtude da melhor compreensão das imagens através das características elucidadas neste capítulo. Aqui não serão trazidas todas as imagens do recorte, mas as que melhor representam essas características, principalmente como testemunho de que a violação aos direitos humanos continua acontecendo e não é uma atividade exclusiva do período do regime militar. As fotografias do Prêmio são caracterizadas, de certa forma, como um registro do trauma que abate a sociedade em diversas formas, principalmente como forma de tortura. Assim, o testemunho dessas imagens pode adquirir um sentido

[...] quando é escutado (ou/e visto), e tem uma energia em si mesmo, que muitas vezes remete à rememoração e repetição. O testemunhante quer imprimir sua singularidade enquanto vítima ou sobrevivente [...]. Não é só o que aconteceu que importa, mas também o como, pois a tortura tem um encontro: a negação de qualquer possibilidade de defesa por parte do torturado, as violências que circundam o ato – como a desproporcional utilização da força [...]. (RUBERT, 2014, p.206).

Assim, a primeira, análise extrínseca, correspondeu a questões que saltam aos olhos de qualquer observador, ou seja, que são fáceis de serem identificadas, como a cor predominante e característica das imagens, tamanho, elementos da imagem (personagens), número de fotografias (se há sequência de imagens ou cópias, por exemplo), e característica do Prêmio quanto à evolução das categorias, pois essa evolução pode refletir uma interligação das premiações (por exemplo, na categoria fotografia foi premiado o fotógrafo que registrou um manifesto na praça pública de uma cidade, enquanto na categoria reportagem, foi premiada a notícia que relatou sobre o manifesto na mesma praça pública que foi produzida a imagem); dentre outros aspectos que se acharam relevantes para esta primeira análise.

Já a segunda frente de análise, a de caráter mais intrínseco, teve como objetivo principal relacionar o tema da fotografia com a situação do fato e a memória com a qual a imagem analisada pode estar interligada, ou seja, analisou-se a imagem como um todo, não separando seus elementos intrínsecos, além de fazer maior uso da fundamentação teórica trazida no capítulo 2 deste trabalho. É bom lembrar que a análise de fotografias requer uma paciência e um olhar mais objetivo, caso contrário pode-se fazer inúmeras interpretações da imagem e não se chegar a nenhuma conclusão. Nesta pesquisa, pensou-se a análise dessas imagens como um recurso de evocação e de não esquecimento do MJDH. Para isso, será contextualizada, juntamente com as imagens, a autora Susan Sontag (2004), cujo livro “Sobre Fotografia” se encaixa no objetivo proposto neste trabalho.

Esta segunda parte da análise, então, reflete no trabalho de forma mais subjetiva do que a primeira análise, tendo em vista que as fotografias selecionadas vão evocar qualquer tipo de lembrança, mesmo que o analisador não tenha tomado parte naquele fato. Esse é um recurso que a fotografia possui: envolver terceiros que não possuem nenhuma relação com o fato registrado. A ação de evocar é uma característica inerente da fotografia, mas que se manifesta de diversas formas de acordo com cada espectador que observa a imagem. Essa última análise vai exigir um cuidado maior, pois uma das características dos primeiros anos do Prêmio é a violência policial muito presente nas imagens premiadas, o que poderia resultar

em uma análise pouco aprofundada das imagens. Portanto, tentarei não cair no senso comum de perceber nessas primeiras imagens apenas a violência policial.

Assim, para melhor desenvolvimento deste capítulo, o mesmo foi subdividido em duas partes, as quais contemplam as análises supracitadas. Segue abaixo o resultado obtido através desta pesquisa.

4.1 ANÁLISE ESTRUTURAL DAS FOTOGRAFIAS PREMIADAS DE 1984 A 1990

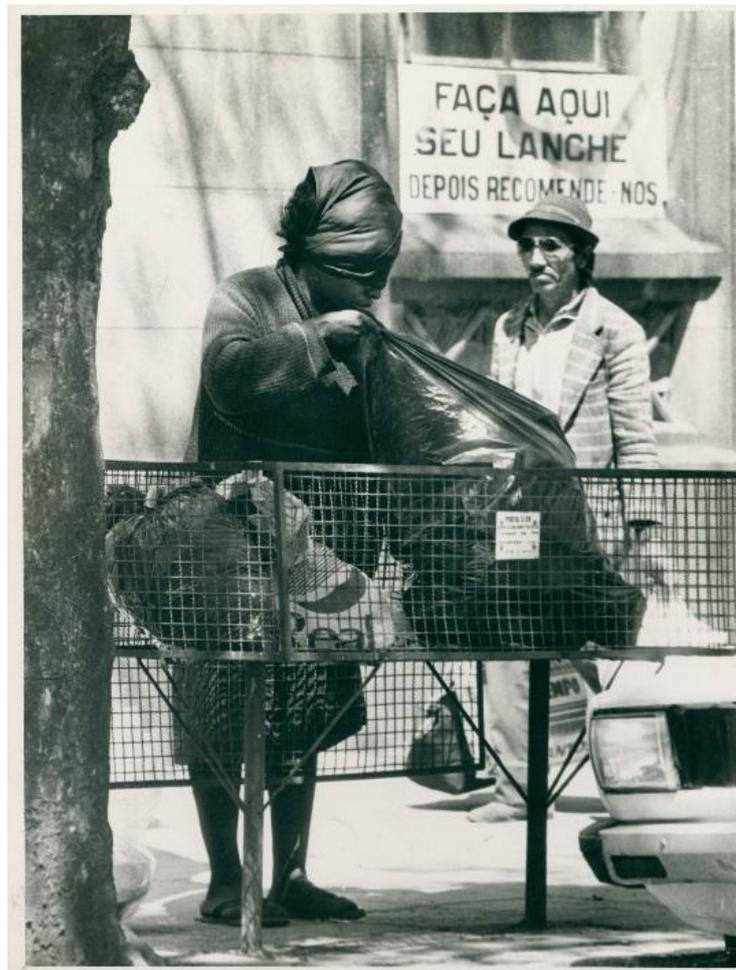
Iniciando-se portanto a primeira parte da análise, observou-se no recorte (1984 – 1990) das fotografias que as mesmas são todas em preto e branco. Entende-se que era comum entre os fotógrafos daquele período revelar as imagens em preto e branco, pois a foto colorida era financeiramente mais cara, e como um fotógrafo profissional revela mais fotos do que uma pessoa comum, compreende-se o motivo dessa opção de cor. Além disso, a facilidade do procedimento das fotos P&B é muito maior, pois tem menos banhos químicos, portanto é um processo mais barato e que fotógrafos conheciam bem. Enquanto as fotos coloridas eram enviadas para os laboratórios, o que demandava mais tempo e mais dinheiro.

Outra observação que se chegou a partir da análise extrínseca é que as fotografias participantes desses primeiros anos do Prêmio não possuíam uma padronização quanto ao tamanho da foto. Chegou-se a essa constatação após a análise de todo o acervo da categoria fotografias premiadas até o ano de 2012, pois somente a partir de 2008 o tamanho da fotografia passou a ser inserido no regimento do evento (Anexo B); portanto, dentro do recorte encontram-se fotos de diversos tamanhos. A padronização das fotografias não faz parte do objeto de estudo deste trabalho, mas pode-se ressaltar que o uso de um modelo de tamanho para as fotografias facilita no armazenamento das mesmas e, principalmente, no acondicionamento, o que pode resultar num prolongamento de vida dessas fotos. Quando não se faz uso de um padrão, gera-se um custo maior para a instituição acondicionar esse acervo, como a compra de caixas em diversos tamanhos, pois as fotografias variam de tamanho pequeno a grande, como de 18x12cm a 24x30cm.

Outro ponto que é característico dessa coleção de fotografias é que muitas das contempladas pelo Prêmio possuem não apenas uma foto, mas uma sequência de fotos, às vezes passando de 10 fotos sobre um mesmo fato. Não são imagens repetidas (cópias) e sim sequências do fato ocorrido. Neste recorte podem ser identificados os seguintes anos que possuem essa característica: a premiação do ano de 1985 (2º lugar), 1987 (1º, 2º e 3º lugar), 1988 (1º e 2º lugar), 1989 (1º lugar) e 1990 (1º e 2º lugar), conforme o Apêndice A. Pode-se

inferir através desses dados a importância de se registrar uma sequência de imagens, no sentido de facilitar o entendimento do observador sobre o que aconteceu. Um exemplo dessa característica é que se não houvesse a sequência, talvez, o teor do fato não fosse realmente compreendido ou a mensagem sobre o acontecimento não ocorresse como o desejado. Um exemplo dessa sequência pode ser atestado nas figuras 10, 11, 12, 13 e 14, a qual retrata a Menção Honrosa do Prêmio de 1987.

Figura 10: Mulher catando comida no lixo (1).



Fonte: Antônio Vargas. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Figura 11: Mulher catando comida no lixo (2).



Fonte: Antônio Vargas. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Figura 12: Mulher catando comida no lixo (3).



Fonte: Antônio Vargas. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Figura 13: Mulher catando comida no lixo (4).



Fonte: Antônio Vargas. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Figura 14: Mulher catando comida no lixo (5).



Fonte: Antônio Vargas. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1987.

Ainda sobre a sequência de fotografias, uma das características do Prêmio e do recorte é que pode haver uma premiação de um mesmo fato, ou seja, há duas ou mais fotos sobre o mesmo acontecimento, só que elas foram tiradas por fotógrafos diferentes. Neste

recorte, esse fato aconteceu apenas uma vez, como pode ser visto nas figuras 15 e 16. Ambas as fotos retratam uma invasão ocorrida na Fazenda Annoni em 1986, porém, são fotografias de dois fotógrafos diferentes, sendo que a fotografia que ganhou o primeiro lugar (Figura 15) é do fotógrafo Jurandir Souza da Silveira e a que ganhou o segundo lugar (Figura 16) é do fotógrafo Luiz Ávila. Apesar das fotografias retratarem o mesmo local do fato, ambas conseguem passar visões diferentes do mesmo acontecimento, pois estão em ângulos diferentes capturadas pelos seus respectivos autores.

Figura 15: Repressão na Fazenda Annoni – prisão de Jovino Rodrigues, um dos líderes colonos.



Fonte: Jurandir Souza da Silveira. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1986.

Figura 16: Repressão na Fazenda Annoni.



Fonte: Luiz Ávila. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1986.

Além disso, o Prêmio, através dos anos, passou por alterações, mais especificamente por inclusões tanto no nível de premiação (1º lugar, 2º lugar, ...), quanto nas categorias. Isso pode ser percebido, por exemplo, a partir do ano de 1987, quando foi inserida a Menção Especial como forma de um prêmio especial. Não cabe aqui discutir se essa categoria seria um quarto lugar, mas percebe-se que se trata de uma premiação com o intuito de valorizar o trabalho do fotógrafo, assim como da própria fotografia e do seu contexto. É interessante destacar que a Menção Especial não aparece com frequência, portanto, não pode ser caracterizada como um quarto lugar e, inclusive, aparece em Prêmios que não tiveram o primeiro lugar, mas tiveram segundo, terceiro e o prêmio especial (Menção Especial), ou podendo haver diversas variações em relação aos níveis de premiação. Aliás, essas variações também foram observadas, como o Prêmio do ano de 1988, no qual não há o terceiro lugar e, sim, apenas o primeiro e segundo lugares. Já o do ano de 1989 possui três premiações no terceiro lugar. Tendo em vista que a premiação é realizada por uma banca composta por membros interdisciplinares, entende-se que no momento do resultado a subjetividade deve ser o peso maior e que cada membro avalia o trabalho de acordo com o que mais lhe chamou atenção ou por interesse da temática da fotografia.

Ainda sobre a evolução do Prêmio e com a proporção que o mesmo tomou no meio jornalístico, houve um significativo aumento da diversidade de categorias. Foi possível inferir sobre essa evolução através de uma análise geral sobre o Prêmio, para compreender sua atuação e sua motivação, assim como através do conhecimento prévio que a autora já possui sobre o tema. A partir dessa análise, concluiu-se que o Prêmio foi de fato criado em 1984 com as seguintes categorias: Reportagem (que seria o jornal impresso), Fotografia e Crônica; ou seja, com apenas três categorias o Prêmio começou sua trajetória. Já no ano de 1985 foram incluídas as categorias Rádio e Televisão. Em 1986, foram premiadas apenas as categorias Reportagem, Fotografia e Rádio. E no ano de 1989 a categoria Reportagem foi alterada para Jornalismo impresso, e a categoria Televisão foi alterada para Telejornalismo. Percebe-se ao longo dos anos que o Prêmio foi se adaptando tanto ao público do seu interesse quanto aos termos utilizados pelos jornalistas, fotógrafos e jornais do País. E durante esse período de adaptação não havia uma padronização nas categorias, o que foi definido posteriormente e a partir de então não houve mais supressões de categorias, no máximo um acréscimo.

Extrapolando um pouco do recorte da pesquisa, apenas para dar mais sentido ao que foi dito anteriormente, no ano de 1991, por exemplo, foi inserida a categoria Charge e com o passar dos anos novas categorias foram sendo agregadas, como jornalismo on-line, acadêmico, entre outras. Essa inserção de novas categorias demonstra a vontade do Prêmio

em estar cada vez mais inserido nos mais diversos campos de atuação da mídia e da comunicação.

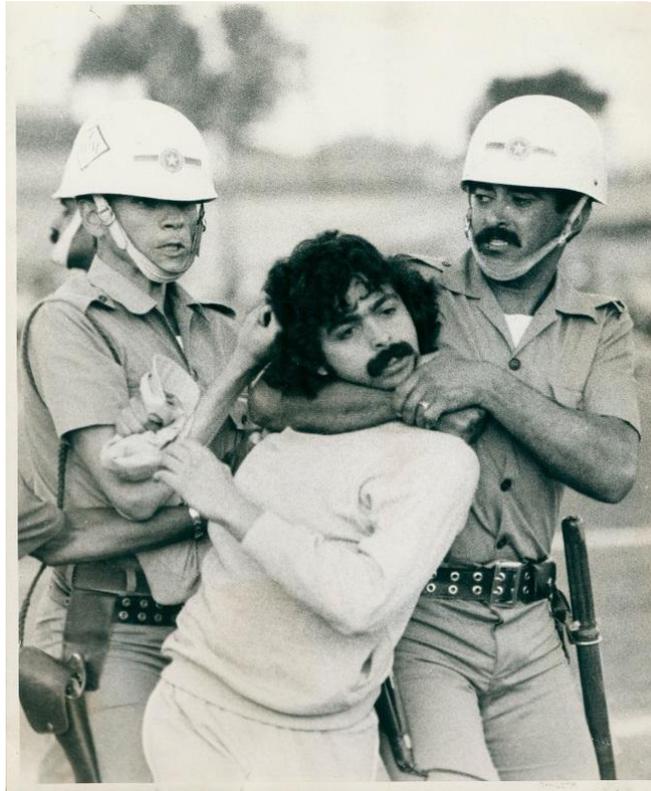
A última análise extrínseca do recorte, e do Prêmio de um modo geral, foi a respeito da proporção que o mesmo foi adquirindo com o passar dos anos, no sentido de expansão territorial dos seus participantes. Percebeu-se claramente que nesses primeiros anos de início do Prêmio, o mesmo abrangia, basicamente, a região de Porto Alegre, porém, passados alguns anos, esse território se expandiu para outros estados brasileiros e, inclusive, para países do Mercosul. Hoje, é muito comum ter participantes dos países vizinhos do estado do Rio Grande do Sul nas diversas categorias do Prêmio. Esse envolvimento com outras regiões do País e além fronteira fortalece a relação do Movimento com a luta pelos direitos humanos, principalmente com aqueles países que sofreram regimes ditatoriais.

Entende-se a partir dessa primeira análise sobre o recorte de fotografias premiadas, e do Prêmio como um todo – até porque outros recortes também levariam às essas mesmas observações – que o Prêmio evoluiu desde a sua criação em 1984, não apenas no sentido de atualização de mídias, como a inclusão de categorias que englobam tecnologias, mas também no sentido de expandir seus horizontes quanto ao tema direitos humanos, trazendo novas perspectivas, com a inclusão (ou aceitação) de outros países na participação da premiação e, principalmente, na propagação do MJDH que, mesmo após o fim da ditadura civil-militar no Brasil, continuou atuando em defesa dos direitos humanos. Para melhor entender essa relação do Prêmio com o MJDH, a seguir será feita a segunda análise do recorte de fotografias premiadas escolhido para este trabalho.

4.2 O PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO COMO MEMÓRIA DO MJDH

Especialmente durante o período analisado, há uma grande concentração de fotos retratando violência policial tanto no campo como na cidade. Essa característica está relacionada à própria história do momento de transição entre o regime militar e a democracia brasileira, como pode ser atestado nas figuras 17 e 18, que correspondem, respectivamente aos anos de 1985 e 1986. As fotos (Figuras 17 e 18) representam as principais características das fotografias pertencentes ao recorte do trabalho, ou seja, estão em preto e branco, além de retratarem a violência, presente na maioria das imagens, não apenas a violência policial, mas também a violência moral, imposta muitas vezes pela sociedade, como a fome e a pobreza.

Figura 17: Democracia: isto vai terminar?



Fonte: Paulo Roberto Dias. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1985.

A partir dessas duas fotos, pode-se entender o real significado da fotografia como uma ferramenta para a evocação da memória. Mesmo sem a colocação do título nas Figuras, os quais correspondem ao título dado pelos fotógrafos que registraram o fato, percebe-se o aparecimento de sentimentos no observador. É quase impossível não observar a raiva que o policial (lado esquerdo da foto na Figura 17) demonstra em seu rosto, como se ele estivesse transmitindo aquele sentimento, e em observação mais atenta, percebe-se que ele está puxando o rapaz de branco pelos cabelos. Não se sabe o que o rapaz que está levado um “mata leão” fez ou se estava participando de algum ato público, mas o encaixe dos personagens na foto demonstra ser uma ação quase momentânea, como se tivesse acabado de acontecer. Essa relação entre o observador e a imagem se traduz muito nas fotografias, pois as mesmas passam a “nos ensinar um novo código visual, as fotos modificam e ampliam nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar” (SONTAG, 2004, p.13).

Figura 18: A terra prometida.



Fonte: Jurandir Souza da Silveira. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1985.

Já a Figura 18 traz elementos que são característicos ainda da sociedade atual, como o problema da reforma agrária no País. Ao se analisar essa imagem, entende-se facilmente o seu contexto, ou seja, que são pessoas se retirando de um espaço com o pouco que lhes resta. Essa fotografia consegue passar sentimentos, ao mesmo tempo, de desespero ou tristeza e esperança em relação a um novo lugar, um recomeço, um esquecimento do sofrimento passado. A captura que o fotógrafo conseguiu, ao enquadrar o acontecimento, transmite um espaço quase de imensidão, principalmente através da estrada que continua atrás dos retirantes enquanto eles estão vindo em direção ao espectador, e essa ação que dá um sentido de futuro. Além disso, faz refletir sobre o histórico da má distribuição de terras no Brasil e que isso é um problema latente na política brasileira.

Com base na análise dessas duas fotografias, já foram levantados temas passados e que são contemporâneos, ou seja, que ainda são evidentes na sociedade brasileira. A análise das fotos poderia aprofundar diversas questões, principalmente a Figura 17, sendo a mais emblemática, em virtude da presença real do Estado na figura dos policiais, estando profundamente ligada ao que vem acontecendo recentemente nos diversos níveis da sociedade: o abuso de poder através do policiamento. Mas o que realmente está sendo discutido até o momento é que

As fotos são, talvez, os mais misteriosos de todos os objetos que compõem e adensam o ambiente que identificamos como moderno. As fotos são, de fato, experiência capturada, e a câmera é o braço ideal da consciência, em sua disposição aquisitiva. (SONTAG, 2004, p.14).

Assim, o ano de registro das fotos é de 1985, mas mesmo assim, essas fotografias conseguem se traduzir para a realidade atual, para os fatos que aconteceram e continuam a acontecer na sociedade brasileira. Isso é exatamente o real sentido do Prêmio, mesmo que a criação do MJDH tenha ocorrido por uma causa específica (o regime militar no Brasil), o Prêmio justifica ainda a existência do MJDH como movimento atuante na defesa dos direitos humanos. É claro que essa conclusão não se caracteriza apenas através da análise dessas fotografias, mas percebe-se o quanto elas reforçam a continuidade da atuação do MJDH através do Prêmio, justamente para que essas ações sejam registradas e divulgadas não apenas nos meios de comunicação dos quais os fotógrafos e repórteres fazem parte, mas que sejam prestigiados em um evento especial para isso, ou seja, o reconhecimento de um mérito, por ainda mostrarem à sociedade que muito se tem para mudar, muito se tem para mostrar, mesmo após o fim do regime militar.

Para ser esquecido, antes, precisa ser lembrado. Como se pode esquecer aquilo que se desconhece? São os acontecimentos que ficam, então, em um limbo, entre consciente e inconsciente, por vezes mais próximos do ego, por vezes do inconsciente. Para ser esquecido, precisa primeiro ser elaborado. Para ser elaborado, precisa primeiro ser enunciado, tornar-se linguagem, palavra, voz. E para ser falado, precisa existir alguém disposto a escutar. (RUBERT, 2014, p.207).

As fotografias do Prêmio, além de não deixarem o MJDH ser esquecido, possuem o papel de testemunho, não apenas de que realmente aqueles fatos aconteceram, mas também de mostrarem continuamente que essas violações ainda continuam a acontecer. Por mais que as violações aos direitos humanos sejam debatidas em outros meios, muitas vezes somente quando se mostra através de uma foto que realmente aquele fato ocorreu, as pessoas passam a acreditar, ou seja, “numa das versões da sua utilidade, o registro da câmera incrimina” (SONTAG, 2004, p.16). Isso pode ser atestado nas fotografias do Prêmio de 1984 (Figuras 19, 20 e 21), quando as fotos adquirem essa utilidade de testemunho, sem ser apenas um registro do acontecimento, mas também desempenhando um papel de prova.

Fotos fornecem um testemunho. Algo de que ouvimos falar, mas de que duvidamos parece comprovado quando nos mostram uma foto. [...] Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A

foto pode distorcer; mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem. (SONTAG, 2004, p.16).

Figura 19: Três colonas de Erval Seco com seus filhos.



Fonte: Valdir Friolin. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1984.

Figura 20: Menores no lixo.



Fonte: Antônio Pacheco. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1984.

Figura 21: Vereador Valneri.



Fonte: Paulo Roberto Dias. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1984.

Essa propriedade inerente das fotografias, que lhes confere veracidade sobre o fato, dá-lhes autoridade sobre o assunto. É muito difícil persistir a dúvida, quando existe uma fotografia para provar um acontecimento. Apenas abrindo um parêntese sobre o assunto, cabe observar que hoje é até mais fácil fazer adulterações nas imagens através de programas específicos para isso, mas isso não vem ao caso nesta pesquisa, já que não é um dos objetivos da mesma averiguar se as imagens foram ou não adulteradas. Mesmo porque, o acervo contempla fotografias tiradas através de câmeras analógicas de profissionais vinculados a instituições jornalísticas. Assim, mesmo “após o fim do evento, a foto ainda existirá, conferindo ao evento uma espécie de imortalidade (e de importância) que de outro modo ele jamais desfrutaria” (SONTAG, 2004, p.22), ou seja, essa imortalidade conferida à foto lhe dá um aspecto de memória do passado. E aqui, além de estarem associadas à memória do passado, são também reflexo da luta pelos direitos humanos. Assim, percebe-se a vontade do MJDH de que a memória esteja ligada aos direitos humanos.

[...] eu diria que os estudos contemporâneos da memória deveriam ligar-se de maneira mais robusta aos direitos humanos e à justiça, tanto em termos discursivos quanto práticos, para impedir que a memória, sobretudo a memória traumática, se torne um exercício vazio, que se alimente de si mesmo, de forma parasitária e estreita. (HUYSSSEN, 2014, p.196).

Isso reflete na própria atuação do MJDH e pode ser melhor visualizado na premiação de 1989, que teve apenas o segundo e o terceiro lugar preenchidos, sendo o terceiro com um número de quatro fotógrafos. O segundo lugar (Figuras 22, 23 e 24) ficou com o fotógrafo Mauro Santos de Mattos, o qual retratou uma sequência de fotos (três) que ocorreram numa fazenda, sendo que o mesmo fato também foi retratado por outro fotógrafo, Paulo Roberto Dias, que ficou em terceiro lugar com duas fotos intituladas “Campo de Concentração” (Figuras 25 e 26) e “Pediatria” (Figura 29). Outras fotos foram premiadas em terceiro lugar, como as de Antônio Vilmar da Rosa, intitulada “Anistia (direitos da criança)” (Figura 27), e a de Damião Ribas, com o título “Visões chocantes são comuns” (Figura 29).

Figura 22: Massacre na Fazenda Santa Elmira (1).



Fonte: Mauro Santos de Mattos. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1989.

Figura 23: Massacre na Fazenda Santa Elmira (2).



Fonte: Mauro Santos de Mattos. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1989.

Figura 24: Massacre na Fazenda Santa Elmira (3).



Fonte: Mauro Santos de Mattos. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1989.

Figura 25: Campo de concentração (1).



Fonte: Paulo Roberto Dias. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1989.

Figura 26: Campo de concentração (2).



Fonte: Paulo Roberto Dias. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1989.

Figura 27: Anistia (direitos da criança).



Fonte: Antônio Vilmar da Rosa. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1989.

Figura 28: Visões chocantes são comuns.



Fonte: Damião Ribas. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1989.

Figura 29: Pediatria.

Fonte: Paulo Roberto Dias. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1989.

Mas essa reflexão (ou relação) entre direitos humanos e memória não fica retratada apenas nas fotos de 1989, na verdade, a reflexão abrange todo o Prêmio, inclusive nas demais categorias, as quais não estão sendo trabalhadas aqui nesta pesquisa. Essa relação entre memória e direitos humanos deve ser praticada em conjunto, para que os dois se afirmem na atividade que irão defender. “Ambos querem reconhecer, se não corrigir, os erros ou injustiças do passado, e ambos projetam e imaginam um futuro melhor para o mundo” (HUYSSSEN, 2014, p.196).

Essa vontade de defesa dos mais oprimidos pode ser identificada nas fotografias do Prêmio de 1990. A vencedora do primeiro lugar (Figuras 30, 31, 32, 33 e 34) está relacionada a uma manifestação numa das principais praças de Porto Alegre, a Praça da Matriz, na qual se concentra, além dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), a Catedral Metropolitana de Porto Alegre, portanto, palco de diversas manifestações, como greves e paralisações. O segundo lugar (Figuras 35, 36, 37 e 38) ficou com uma sequência de fotos que tratam a respeito da dignidade humana, que tem sido pouco considerada nas políticas do Estado. Já o terceiro lugar (Figura 39), com apenas uma foto, registra uma manifestação em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. As fotos aqui retratadas podem, de certa maneira, reforçar uma posição moral e podem ajudar a desenvolver uma nova posição moral (SONTAG, 2004).

Figura 30: Conflitos na Praça da Matriz (1).



Fonte: Mauro Santos de Mattos. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1990.

Figura 31: Conflitos na Praça da Matriz (2).



Fonte: Mauro Santos de Mattos. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1990.

Figura 32: Conflitos na Praça da Matriz (3).



Fonte: Mauro Santos de Mattos. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1990.

Figura 33: Conflitos na Praça da Matriz (4).



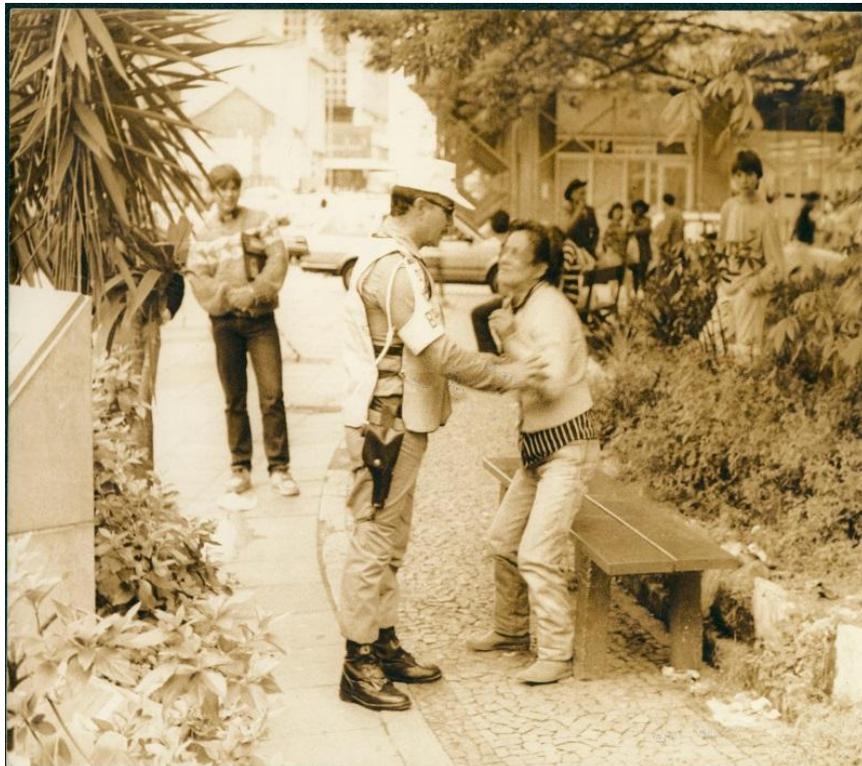
Fonte: Mauro Santos de Mattos. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1990.

Figura 34: Conflitos na Praça da Matriz (5).



Fonte: Mauro Santos de Mattos. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1990.

Figura 35: Desrespeito ao idoso (1).



Fonte: Antônio Vilmar da Rosa. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1990.

Figura 36: Desrespeito ao idoso (2).



Fonte: Antônio Vilmar da Rosa. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1990.

Figura 37: Desrespeito ao idoso (3).



Fonte: Antônio Vilmar da Rosa. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1990.

Figura 38: Desrespeito ao idoso (4).



Fonte: Antônio Vilmar da Rosa. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1990.

Figura 39: Sossega Leão.



Fonte: Luiz Antônio Braga Guerreiro. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1990.

Para fechar esta subseção, as fotos seguintes, assim como as anteriores, revelam situações que estão cada vez mais presentes na atualidade: as manifestações públicas. Enquanto no período do regime militar esse tipo de manifestação era proibido, com o seu fim em 1985, as pessoas passaram a expor ainda mais suas ideias. E um ótimo registro dessas mudanças que passaram a ocorrer na sociedade são as fotografias dos fatos. As próximas fotos são do Prêmio de 1988 e conseguem representar cada momento, revelando um privilégio da própria fotografia, na medida em que ela pode ser guardada e voltar a ser olhada por outras vezes. Além disso, despertam na memória das pessoas que esses acontecimentos foram e são necessários para haver mudanças.

Nas últimas décadas, a fotografia “consciente” fez, no mínimo, tanto para amortecer a consciência quanto fez para despertá-la. (SONTAG, 2004, p.31). Um novo significado da ideia de informação construiu-se em torno da imagem fotográfica. (SONTAG, 2004, p.33). O conhecimento adquirido por meio de fotos será sempre um tipo de sentimentalismo, seja ele cínico ou humanista. (SONTAG, 2004, p.34).

A sequência de fotos abaixo (Figuras 40, 41, 42, 43, 44, 45 e 46) representam o segundo lugar do Prêmio de 1988, tiradas pelo fotógrafo Luiz Antônio Braga Guerreiro, e estão relacionadas a uma manifestação ocorrida na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. O primeiro lugar, do fotógrafo Valdir Friolin, também registrou o mesmo fato, porém, tendo em vista o número de fotos, que são 15, trouxe-se apenas o segundo lugar sobre o acontecido. Já o terceiro lugar (Figuras 47, 48, 49, 50 e 51) pertence ao fotógrafo Paulo Roberto Dias. As fotos retratam uma manifestação na rua, porém o fotógrafo dá ênfase a um acontecimento específico: a prisão de um manifestante.

Observa-se nessas fotografias características que são muito comuns a realidade atual, ou seja, que ainda acontecem nos dias de hoje. Isso reflete como um produto da análise das imagens. As fotografias carregam isso consigo, elas refletem um nível simbólico, que neste caso é a repressão de uma manifestação. Ao mesmo tempo que a imagem carrega um simbolismo, ela ajuda na imaginação que está representada na espetacularização da violência que o contexto das fotos expressa.

Figura 40: Palavra do Reitor: a democracia chega a Universidade (1).



Fonte: Luiz Antônio Braga Guerreiro. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Figura 41: Palavra do Reitor: a democracia chega a Universidade (2).



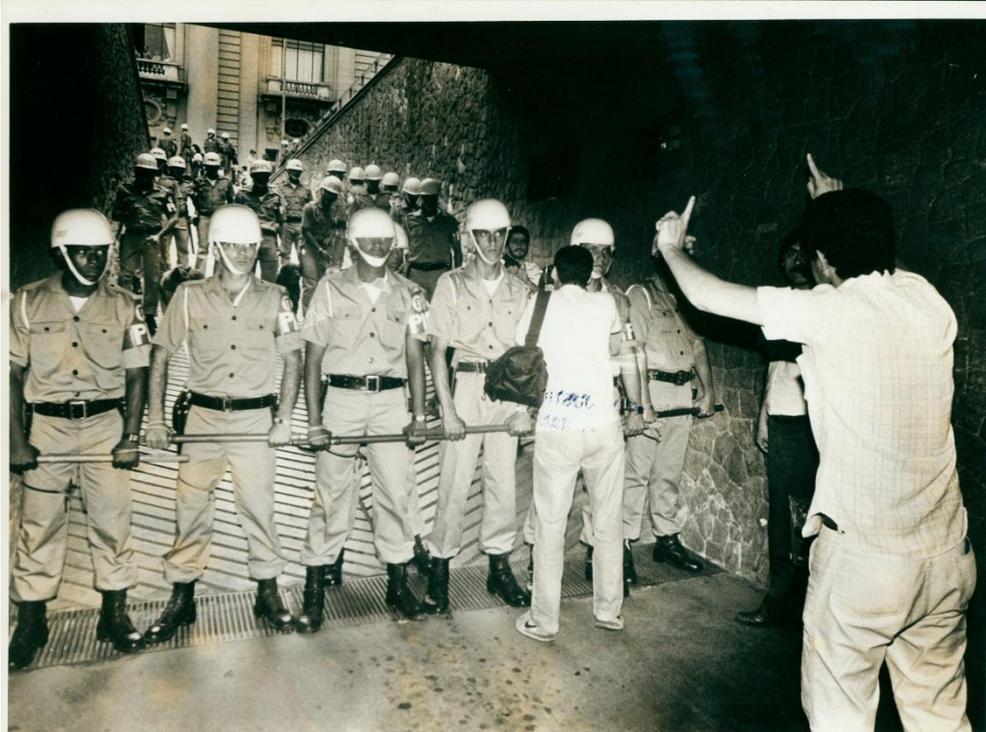
Fonte: Luiz Antônio Braga Guerreiro. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Figura 42: Palavra do Reitor: a democracia chega a Universidade (3).



Fonte: Luiz Antônio Braga Guerreiro. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Figura 43: Palavra do Reitor: a democracia chega a Universidade (4).



Fonte: Luiz Antônio Braga Guerreiro. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Figura 44: Palavra do Reitor: a democracia chega a Universidade (5).



Fonte: Luiz Antônio Braga Guerreiro. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Figura 45: Palavra do Reitor: a democracia chega a Universidade (6).



Fonte: Luiz Antônio Braga Guerreiro. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Figura 46: Palavra do Reitor: a democracia chega a Universidade (7).



Fonte: Luiz Antônio Braga Guerreiro. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Figura 47: Parada militar e liberdade de imprensa (1).



Fonte: Paulo Roberto Dias. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Figura 48: Parada militar e liberdade de imprensa (2).



Fonte: Paulo Roberto Dias. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Figura 49: Parada militar e liberdade de imprensa (3).



Fonte: Paulo Roberto Dias. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Figura 50: Parada militar e liberdade de imprensa (4).



Fonte: Paulo Roberto Dias. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Figura 51: Parada militar e liberdade de imprensa (5).



Fonte: Paulo Roberto Dias. Acervo do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 1988.

Por fim, para concluir este capítulo, após a análise das fotografias selecionadas para a pesquisa e sua relação com o Prêmio e o MJDH, ficou ainda mais evidente, através das características das fotografias, que elas conseguem evocar o passado, mas também conseguem fazer esse passado como um presente. Por quê? Porque os fatos que aconteceram no passado são praticamente os mesmos que continuam acontecendo no presente, em relação à violação aos direitos humanos. Por isso, o Prêmio, através da sua propagação, faz com que a memória do MJDH não seja esquecida, razão pela qual ano após ano acontece o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

CONCLUSÃO

Esta dissertação abordou os principais assuntos para a contextualização dos objetivos propostos no início do trabalho. Por isso, houve a necessidade de discutir questões sobre fotografia, memória, esquecimento, Ditadura Civil-Militar no Brasil e arquivos. Além disso, foi necessário elaborar um capítulo específico para abordar o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, pois é nele que se encontra o acervo e foi de que partiu a criação do Prêmio. Não contextualizar o MJDH nas suas mais diversas atuações, desde o seu início até hoje, seria uma falha, e acredito que comprometeria a proposta desta pesquisa. Consequentemente, a partir desses dados, deu-se início aos resultados da análise das fotografias premiadas no período de 1984 a 1990 e verificou-se que esses resultados atingiram os objetivos propostos no trabalho e responderem ao problema da pesquisa. Acredito que todos os objetivos deste trabalho foram alcançados e que o problema foi resolvido.

Assim, o primeiro objetivo foi a análise do recorte das fotografias premiadas e, como resultado dessa análise, identificou-se a atuação do MJDH como guardião da memória jornalística. A partir da própria análise das fotografias que tive como resultado além do objetivo inicial observou-se através o quão significativo e expressivo é o acervo. Além disso, os diversos assuntos também podem ser desenvolvidos por meio de outras ciências, como sociologia, história, direito, entre outras. Por fim, o resultado da análise conseguiu responder a esse objetivo, ficando claro que a relação do Prêmio com o MJDH é forte e, por isso mesmo, o Movimento se torna um guardião da memória jornalística ao promover o Prêmio anualmente, considerando, além disso, a quantidade de inscritos que aumenta ano após ano, tamanha a proporção que o Prêmio assumiu. É guardião não apenas por ser a instituição custodiadora do acervo, mas por promover um evento de tanta importância no meio jornalístico.

O segundo objetivo contemplava a questão de identificar as fotografias selecionadas como documento de arquivo para a construção e a reconstrução da memória e do período no qual estão inseridas. A identificação das fotografias como documento de arquivo foi evidenciada, na medida em que muitas delas estão relacionadas a matérias jornalísticas, e, além disso, são consideradas como prova de que aqueles fatos realmente aconteceram. Mas o ponto crucial desse objetivo é respondido pelo fato de que essas fotos fazem parte de um conjunto documental, pois estão agregadas a outras categorias pertencentes, respectivamente, a cada ano. Portanto, as fotografias do Prêmio podem ser consideradas como um conjunto

documental, pois pertencem a uma relação orgânica que corresponde a atividades do Prêmio. As fotos se relacionam entre si e se relacionam com as demais categorias do Prêmio, por consequência, existem para uma finalidade que é a Premiação. E através dessas fotografias é possível construir ou reconstruir a memória do período em que estão inseridas. Basta analisar qualquer ano trabalhado, não necessariamente os que foram abordados neste trabalho, para se constatar que é possível fazer uma análise sociologia, política e, inclusive, econômica da época. Portanto, o objeto de pesquisa do trabalho pode ser analisado sobre diversos ângulos, podendo, então, ser objeto de outras pesquisas.

O terceiro objetivo tinha como principal foco fomentar o uso das fotografias como fontes históricas e de pesquisa através de publicações. E isso foi possível com a elaboração de artigos e publicações em anais de congressos, seminários, revistas, entre outros que foram realizados ao longo do período do mestrado. Além disso, ao se propagar a pesquisa nesses eventos, uma das consequências foi a divulgação do MJDH para pessoas que não o conheciam. Enfim, com a elaboração do catálogo seletivo e do índice remisso, este objetivo foi totalmente alcançado, tendo em vista que esses dois instrumentos refletem a divulgação do objeto do trabalho e tornam as fotografias fontes de pesquisa, podendo inclusive serem publicadas.

Por fim, o último objetivo era sistematizar o acervo de fotografias de forma a reconhecer o valor do conjunto como memória social do MJDH. A sistematização do acervo se deu na medida em que foram feitos os instrumentos de pesquisa. Além disso, a partir do resultado da análise das fotografias, percebeu-se o quão significativo é esse acervo do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo e o quanto ele pode servir como valor da memória do MJDH. Memória no sentido de não se permitir o esquecimento do Movimento, já que o ele foi criado para defender pessoas durante o regime militar no Brasil, e após o fim desse regime, poderia se pensar que não haveria mais razão para sua existência. Mas, muito pelo contrário, o MJDH se manteve atuante, tanto na ajuda pós-ditadura civil-militar em questões de recomposição de processos judiciais, auxiliando no fornecimento de documentos que ajudem os solicitantes, assim como vem atuando em outras necessidades referentes à defesa dos direitos humanos. É nesse ponto que o Prêmio, como forma de evento, promove tanto os jornalistas, quanto o próprio Movimento de Justiça e Direitos Humanos.

Enfim, através dos objetivos referidos, o problema da pesquisa, que estava embasada nos elementos que são revelados a partir da análise das fotografias do período selecionado para o trabalho, e se essas fotos estão relacionadas com a memória, também foi respondido. As fotografias aqui trabalhadas podem trazer elementos diversos, principalmente os

sentimentos que afloram quando se observa uma imagem, como alegria, tristeza, raiva, dor, entre outros. Mas também trouxe outros tipos de elementos que foram alcançados por meio do resultado da análise do objeto, como a reconstrução da memória da época das fotografias.

Entende-se, portanto, a importância de salvaguardar esse acervo que diz respeito ao tema e a reconstrução dos assuntos relacionados aos Direitos Humanos, que por muito tempo não foram respeitados, mas sim violados. Não apenas durante a Ditadura no Brasil, mas, infelizmente, nos dias atuais muitas pessoas ainda têm seus direitos ignorados. As fotografias presentes na subsérie Trabalhos Premiados refletem o caráter de “testemunho” de que aqueles fatos ocorreram e ainda acontecem nos diversos níveis da sociedade. Sendo assim, os arquivos contribuem, através da informação que guardam, para fins de ordem legal ou de prova, ou seja, atuam como uma memória viva da sociedade, sem perder sua finalidade que é dispor a informação, facilitando o acesso a ela.

Dessa forma, o presente trabalho de mestrado teve o compromisso de propiciar a recuperação e a disseminação da Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, em especial das fotografias de 1984 a 1990 da Subsérie Trabalhos Premiados, através do catálogo seletivo (Apêndice A) desenvolvido para esse recorte, além do índice remissivo contendo os nomes dos fotógrafos premiados (Apêndice B). Por isso, foi necessário analisar e estudar o acervo do MJDH e seu contexto em geral. Com a análise das fotografias e a criação do catálogo seletivo, os objetivos propostos pelo trabalho foram alcançados, além de ficar como legado para que futuras pesquisas sejam realizadas no acervo no MJDH.

Antes de concluir propriamente o trabalho, é importante destacar que esta dissertação de mestrado foi resultado de uma conquista tanto profissional como pessoal, poderia dizer que mais pessoal, pois o tema no qual as fotografias do Prêmio estão envolvidas reflete o desejo da autora de trabalhar com questões de direitos humanos, que ao mesmo tempo são tão discutidos, mas tão pouco assegurados na sociedade. Além disso, foi um desafio trabalhar com fotografias, pois as imagens conseguem falar por si só, e falar sobre algo que já se traduz espontaneamente é um pouco difícil, principalmente para evitar cair no senso comum. Esse desejo de trabalhar com as fotografias do Prêmio veio desde a graduação, quando em 2009 tive meu primeiro contato com o MJDH. Na época não sabia a que ponto a discussão chegaria, na verdade o que eu pensava em 2009 não chegou nem perto do que realizei anos depois. Além disso, não tinha ideia do quão gratificante seria executar este trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa.** São Paulo: Pioneira T. L., 2006.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. In.: **Contracampo:** revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação. Rio de Janeiro: Niterói, v. 12, 2005, p.51 – 61.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre a fotografia.** Lisboa: Edições 70, Portugal. 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória.** São Paulo: Martins Fontes, s/d.

BIBLIOTECA NACIONAL DEL URUGUAY. **Folder,** 2009.

BODSTEIN, Celso Luiz Figueiredo. **Fotojornalismo e a ficcionalidade no cotidiano.** 2006. 260 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000388231>> Acesso em: 12 jun. 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos.** São Paulo: T. A Queiroz Editor, 1987.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas.** 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; Fapesp, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

CHIODETTO, Eder. **Fotojornalismo: realidades construídas e ficções documentais**. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-05072009-232727/pt-br.php>> Acesso em: 12 jun. 2013.

CLAUDINO, Walfrido Cabral. **Fotografia e movimentos sociais: políticas de visibilidade contemporânea**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000172400>> Acesso em: 12 jun. 2013.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comissão AdHoc de Normas de Descrição. 2.ed. **ISAD (G): norma geral internacional de descrição arquivística; adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999**.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2006.

_____. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2010.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor. O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura**. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 2009.

FARIAS, Francisco R. Pensando a memória social a partir da noção de “a posteriori” de Sigmund Freud. **Morpheus**. Revista Eletrônica em Ciências Humanas, ano 8, número 13, 2008.

FIALHO, Joseane M. **Breves considerações sobre os Movimentos Sociais no Brasil**. Disponível em: <www.cptl.ufms.br/revista-geo/joziane.doc> Acesso em: 18 Mai. 2013.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura, Educação e Movimentos Sociais no Brasil**. Disponível em: <http://www.paulofreire.org.br/Textos/fleuri_2005_recife_resumo_e_texto_completo.pdf> Acesso em: 19 Mai. 2013.

GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Orgs). **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Loyola. 2009.

GONZÁLEZ, Ana M.S., FERREIRA, Maria L.M, Derecho de memoria y búsqueda de la verdad: un estudio comparativo entre Brasil y Uruguay. **Diálogos**, vol.16, n.03, 2012.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

HUYSSSEN, Andrea. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

IZQUIERDO, Ivan. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JARDIM, José Maria. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. **A formação do arquivista no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1999.

KOSSOY, Boris. **Estética, Memória e Ideologia Fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado**. Revista Acervo. v. 6.n. 1-2. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993, p.13-24.

LAROCHE, Serge. De mémoire de neurone. **La revue pour l'histoire du CNRS** [En ligne], 21|2008, mis en ligne le 03 juillet 2010, consulté le 31 janvier 2013. URL: <<http://histoire-cnrs.revues.org/7333>> Acesso em: 10 maio 2013.

MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, Linete et al. **Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: Eduel, 2008, p.119-183.

MEDEIROS, Roberta Pinto. **Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo: o jornalismo nos arquivos**. 2010. 167 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28451>>

_____. **Descrição analítica:** um estudo de caso da Subsérie Depoimentos e Testemunhos de vítimas e familiares ao Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH). 2012. 85 f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

MENEZES, Regina Tavares. **Memória em papel:** o jornalismo popular e a memória coletiva. 2007. 214 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em:

<http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5245> Acesso em: 12 jun. 2013.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov. 2010. Disponível em:

<<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edicao-03/>> Acesso em: 20 maio 2013.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Responsabilidade Civil pelos danos ao Meio Ambiente Cultura. In.: **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro:** doutrina, jurisprudência e legislação. Belo Horizonte: DelRey, 2006, p.257-302.

MJDH, Movimento de Justiça e Direitos Humanos. **Relatório Anual 1984.** Porto Alegre, RS: 1984. Mimeografado. 7 f.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Patrimônio visual: as imagens como artefatos culturais. In: DODEBEI, Vera et al. **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008, p.59-71.

RIBEIRO, Cleodes Maria P. J.; TRENTIN, Ary Nicodemos; POZZENATO, José Clemente. A mudança do olhar: a fotografia como instrumento de resgate da memória cultural. In: **Fotografia.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, n.º 27, 1998, p.173-179.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento:** seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

ROUILLÉ, André. **A fotografia entre documento e arte contemporânea.** São Paulo: Editora Senac, 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade. Literatura e Autoritarismo. **Memórias da Repressão**, n. 9, 2006.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estera Muskat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Maria Antônia de. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**: participação e possibilidades no contexto das práticas democráticas. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaAntoniaSouza.pdf>> Acesso em: 19 set. 2013.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa. **Classificação de documentos arquivísticos**: trajetórias de um conceito. Arquivística. NET, Rio de Janeiro, v.2, 2006. Disponível em: <<http://www.arquivística.net>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – CATÁLOGO SELETIVO DAS FOTOGRAFIAS PREMIADAS – 1984 a
1990**

CÓDIGO DADO PELA NOBRADE: BR RS MJDH

FUNDO: Movimento de Justiça e Direitos Humanos – MJDH

SÉRIE 05: Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo – PDHJ

SUBSÉRIE 05.1: Trabalhos Premiados – TP

SÉRIE 05: Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo – PDHJ

SUBSÉRIE 05.1: Trabalhos Premiados – TP

CÓDIGO 05.1.4: Fotografia – FT

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1984/01

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Valdir Friolin. A fotografia mostra três mulheres com crianças nos seus colos, as mulheres estão sentadas e chorando. A imagem possui o seguinte título: Três colinas de Erval Seco com seus filhos. 1984. 1º lugar na premiação. 02 fotos iguais. Dimensão da fotografia: 17,5 x 23,5cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1984/02

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Antônio Pacheco. A fotografia mostra duas crianças ao meio do lixo, dividindo espaço com animais, como cachorros. A imagem possui o seguinte título: Menores no lixo. A foto foi tirada para o Jornal Zero Hora. 1984. 2º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 18 x 12cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1984/03

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Paulo Roberto Dias. A fotografia mostra um homem sendo carregado por seis brigadianos, na imagem percebe-se que a ação ocorreu em um acampamento. A imagem possui o seguinte título: Vereador Valneri Antunes sendo levado pelos brigadianos. A foto foi tirada para o Jornal Zero hora. 1984. 3º lugar na premiação. 02 fotos iguais. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1985/01

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Paulo Roberto Dias. A fotografia mostra um cidadão levando uma “mata leão” por um brigadiano, enquanto o outro brigadiano o puxa pelos cabelos. A imagem possui o seguinte título: Democracia: isto vai terminar? A foto foi tirada para o Jornal Zero Hora. 1985. 1º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 20,5 x 30,5cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1985/02

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Jurandir Souza da Silveira. A sequência de imagens, ao total duas, mostra a primeira fotografia de uma criança sentada em um tronco de árvore, há uma chaleira e umas panelas sendo aquecidas pelo fogo feito no chão. A segunda fotografia mostra uma menina segurando outra criança no colo, ambas as fotografias mostram o descaso social dessas crianças. A sequência de imagens possui o seguinte título: A fome. A foto foi tirada para o Jornal do Brasil. 1985. 2º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 17,5 x 23,5cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1985/03

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Jurandir Souza da Silveira. A fotografia retrata uma paisagem de campo com vários trabalhadores em uma estrada de chão batido, sendo que alguns estão em cima de um caminhão que está carregado de móveis. A imagem possui o seguinte título: A terra prometida. A foto foi tirada para o Jornal do Brasil. 1985. 3º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 17,5 x 23,5cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1986/01

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Jurandir Souza da Silveira. A fotografia mostra dois brigadianos, uma menina fugindo e um homem, sendo que este último possui um fuzil apontado por um dos brigadianos em sua direção, compreende-se pela imagem que a situação se passa em um acampamento, pois há uma barraca na imagem. A imagem possui o seguinte título: Repressão na Fazenda Annoni – prisão de Jovino Rodrigues um dos líderes colonos. A foto foi tirada para o Jornal do Brasil. 1986. 1º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 17,5 x 23,5cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1986/02

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Luiz Ávila. A fotografia mostra um possível cordão de brigadianos de um lado, enquanto do outro encontram-se algumas pessoas com cartazes solicitando a paz, o fotógrafo deu enfoque para as botinas dos brigadianos num primeiro plano e os colonos estão num segundo plano, dando a entender a força da brigada militar. A imagem possui o seguinte título: Repressão na Fazenda Annoni. 1986. 2º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 17,5 x 23,5cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1986/03

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Mauro dos Santos Mattos. A fotografia mostra uma menina ainda criança acorrentada à cama pelos pés. A imagem possui o seguinte título: Prisão e repressão contra menores. 1986. 3º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 17,5 x 23,5cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1987/01

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Ronaldo Bernardi. A sequência de imagens, ao total nove, mostra um cidadão sendo preso pelos brigadianos em Porto Alegre, as imagens mostram o cidadão entrando vivo na viatura da brigada militar, porém a última fotografia retrata um corpo numa maca do IML de Porto Alegre. A sequência de imagens possui o seguinte título: Caso do homem errado. 1987. 1º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 17,0 x 24,0cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1987/02

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Genaro Joner. A sequência de imagens, ao total três, mostra alguns homens sendo rendidos por civis montados a cavalo, os personagens encontram-se em um campo ou uma fazenda. A sequência de imagens não possui título conhecido (não foi encontrado). 1987. 3º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 18,5 x 24,5cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1987/03

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Antônio Vargas. A sequência de imagens, ao total cinco, mostra uma mulher catando comida numa lixeira para poder se alimentar, o fotógrafo conseguiu captar a realidade que ainda persiste na sociedade. A sequência de imagens não possui título conhecido (não foi encontrado). 1987. Menção Especial. Dimensão da fotografia: 17,5 x 23,5cm (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1988/01

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Valdir Friolin. A sequência de imagens, ao total quinze, mostra a ação da brigada militar em Porto Alegre durante uma greve na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. A sequência de imagens possui o seguinte título: Brigada invade Assembleia. 1988. 1º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 18,0 x 24,0cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1988/02

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Luiz Antônio Braga Guerreiro. A sequência de imagens, ao total sete, mostra a ação da brigada militar durante uma manifestação de greve na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. A sequência de imagens possui o

seguinte título: Palavra de Reitor: a Democracia chega na universidade. 1988. 2º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 18,0 x 24,0cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1988/03

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Paulo Roberto Dias. A sequência de imagens, ao total cinco, mostra a prisão de um homem que durante a manifestação em Porto Alegre. A sequência de imagens possui o seguinte título: Parada Militar e Liberdade de Imprensa. 1988. 3º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 18,0 x 24,0cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1989/01

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Mauro Santos de Mattos. A imagem mostra um agrupamento de pessoas que estão num campo, algumas dessas pessoas estão sentadas no chão ou com os braços levantados, as mesmas estão sendo vigiadas por vários brigadianos. A imagem possui o seguinte título: Massacre na Fazenda Santa Elmira. 1989. 2º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 18,0 x 24,0cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1989/02

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Paulo Roberto Dias. A sequência de imagens, ao total duas, mostra um grande número de jovens postos em fileira sendo observados ou vigiados por um brigadiano. A sequência de imagens possui o seguinte título: Campo de concentração. 1989. 3º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 18,0 x 24,0cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1989/03

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Antônio Vilmar da Rosa. A imagem mostra um menino ainda criança chorando na rua e sendo segurado por um homem, há um contingente de pessoas em volta da cena observando-os. A imagem possui o seguinte título: Anistia (direitos da criança). 1989. 3º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 18,0 x 24,0cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1989/04

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Damião Ribas. A imagem mostra dois senhores, possíveis moradores de rua, em um ambiente sujo e não adequado às condições da idade dessas duas pessoas. A imagem possui o seguinte título: Visões chocantes são comuns. 1989. 3º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 18,0 x 24,0cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1989/05

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Paulo Roberto Dias. A imagem mostra, possivelmente, a mãe segurando uma criança que teve paralisia infantil, o ambiente da foto parece ser a casa onde vivem, sendo a mesma precária em relação a situação em que se encontra. A imagem possui o seguinte título: Pediatria. 18,0 x 24,0cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1990/01

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Mauro Santos de Mattos. A sequência de imagens, ao total cinco, mostra a perseguição e prisão de um jovem que estava acampado na Praça da Matriz em Porto Alegre juntamente com outros manifestantes. A sequência de imagens possui o seguinte título: Conflitos na Praça da Matriz. 1990. 1º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 20,5 x 25,5cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1990/02

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Antônio Vilmar da Rosa. A sequência de imagens, ao total quatro, mostra uma idosa com possíveis problemas mentais sendo advertida por um brigadiano. A sequência de imagens possui o seguinte título: Desrespeito ao idoso. 1990. 2º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 24,0 x 30,0cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

BR RS MJDH. PDHJ. 0 TP, FT. 1990/03

Fotografia em preto e branco. Fotógrafo Luiz Antônio Braga Guerreiro. A imagem mostra uma manifestação em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre tendo como enfoque a atuação da brigada militar num primeiro plano. A imagem possui o seguinte título: Sossega Leão. 1990. 3º lugar na premiação. Dimensão da fotografia: 20,5 x 25,5cm. (FA. Série Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, cx.04-A)

**APÊNDICE B – ÍNDICE ONOMÁSTICO DO CATÁLOGO SELETIVO DAS
FOTOGRAFIAS PREMIADAS – 1984 a 1990**

O índice abrange os nomes dos fotógrafos presentes no catálogo seletivo das Fotografias Premiadas da Subsérie 05.1: Trabalhos Premiados

CÓDIGO DADO PELA NOBRADE: BR RS MJDH

FUNDO: Movimento de Justiça e Direitos Humanos – MJDH

SÉRIE 05: Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo – PDHJ

SUBSÉRIE 05.1: Trabalhos Premiados – TP

Ávila, Luiz; p.61

Bernardi, Ronaldo; p.62

Dias, Paulo Roberto; p.60, 61 e 63

Friolin, Valdir; p.60, 61

Guerreiro, Luiz Antônio Braga; p.62, 63 e 64

Joner, Genaro; p.62

Mattos, Mauro Santos de; p.62, 63 e 64

Pacheco, Antônio; p.60

Ribas, Damião; p.64

Rosa, Antônio Vilmar da; p.63 e 64

Silveira, Jurandir Souza da; p.61

Vargas, Antônio; p.62

ANEXOS

ANEXO A – QUADRO DE ARRANJO DO MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS – MJDH



QUADRO DE ARRANJO – MJDH

Código	TÍTULO	Nível	CAIXA
01	ADMINISTRAÇÃO & ORGANIZAÇÃO – MJDH	SÉRIE	
			Cx.01
01.1	Documentação Constitutiva	Subsérie	
01.1.1	Dossiê Fundacional		
01.1.2	Atas de Reuniões		
01.1.2.1	Convocatórias		
01.1.3	Estatutos, regimentos, regulamentos		
01.1.4	Registro (notarial, CIC, CNPJ, sindicais, indústria e outros)		Cx.01
01.2	Gestão Administrativa	Subsérie	Cx.02
01.2.1	Adesão e desligamentos		
01.2.2	Listas de membros		
01.2.3	Eleições		
01.2.4	Relatórios de atividades		Cx.02
01.2.5	Agendas de trabalho (Jair, MJDH)		Cx.02/ Cx.03
	Boletim informativos		
	Correspondência com meios de comunicação		
01.3	Gestão Financeiro e Contável	Subsérie	Cx.04
01.3.1	Captação de recursos e financiamento		
01.3.1.1	Contribuições de membros		
01.3.2	Documentação financeira contável		

01.3.3	Contratos e docts. Imóveis		
01.3.4	Declarações Impostos da renda		Cx.04
01.3.5	Relatórios financeiros anuais 1997 – 2006		Cx.05
01.4	Recursos Humanos (registros emprego)	Subsérie	Cx.06
	Gestão Administrativa		
01.5	Política Institucional		Cx.06
01.5.1	Homenagens, congratulações, manifestações		
02	<i>PROMOÇÃO E INTERVENÇÃO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS</i>	SÉRIE	
02.1	Segurança Pública	Subsérie	Cx.01
02.1.1	Violência e omissão policial (Federal, Brigada Militar, Civil)		
	Caso Maria Edi; Caso Sandro Yost; Estrangeiros;		
02.1.1.1	Manifestações		
02.1.1.2	Repressão e perseguição à agentes da segurança publica		
02.1.2	Corrupção Policial		Cx.01-02
02.1.2.0	Serviço de tomada de contas da BM; Documentação alterada		Cx.02
02.1.2.1	Espionagem policial		
02.1.3	Violência civil (criminalidade)		
02.1.3.1	Caso Konrad		
02.1.4	Sistema Prisional / Penitenciário		
02.1.4.1	Violencia no sistema prisional		
02.1.4.1.1	Correspondencia Presos denúncias		Cx. 02
02.1.4.1.2	Caso Ledur		Cx. 03
02.1.4.2	Propostas, projetos e discussões		
02.1.5	Políticas		
02.1.5.1	Projetos e legislação		
02.1.5.2	Estudos e debates		
02.1.6	Eventos		Cx.03

02.2	Setor público e privado		Cx.04
02.2.1	Corrupção e omissão em organismos públicos		
02.2.1.1	Saúde pública		
02.2.1.2	Máfia do Lixo		
02.2.1.3	Assalto a Prefeitura de Estância Velha		Cx.04
02.2.1.4	Judiciário		Cx.05
02.2.2	Irregularidades em organismos privados		
02.2.2.1	Caso Britto/Colombo		
02.2.3	Políticas		
02.2.4	Estudos, debates e manifestos		Cx.05
02.3	Crianças e Adolescentes	Subsérie	
02.3.1	Políticas		
02.3.2	Casos específicos		
	Caso Iruan Ergui Wu – criança detida em Taiwan		
	Caso Jaqueline Cozza Okdi (sequestrado no Líbano)		
02.3.2.1	Caso FEBEM		Cx.05
02.4	Discriminação Social	Subsérie	Cx.06
02.4.1	Gênero		
02.4.1.1	Homossexualismo		
02.4.1.2	Violência contra mulher		
02.4.2	Xenofobia		
02.4.2.1	Caso Aisur Ignacio Agudo Padron		
02.4.2.2	Políticas		
02.4.3	Indígenas		Cx.06
02.4.3.1	Caso Morro do Osso		
02.4.4	Racismo		Cx.07
02.4.4.1	Caso do “Homem Errado”		
02.4.4.2	Caso “Lanceiros Negros”		
04.4.4.3	Políticas		

02.4.5	Separatismo do Rio Grande do Sul		
02.4.5.1	Caso Irton Marx / Movimento Pátria Livre / República dos Pampas		
02.4.6	Nazismo		
02.4.6.1	Caso Josef Mengele		
02.4.6.2	Lembrança dos Mártires e Heróis da Luta contra o Nazi-fascismo		Cx.07
02.4.7	Neonazismo		Cx.08
02.4.7.1	Políticas		
02.4.7.2	Caso Skinheads		
02.4.7.3	Caso Raquel Toba Spritzer vs. MOPAR		
02.4.7.3.1	Processo judicial		
02.4.7.3.2	Correspondência		Cx.08
02.4.7.4	Caso Lindon La Rouche		Cx.09
02.4.7.4.1	Documentação judicial		
02.4.7.4.2	Propaganda (pró-La Rouche)		
02.4.7.4.3	Estudos e correspondências		
02.4.7.5	Caso Sigfried Ellwanger (S.E. Castan)		
02.4.7.5.1	Documentação judicial		
02.4.7.5.1.1	Krischke vs. Ellwanger		Cx.09
02.4.7.5.1.2	MOPAR vs. Ellwanger		Cx.10
02.4.7.5.1.3	Outros		Cx.10
02.4.7.5.2	Declaração de “persona non grata”		Cx.11
02.4.7.5.3	Ações de colaboração e intercâmbio anti-nazismo		
02.4.7.5.4	Propaganda pró-nazismo		Cx.11
02.4.7.5.5	Recortes de jornais e revistas (ver Série Hemeroteca)		NÃO
02.5	Condições de Trabalho	Subsérie	Cx.12
02.5.1	Casos específicos		
02.5.1.1	Navios de bandeira		
02.5.1.2	Trabalhadores de fronteira		
02.5.2	UITA		
02.5.3	Políticas (estudos, projetos)		Cx.12

02.6	Ações de Cooperação e Intercâmbio	Subsérie	Cx.13
02.6.1	Igreja		
02.6.2	Movimentos sociais nacionais		
02.6.3	Movimentos sociais internacionais		Cx.13
02.7	Conflitos pela “Posse”	Subsérie	Cx.14
02.7.1	Agrários		
02.7.1.1	Casos Específicos:		
02.7.1.1.1	Fazenda Annoni		
02.7.1.1.2	Fazenda Encruzilhada Natalino		
02.7.1.1.3	Fazenda Nova Esperança		
02.7.1.1.4	Fazenda Sarandí		
02.7.1.1.5	Fazenda Tarumã		
02.7.1.1.6	Confronto Praça da Matriz (1980)		
02.7.1.1.7	Confronto Praça da Matriz (1990) (Caso PM Valdeci)		Cx.14
02.7.1.1.8	Disputas em Goiás		Cx.15
02.7.1.1.9	Fronteira Brasil/Paraguai		
02.7.1.2	Colaboração e intercambio com Organiz. Sociais posseiros		
02.7.1.3	Políticas públicas, eventos manifestações		
02.7.2	Urbanos		
02.7.2.1	Casos específicos:		
02.7.2.1.1	Mutuários do BNH		
02.7.2.1.2	Conjunto Habitacional Guajuviras		Cx.15
02.7.2.1.3	Jardim Amazônia/Chacara dos Bancos		Cx.16
02.7.2.1.4	Sambódromo		
02.7.2.1.5	Outros casos		
02.7.2.1.6	Cristian Kinzle vs. CEEE		
02.7.2.1.7	DEMHAB/Caixa Econômica		
02.7.2.2	Colaboração e intercâmbio com org. sociais posseiros (FRACAB)		
02.7.2.3	Políticas públicas		Cx.16

02.8	Meio Ambiente	Subsérie	Cx.17
02.8.1	Casos específicos		
02.8.2	Políticas (manifestos, estudos, projetos)		
02.9	Violação de Direitos Humanos no Exterior		
02.9.1	América Latina		
02.9.1.1	Colômbia		
02.9.1.2	El Salvador		
02.9.1.3	Nicaragua		
02.9.2	Outros países		
02.9.2.1	Caso Eduardo Iglesias Moreira	Subsérie	Cx.17
02.10	Educação	Subsérie	Cx.18
02.10.1	Casos específicos		
02.10.2	CPERS		
02.10.3	Políticas (estudos, projetos, análises)		
02.10.4	Projeto Educar para os Direitos Humanos		Cx.18
02.11	Direitos Humanos em Geral		Cx.19
02.11.1	Eventos		
02.11.1.1	Brasil		
02.11.1.1.1	Promovidos pelo MJDH		
02.11.1.2	Exterior		Cx.19
02.11.1.3	Convites		Cx.20
02.11.1.4	Subsídios e textos		
02.11.2	Políticas		
02.11.3	Homenagens e congratulações ao MJDH		
02.11.3.1	Menções e homenagens a Jair Krischke		Cx.20
02.12	Processos Judiciais	Subsérie	Cx.21
02.12.1	Testemunhos à Justiça de Jair Krischke/MJDH		

02.12.2	Intervenções do MJDH		
02.12.2.1	Caso “Propaganda ilegal em <i>Zero Hora</i> ”		
02.12.2.2	Caso “Associação de vítimas da violência”		
02.12.2.3	Caso “Chácara do Banco”		
02.12.2.4	Caso Luiz Milman		
02.12.2.5	Caso Bernardi vs. Estado do RGS		Cx.21
02.12.2.6	Caso Toto Bola		
02.12.3	Contra o MJDH		Cx.22
02.12.3.1	Caso Zachia		
02.12.3.2	Caso Sambódromo		
02.12.3.3	Caso Carlos Neher		Cx.22

03	<i>TERRORISMO DE ESTADO NO PERÍODO DA DITADURA – CONE SUL</i>	SÉRIE	
03.1	Repressão/ Prisão /Tortura	Subsérie	Cx.01
03.1.1	Repressão		
03.1.1.1	<i>Órgãos e conexão repressiva no Cone Sul (Conferências de inteligência, exércitos America Lat. Vol 01 e 02)</i>		
03.1.1.1.1	SNI/ABIN – Brasil (Diagramas e sistemas da estrutura de inteligência, análise)		
03.1.1.1.2	Atividades de colaboração e coordenação repressiva		
03.1.1.1.3	Projetos de derrogação do DOPS RS		
	DINA (Chile – Criação Operação Condor)		
	Policia de La Capital Dpto. Investigaciones – Direccion Politica Afins – Paraguai		
	Policía Buenos Aires		
03.1.1.1.4	Cartas apócrifas dos órgãos de repressão ao MJDH e falsas denúncias		
03.1.1.2	<i>Análises da Repressão no Cone Sul (Argentina, Uruguai)</i>		Cx.01
03.1.1.3	Censura		Cx.02
03.1.1.4	Repressores – Brasil		
03.1.1.5	Casos de repressão específicos (???)		
03.1.1.6	Repressores no Cone Sul		Cx.02
03.1.1.6.1	Caso Cordero		Cx.03
03.1.1.6.1.1	Correspondência		

03.1.1.6.1.2	Documentação Jurídica		
03.1.1.6.1.3	Abaixo assinados campanha extradição		
03.1.1.6.1.4	Relatório/Parecer extradição		
03.1.1.6.1.5	Testemunhos		
03.1.1.6.1.6	Acompanhamento da Imprensa		
03.1.1.6.1.7	Doc. Eletrônicos		
03.1.1.6.2	Seita MOON (referenciar com Relações de trabalho – 2.8)		Cx.04
	Ações de denúncia da repressão e violação dos DDHH (atividades “político-subversivas”)		
03.1.1.7	<i>Acompanhamento e perseguição de militantes políticos no Cone Sul</i>		
03.1.1.7.1	Brasil		
03.1.1.7.1.1	Informes de inteligência – Embaixada do Brasil no Uruguai: Uruguai/Argentina/Paraguai		
03.1.1.7.1.1.1	Caso Leonel Brizola		Cx.04
03.1.1.7.1.2	Informes de inteligência de Brasileiros		Cx.05
03.1.1.7.1.3	Informes de inteligência de Estrangeiros no Brasil		
03.1.1.7.1.4	Informes de serviços de inteligência no Rio Grande do Sul (DOPS, Exército)		
03.1.1.7.1.4.1	Wilson Ferreira Aldunate (visita a POA)		
03.1.1.7.1.5	Informes de brasileiros exiliados e banidos a outros países (Chile , México)		
03.1.1.7.2	Argentina – Informes inteligência		Cx.05
03.1.1.7.3	Uruguai – Informes inteligência		Cx.06
03.1.1.7.4	Paraguai – Informes inteligência		
03.1.2	Prisão		
03.1.2.1	<i>Centro de detenção no Cone Sul</i>		
03.1.2.1.1	Penal La Libertad/Punta Rieles – Uruguai		
03.1.2.1.2	ESMA – Olimpo outros – Argentina		
03.1.2.2	<i>Presos no Brasil</i>		Cx.06
03.1.2.3	<i>Brasileiros presos no exterior - Cone Sul (Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai)</i>		Cx.07
	Caso Antonio Pires da Silva		
03.1.2.3.1	Caso Flávia Schiling		

03.1.2.3.2	Caso Flávio Koutzi		
03.1.2.4	<i>Estrangeiros presos no Brasil</i>		
03.1.2.4.1	Caso Fernando Vaca Navaja		
03.1.2.4.2	Caso Remigio Giménez		Cx.07
03.1.2.4.3	Caso Mario Firmenich		Cx.08
03.1.2.4.3.1	Julgamento		
03.1.2.4.3.2	Defesa		Cx.08
03.1.2.5	<i>Presos no Uruguai</i>		Cx.09
03.1.2.5.1	Caso José Luis Massera		
03.1.2.5.2	Caso Claudio Benech		Cx.09
03.1.2.5.3	Militares presos		Cx.10
03.1.2.6	<i>Presos na Argentina</i>		
03.1.2.7	<i>Presos no Chile</i>		
03.1.2.8	<i>Presos no Paraguai</i>		
03.1.2.9			
03.1.3	Repressão, prisão de Religiosos Presos no Brasil e Cone Sul (antes 03.1.2.9)		
03.1.4	Tortura		Cx.10

03.2	Sequestro – Morte e Desaparecimento de Pessoas	Subsérie	Cx.11
03.2.1	Sequestro		
03.2.1.1	<i>Caso dos Uruguaios (Lilian Celiberti e Universindo Díaz)</i>		
03.2.1.1.1	Documentação MJDH (Omar Ferri)		
03.2.1.1.2	Informes da Embaixada Uruguaia no Brasil		
03.2.1.1.3	Documentação judicial		
03.2.1.1.4	CPI ALRGS		
03.2.1.1.5	Comissão de representação da ALRGS (viagem ao Uruguai)		
03.2.1.1.6	Atos públicos – convites e convocatórias		
03.2.1.1.7	Vários		Cx.11
03.2.1.2	<i>Crianças</i>		Cx.12
	Caso Simón Riquelo		

	Caso Mariana Zaffaroni		
03.2.1.3	<i>Correspondência</i>		
03.2.2	Mortos e Desaparecidos		
03.2.2.1	<i>Argentina</i>		
03.2.2.1.1	Brasileiros na Argentina		
03.2.2.2	<i>Brasil</i>		
03.2.2.2.1	Caso Mãos Amarradas		
03.2.2.2.2	Argentinos no Brasil		
03.2.2.2.3	Caso Ítalo-argentinos		Cx.12
03.2.2.2.4	Listas		Cx.13
03.2.2.3	<i>Chile</i>		
03.2.2.3.1	Listas		
03.2.2.4	<i>Paraguai</i>		
03.2.2.4.1	Listas		
03.2.2.5	<i>Uruguai</i>		
03.2.2.5.1	Listas		
03.2.2.6	<i>América Latina</i>		
03.2.2.6.1	Listas de conexões repressivas		Cx.13
03.2.2.7	<i>Investigação morte de João Goulart</i>		Cx.14
03.2.2.7.1	Processo judicial		
03.2.2.7.2	Informes da Inteligência do Uruguai		
03.2.2.7.3	Informes da CIA		
03.2.2.7.4	Depoimentos e testemunhos – (Neira Barreira – Jose Rubens)		Cx.14
03.2.2.7.5	Vários		Cx.15
03.2.2.7.6	Publicações		
03.2.2.7.7	Cobertura da imprensa		
03.2.2.7.8	Docts. Eletrônicos		Cx.15
03.2.3	Vôos da Morte		Cx.16
	<i>Uruguai</i>		
	<i>Brasil</i>		

03.2.4	Organizações Sociais – Mortos e desaparecidos		
03.2.4.1	<i>Argentina</i>		
	Madres Plaza de Maio (Visita do Papa) (Ver 03.6.1.2)		
	Abuelas		
03.2.4.2	<i>Brasil</i>		
	MJDH-OAB/RS (Comitê de familiares de desaparecidos)		
	Centro de Defesa dos Direitos Humanos (Ponta Grossa – PR)		
03.2.4.3	<i>Uruguai</i>		
03.2.4.3.1	Madres de Uruguaios Desaparecidos		
03.2.4.3.1.1	Cartas e correspondência		
	Familiares de presos políticos uruguaios		
	a.f.u.de. – Agrupación de Familiares de Uruguayos Desaparecidos		
03.2.4.4	<i>Na America Latina</i>		
03.2.5	Atos de repúdio, manifestos e abaixo-assinados		Cx.16
03.3	Depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH		Cx.17
03.3.1	<i>Argentinos</i>	Subsérie	
03.3.2	<i>Brasileiros</i>		
03.3.3	<i>Chilenos</i>		
03.3.4	<i>Uruguaios</i>		Cx.17
03.3.5	<i>Oitiva de uruguaios à ONU/MJDH/OAB</i>		Cx.18
03.4	Correspondência de vítimas e familiares ao MJDH	Subsérie	
03.4.1	<i>Uruguaios</i>		
03.4.1.1	Exilados/refugiados no Brasil		
03.4.1.2	Exilados na Argentina		
03.4.1.3	Refugiados na Europa, Oceania etc.		
03.4.2	<i>Brasileiros no exterior</i>		
03.4.3	<i>Argentinos no exterior</i>		
03.4.4	<i>Paraguaios no exterior</i>		

03.4.5	<i>Notas com senha de identificação encaminhada.</i>		
03.4.5.1	Carta líderes guerrilheiros ao MJDH		
03.5	Operação Condor		
03.5.1	<i>Informes Agências de Inteligencia (National Archives Security, desclassificada do Depto. de Estado dos EUA)</i>		
03.5.2	<i>Publicações, matérias e outros</i>		Cx.18
03.6	Intercâmbio / colaboração/participação – com organizações sociais		Cx.19
03.6.1	<i>Argentina (03.6.1 -03.6.2.2)</i>		
03.6.1.1	Correspondencia Montoneros e militantes políticos		
03.6.1.2	Madres de Maio		
03.6.1.2.1	Visita do Papa João Paulo II		
03.6.1.2.2	Caso Placa Videla – Praça Argentina		
03.6.2	<i>Brasil</i>		
03.6.2.1	Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos – ALRGS		
03.6.2.2	Movimento de Ex presos políticos do Rio Grande do Sul – MEPPP/RS		
03.6.2.3	Comitê De Solidaridade aos Povos de América Latina		
03.6.3	<i>Chile</i>		
	Correspondência e manifestos		
03.6.4	<i>Uruguai</i>		
03.6.4.1	Correspondência SERPAJ (fechamento) e militantes políticos		
03.6.4.2	PRESSUR – Boletins de prensa		
03.6.4.3	Misión de Buena Voluntad latinoamerica		
03.6.5	<i>Paraguai</i>		
03.6.6	<i>Igreja e movimentos religiosos</i>		
03.6.7	<i>Internacionais</i>		
03.6.8	<i>Manifestos</i>		Cx.19
03.7	Exílio e Refúgio	subserie	Cx.20
03.7.1	<i>Proteção de refugiados e exilados políticos</i>		

03.7.1.1	Encaminhamentos de exiliados ao ACNUR pelo MJDH		
03.7.1.2	Encaminhamentos gerais		
03.7.2	<i>Assistência e proteção a estrangeiros</i>		
03.7.3	<i>Assistência (econômica) a refugiados</i>		Cx.20
03.7.4	<i>Pedidos Exílio Brasileiros ao Uruguai</i>		Cx.21
	(1963-1968)		
	(1969-1970)		
	(1971-1973)		Cx.22
	(1974-1976)		
	(1977-1980)		
03.7.4.1	Caso Tarso Genro		
03.7.4.2	Caso Vitor Ramos		Cx.22
04	<i>PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO NO CONE SUL</i>		Cx.23
04.1	<i>Distensão política no Brasil</i>		
04.1.1	<i>Repressão e violência</i>		
04.1.2	<i>Greves</i>		
04.1.3	<i>Campanhas</i>		
04.1.3.1	Campanha pelo fim da Lei de Estrangeiros (1980)		
04.1.3.2	Campanha de Luta contra a Carestia (1980)		
04.1.3.3	Campanha Diretas Já! (1983)		
04.1.3.4	Campanha pelo fim da Lei de Segurança Nacional (1983)		
04.2	<i>Repressão e violência</i>		
04.2.1	<i>Argentina</i>		
04.2.1.1	La Tablada		
04.2.2	<i>Brasil</i>		
04.2.2.1	Caso Collor		
04.2.2.2	Caso Doge (Antonio Clovis Lima dos Santos)		
04.2.3	<i>Uruguai</i>		
04.2.3.1	Caso Hugo Cores		Cx.23

04.3	Anistia		Cx.24
04.3.1	<i>Brasil</i>		
04.3.1.1	Legislação		
04.3.1.2	Atividades proselitistas		
04.3.1.3	Requerimentos, indenização e reparação		
04.3.2	<i>Paraguai</i>		
04.3.3	<i>Uruguai</i>		
04.3.3.1	Legislação		
04.3.3.2	Atividades proselitistas		
04.4	Transição democrática		
04.4.1	<i>Constituinte brasileira</i>		
04.4.2	<i>Justiça transicional</i>		
04.4.3	<i>Plebiscitos e referendos no Uruguai</i>		
04.4.3.1	Plebiscito 1981 / Campanha pró-referendum (“Yo firmo!”, 1987)		Cx.24
04.5	Abertura dos arquivos		Cx.25
04.6	Memórias, manifestos, entrevistas e análises		
04.6.1	Homenagens		
04.7	Reparação e indenização de vítimas		
04.7.1	Pedidos		Cx.25
04.7.2	Ações contra repressores		
05	<i>PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO DO MJDH</i>	SÉRIE	
05.1	Trabalhos premiados		
05.1.1	Acadêmico (estudantes em jornalismo)		Cx.01-A e 01-B
05.1.2	Charge		Cx.02

05.1.3	Crônica		Cx.03
05.1.4	Fotografia		Cx.04- A e 04- B
05.1.5	Jornalismo na Web		Cx.05
05.1.6	Imagem		Cx.06- A e 06- B
05.1.7	Radio		Cx.07- A e 07- B
05.1.8	Reportagem? Jornais?		Cx.8 (A,B,C, D,E)
05.1.9	Televisão		Cx.09 (A,B,C, D,E,F)
05.2	Trabalhos apresentados não premiados		
05.2.1	Acadêmico (estudantes em jornalismo)		
05.2.2	Charge		
05.2.3	Crônica		
05.2.4	Fotografia		
05.2.5	Jornalismo na Web		
05.2.6	Imagem		
05.2.7	Radio		
05.2.8	Reportagem? Jornais?		
05.2.9	Televisão		
06	<i>RECORTES DE JORNAIS</i>	SÉRIE	
06.1	Administração & Organização – MJDH		
06.1.1	Documentação Constitutiva		

06.1.2	Gestão Administrativa		
06.1.3	Gestão Financeiro e Contável		
06.1.4	Recursos Humanos		
06.1.5	Política Institucional		
06.2	Promoção e Intervenção na Defesa dos Direitos Humanos		
06.2.1	Segurança Pública		
06.2.2	Setor público e privado		
06.2.3	Crianças e Adolescentes		
06.2.4	Discriminação Social		
06.2.5	Condições de Trabalho		
06.2.6	Ações de Cooperação e Intercâmbio		
06.2.7	Conflitos pela “Posse”		
06.2.8	Meio Ambiente		
06.2.9	Violação de Direitos Humanos no Exterior		
06.2.10	Educação		
06.2.11	Direitos Humanos em Geral		
06.2.12	Processos Judiciais		
06.3	Terrorismo de Estado no Período da Ditadura – Cone Sul		
06.3.1	Repressão/ Prisão /Tortura		
06.3.2	Sequestro - Morte e Desaparecimento de Pessoas		
06.3.3	Depoimentos e testemunhos de vítimas e familiares ao MJDH		
06.3.4	Correspondência de vítimas e familiares ao MJDH		
06.3.5	Operação Condor		
06.3.6	Intercâmbio / colaboração/participação - com organizações sociais		
06.3.7	Exílio e Refúgio		
06.4	Processo de Redemocratização no Cone Sul		
06.4.1	Distensão política no Brasil		
06.4.2	Repressão e violência		

06.4.3	Anistia		
06.4.4	Transição democrática		
06.4.5	Abertura dos arquivos		
06.4.6	Memórias, manifestos, entrevistas e análises		
06.4.7	Reparação e indenização de vítimas		
07	ESTUDOS E PUBLICAÇÕES		
08	ACERVO FOTOGRÁFICO E AUDIVISUAL	SÉRIE	

ANEXO B – REGULAMENTO DO PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO

XXVII PRÊMIO DIREITOS HUMANOS DE JORNALISMO	
<p>O Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) e a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio Grande do Sul (OAB/RS), com a colaboração da Associação dos Reporteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio Grande do Sul (ARFÓC-RS), instituíram em 1994 o Prêmio Direitos Humanos, visando estimular o trabalho dos profissionais do jornalismo gaúcho na denúncia de violações e na vigilância ao respeito aos Direitos Humanos.</p> <p>Atualmente, também emprestam seu apoio, a Secretaria Regional Latinoamericana de la Unión Internacional de Trabajadores de la Alimentación y la Agricultura (Rel-UITA Montevideú), e a ARFÓC Brasil.</p> <p>REGULAMENTO</p> <p>1. As entidades promotoras escolherão os três melhores trabalhos sobre o tema Direitos Humanos nas categorias: Reportagem, Fotografia, Imagem de Televisão, Charge, Rádio, Televisão, Jornalismo Online, Crônica e Acadêmicos.</p> <p>a. A categoria Acadêmico é exclusiva para estudantes matriculados em faculdades de Comunicação Social que tenham realizado trabalhos jornalísticos sobre o tema do prêmio na universidade ou em estágio regular;</p> <p>b. Serão aceitos trabalhos de mídia impressa (reportagem, foto ou crônica), mídia eletrônica e Internet – que serão avaliados conjuntamente.</p> <p>Categoria Especial: A comissão julgadora concederá, excepcionalmente nesta edição, o Prêmio Direitos Humanos, ao melhor trabalho inscrito em qualquer categoria sobre o tema: "VERDADE, JUSTIÇA E TRANSPARENCIA", a necessidade de abertura dos arquivos da ditadura.</p> <p>2. A premiação será com troféus aos primeiros classificados e diplomas aos segundos e terceiros lugares, não havendo premiação em dinheiro.</p> <p>3. Reconhecendo que, por sua vez, os trabalhos sobre Direitos Humanos não são publicados, ou o são parcialmente, e compreendendo que o papel destas entidades é de justamente formar uma maior liberdade, tanto de imprensa quanto de organização política e social, podem ser inscritas matérias que não tiveram divulgação nos meios de comunicação. Buscando resgatar o que não foi publicado nas áreas de reportagem (mídia impressa) e em mídia eletrônica (entrevistas ou comentários que não foram ao ar), é aberta a categoria Crônica, exclusivamente com essa finalidade. Todos os trabalhos inscritos nesta categoria devem estar na forma de texto, inclusive os de rádio não veiculados, acompanhados da fita de gravação.</p> <p>4. Os trabalhos publicados devem ser referentes ao período que vai de 16 de novembro de 2009 até 15 de novembro de 2010.</p> <p>5. Nas categorias Fotografia, Charge, Televisão e Imagem de Televisão concorrem os trabalhos publicados e os não publicados.</p> <p>6. O Concurso Direitos Humanos é aberto aos jornalistas e fotógrafos que atuam na área profissional.</p> <p>7. Cada concorrente poderá inscrever até três trabalhos, sendo exigidas quatro cópias para as categorias Reportagem, Fotografia, Charge, Acadêmicos e Crônica. Os trabalhos das categorias Televisão e Imagem de Televisão (1 cópia), devem ser entregues no sistema DVD e, como os da categoria Rádio (1 cópia), devem ter duração média de 15 minutos – não devendo ser assinados na abertura. Os trabalhos da categoria Jornalismo Online devem ser impresso (4 cópias), e também entregues em CD (1 cópia).</p> <p>Observações:</p> <p>Categoria Fotografia: Tamanho da foto 20x30 – quatro cópias, somente em uma delas deverá ser colocada no verso, etiqueta com nome do autor, título do trabalho, data e meio em que foi publicado.</p> <p>Categoria Charge: Quatro cópias, em uma delas deverá ser colocada no verso, etiqueta com nome do autor, título do trabalho, data e meio em que foi publicado.</p> <p>Categoria Televisão e Imagem de Televisão: Anotar no próprio DVD, nome do autor, título do trabalho, data e meio em que foi publicado.</p>	<p>Categoria Rádio: Anotar no próprio CD, nome do autor, título do trabalho, data e meio em que foi publicado.</p> <p>Categoria Jornalismo Online: Anotar no próprio CD, nome do autor, título do trabalho, data e meio em que foi publicado.</p> <p>8. As inscrições estarão abertas de 01 de outubro até 20 de novembro de 2010 e devem ser entregues nos seguintes locais, pessoalmente ou através dos Correios:</p> <p>a. ARFÓC-RS Rua dos Andradas, 943, conjunto 808 CEP: 90.020-005 - Porto Alegre/RS Telefone (51) 3227 6898 E-mail: arfoc@terra.com.br</p> <p>b. Movimento de Justiça e Direitos Humanos Avenida Borges de Medeiros, 340, sala 94 - Centro CEP: 90.020-020 - Porto Alegre/RS Telefone (51) 3221 9130 e 9951.2869 E-mail: mjdh@terra.com.br</p> <p>No interior do Estado do Rio Grande do Sul, solicitar ficha de inscrição junto aos promotores. Nos demais Estados, solicitar fichas de inscrição junto a Arfoc local, ou com os promotores.</p> <p>9. Todo concorrente deverá preencher a ficha de inscrição com o nome, endereço e demais informações solicitadas. Atenção: Caso a reportagem tenha sido produzida por uma equipe, deve-se relacionar em folha separada, os nomes de todos os jornalistas que trabalharam na matéria, sendo escolhido um para assinar o trabalho.</p> <p>10. Na medida do possível, o material selecionado será exposto ou divulgado, principalmente os trabalhos premiados que não tiveram divulgação. Para tanto, no ato de inscrição, os concorrentes, automaticamente, concordam com o uso deste material na promoção de concursos, exposições ou em forma de livro. Serão resguardados os direitos autorais no caso de comercialização posterior destes trabalhos.</p> <p>11. Todo o material inscrito permanecerá nos arquivos do MJDH.</p> <p>12. A comissão julgadora será composta por um integrante de cada entidade promotora e apoiadora.</p> <p>13. A entrega dos prêmios ocorrerá no dia 10 de dezembro de 2010, em homenagem ao 62º aniversário da proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Homem.</p> <p>14. Questões não resolvidas por este regulamento serão decididas pela comissão julgadora.</p>
<p>FICHA DE INSCRIÇÃO</p> <p>Nome: _____</p> <p>Endereço: _____</p> <p>Cidade: _____ Celular: _____</p> <p>Endereço: _____</p> <p>Órgão de imprensa em que trabalha: _____</p> <p>Título do trabalho inscrito: _____ Universidade: _____</p> <p>PARA ESTUDANTES: _____</p> <p>CATEGORIA: _____</p> <p>() Acadêmico () Rádio () Fotografia () Crônica () Televisão () Jornalismo Online () Imagem de televisão () Premiação especial: "VERDADE, JUSTIÇA E TRANSPARENCIA".</p>	<p>E-mail: _____</p> <p>Telefone: _____</p> <p>Telefone: _____</p> <p>Cidade: _____</p> <p>Data de veiculação/publicação: _____</p> <p>Semestre: _____</p>

Fonte: Movimento de Justiça e Direitos Humanos, 2010.